

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS – IERI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – PPGE**

DOUGLAS DIAS BRAZ

**A NOÇÃO DE EQUILÍBRIO NA TEORIA GERAL DO EMPREGO, DO
JURO E DA MOEDA**

**UBERLÂNDIA – MG
2020**

DOUGLAS DIAS BRAZ

**A NOÇÃO DE EQUILÍBRIO NA TEORIA GERAL DO EMPREGO, DO
JURO E DA MOEDA**

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia, do Instituto de Economia e Relações Internacionais, da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Economia.

Área de Concentração: Desenvolvimento Econômico

Linha de Pesquisa: Economia Aplicada

Orientador: Prof. Dr. Fábio Henrique Bittes Terra

**UBERLÂNDIA – MG
2020**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

B827 Braz, Douglas Dias, 1991-
2020 A noção de equilíbrio na Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda [recurso eletrônico] / Douglas Dias Braz. - 2020.

Orientador: Fábio Henrique Bittes Terra .
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Economia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2020.394>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Economia. I. , Fábio Henrique Bittes Terra,1984-, (Orient.).
II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Economia. III. Título.

CDU: 330

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Economia
Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco 1J, Sala 218 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4315 - www.ppte.ufu.br - ppte@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Economia			
Defesa de:	Tese de Doutorado, Nº 65, PPGE			
Data:	30 de abril de 2020	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:
Matrícula do Discente:	11613EC0002			
Nome do Discente:	Douglas Dias Braz			
Título do Trabalho:	A noção de equilíbrio na Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda			
Área de concentração:	Desenvolvimento Econômico			
Linha de pesquisa:	Economia Aplicada			
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Questões da teoria pós-keynesiana: as origens da incerteza e a noção de desenvolvimento			

Reuniu-se a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Economia, assim composta: Professores Doutores: Aderbal Oliveira Damasceno - UFU; Marcelo Sartorio Loural - UFU; Ramon Garcia Fernandez - UFABC; André Roncaglia de Carvalho - UNIFESP; Fábio Henrique Bittes Terra - PPGE/UFU orientador do candidato. Ressalta-se que em decorrência da pandemia pela COVID-19 e em conformidade com Portaria Nº 36/2020, da Capes, Ofício Circular nº 1/2020/PROPP/REITO-UFU e deliberação do Colegiado do PPGE, a participação dos membros da banca e do aluno ocorreram de forma totalmente remota via webconferência. Os professores Fábio Henrique Bittes Terra, Ramon Garcia Fernandez e André Roncaglia de Carvalho participaram da defesa desde a cidade de São Paulo (SP). O professor Marcelo Sartorio Loural participou da defesa desde a cidade de Campinas (SP). O professor Aderbal Oliveira Damasceno e o aluno participaram desde a cidade de Uberlândia (MG).

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Fábio Henrique Bittes Terra, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(as) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE RONCAGLIA DE CARVALHO, Usuário Externo**, em 01/05/2020, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Henrique Bittes Terra, Usuário Externo**, em 01/05/2020, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Sartorio Loural, Professor(a) do Magistério Superior**, em 04/05/2020, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aderbal Oliveira Damasceno, Professor(a) do Magistério Superior**, em 04/05/2020, às 19:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ramon Vicente Garcia Fernandez, Usuário Externo**, em 05/05/2020, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1983825** e o código CRC **35B9D751**.

DOUGLAS DIAS BRAZ

**A NOÇÃO DE EQUILÍBRIO NA TEORIA GERAL DO EMPREGO, DO
JURO E DA MOEDA**

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia, do Instituto de Economia e Relações Internacionais, da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Economia.

Uberlândia – MG, 30 de abril de 2020

Banca examinadora:

Prof. Dr. Fábio Henrique Bittes Terra (Orientador)
UFABC/PPGE-UFU

Prof. Dr. Aderbal Oliveira Damasceno
UFU

Prof. Dr. Marcelo Sartorio Loural
UFU

Prof. Dr. André Roncaglia de Carvalho
UNIFESP

Prof. Dr. Ramon Garcia Fernandez
UFABC

À minha amada esposa, Alanna, que, com sua doçura e imenso amor, me fortalece na desesperança, me aceita em toda minha pequenezza e me faz experimentar os sentimentos magníficos que eu julgava não serem reais.

AGRADECIMENTOS

Em um momento de grande incerteza e de temor pelo agravamento das mazelas sociais que afligem nossa população desde os tempos coloniais, concluo mais uma etapa da minha formação acadêmica, amparado, novamente, pelo esforço de milhões de brasileiros que contribuem para a manutenção de um sistema público de educação superior. Sabendo que o motivo do meu êxito está relacionado, em parte, às condições sociais em que estive inserido e às inúmeras oportunidades que me foram dadas ao longo de toda minha trajetória de vida, me sinto extremamente honrado e privilegiado por ter desfrutado daquilo que muitos sonham e por estar onde estou hoje. Por isso, em algum momento e de forma mínima, espero poder dar algum retorno à sociedade, principalmente no sentido de trazer um pequeno alívio aos que, todos os dias, lutam por condições mínimas de sobrevivência.

A outra parte que justifica o meu sucesso é composta por aqueles que dão sentido à minha humilde existência e que me servem de inspiração para que eu possa crescer como ser humano e como profissional. Portanto, agradeço profundamente

Aos meus pais, Heli e Maria de Lourdes, que abdicaram de partes deles para nos oferecer amor e cuidado imensuráveis, algo que eu espero ter a honra de dar aos meus filhos. Vocês são as minhas maiores referências, e não poderia haver orgulho maior do que tê-los como meus pais.

Aos meus irmãos, Dayane e Dênisson, por todas as proezas que já fizemos juntos e por todo companheirismo. Obrigado por cuidarem de mim e por sempre se preocuparem com meu bem estar. Contem sempre comigo.

À minha maravilhosa esposa, Alanna, por se doar a mim de maneira incondicional, me mostrando as cores do verdadeiro amor e auxiliando, das mais distintas e valiosas formas, para que eu pudesse concluir uma das etapas mais árduas e extenuantes da minha vida. Com você eu quero e preciso estar até o fim dos meus dias.

Aos meus sogros, Edna e Osvaldo, por me receberem como um filho e por fazerem tudo que fazem por mim com tanto amor.

Aos irmãos que a vida me permitiu escolher, dentre eles, os que me acompanham e fortalecem por mais de dez anos, Alex, Paulo Henrique, Romer e Antônio, e os relativamente mais recentes, Matheus, Theo, Julio e Heldrino. Mesmo distantes, estaremos sempre juntos.

Ao meu orientador, Fábio Terra, pelo comprometimento, competência, humanidade, paciência e solicitude de sempre. Você é minha referência profissional máxima.

Aos funcionários e demais professores do instituto de economia, que foram indispensáveis no meu processo de formação.

Aos professores Aderbal Damasceno, Marcelo Loural, André Roncaglia e Ramon Fernandez, por aceitarem participar da banca e por dedicarem seu tempo à análise desta Tese.

Por fim, à CAPES, pelo auxílio financeiro indispensável para a realização deste trabalho.

“As convicções são inimigas mais perigosas da verdade do que as mentiras” Friedrich Nietzsche.

RESUMO

O objetivo desta Tese é realizar uma investigação sobre a natureza da noção de equilíbrio utilizada por Keynes em sua Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. A justificativa para se empreender tal esforço se dá, primeiro, pelo fato de não haver definição e aplicação únicas para a noção de equilíbrio na ciência econômica e, segundo, por existirem controvérsias e confusões até mesmo entre os autores Pós-Keynesianos sobre qual seria a essência e as características distintivas dessa noção na *magnum opus* de Keynes. Para a consecução do referido objetivo, realiza-se, antes de tudo, uma análise de caráter filosófico-metodológico da noção de equilíbrio, com o intuito de se estabelecer uma estrutura analítica capaz de fornecer parâmetros básicos que auxiliem na definição, classificação e comparação das nuances assumidas por essa noção no âmbito da ciência econômica. Na sequência, elabora-se uma classificação das interpretações Pós-Keynesianas que se referem à noção de equilíbrio presente na TG, buscando-se conferir certo ordenamento a elas, algo que constitui uma primeira aproximação em relação ao objeto central desta Tese. Por último, investigam-se, com base na estrutura analítica definida no primeiro capítulo, os trechos da TG que apresentam relação com alguma das dimensões da noção de equilíbrio. Como resultados, pode-se destacar (i) que o equilíbrio pode ser apreendido a partir das dimensões semântica, metodológica e ontológica; (ii) que essa característica multidimensional do equilíbrio gera controvérsias interpretativas entre os Pós-Keynesianos sobre a natureza desta noção na TG; (iii) e que existem passagens desta obra que podem ser associadas a cada uma dessa dimensões, o que ajuda a definir as características próprias do equilíbrio empregado por Keynes. Com esse esforço de análise, pretende-se contribuir com a literatura ao se instituir uma forma mais abrangente e menos ambígua de análise, que sirva para minorar as inúmeras controvérsias que permanecem latentes nesta matéria.

Palavras-chave: Noção de equilíbrio, Pós-Keynesianos, Keynes, Teoria Geral.

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to conduct an investigation into the nature of the notion of equilibrium used by Keynes in his General Theory of Employment, Interest and Currency. The justification for undertaking such an effort is given, first, by the fact that there is no single definition and application for the notion of equilibrium in economic science and, second, by the existence of controversies and confusions even among Post-Keynesian about what would be the essence and distinctive characteristics of this notion in Keynes's magnum opus. In order to achieve this objective, a philosophical-methodological analysis of the notion of equilibrium is carried out, in order to establish an analytical structure capable of providing basic parameters that assist in the definition, classification and comparison of the nuances assumed by this notion in the scope of economics. In the aftermath, a classification of Post-Keynesian interpretations referring to the notion of equilibrium present in the TG is elaborated, seeking to give a certain order to them, something that constitutes a first approximation in relation to the central object of this thesis. Finally, the sections of the TG that are related to some of the dimensions of the notion of equilibrium are investigated, based on the analytical structure defined in the first chapter. As a result, it can be highlighted (i) that equilibrium can be analyzed from the semantic, methodological and ontological dimensions; (ii) that this multidimensional characteristic of equilibrium generates interpretive controversies among Post-Keynesians about the nature of this notion in TG; (iii) and that there are passages in this work that can be associated with each of these dimensions, what helps to define the characteristics of the equilibrium employed by Keynes. With this analysis effort, it is intended to contribute to the literature by establishing a more comprehensive and less ambiguous form of analysis, which serves to alleviate the innumerable controversies that remain latent in this matter.

Key-words: Notion of equilibrium, Post-Keynesians, Keynes, Gerenal Theory.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resumo das definições de equilíbrio e autores que as utilizam..... 27

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. A NOÇÃO DE EQUILÍBRIO EM ECONOMIA: CONCEITO FERRAMENTA ANALÍTICA OU REPRSENTAÇÃO DA REALIDADE?	16
1.1 Dimensão semântica.....	17
1.2 Dimensão metodológica.....	28
1.2.1 Estática, dinâmica e equilíbrio.....	35
1.2.1.1 Noções de estática e dinâmica em economia.....	35
1.2.1.2 Tipos de processos dinâmicos.....	42
1.2.1.3 Equilíbrio: conciliador ou divisor entre os métodos de estática e dinâmica.....	45
1.3 Dimensão ontológica.....	47
2. EQUILÍBRIO EM KEYNES: UMA CLASSIFICAÇÃO SOBRE AS INTERPRETAÇÕES PÓS-KEYNESIANAS DA TEORIA GERAL DO EMPREGO, DO JURO E DA MOEDA.	52
2.1 Um breve panorama sobre a vertente Pós-Keynesiana.....	53
2.2 Interpretações semânticas sobre o equilíbrio na Teoria Geral.....	57
2.3 Interpretações sobre a dimensão metodológica do equilíbrio na TG.....	68
2.3.1 Interpretações sobre estática e dinâmica do equilíbrio na TG.....	85
2.4 Interpretações sobre a dimensão ontológica do equilíbrio na TG.....	91
3. A NOÇÃO DE EQUILÍBRIO NA TEORIA GERAL DO EMPREGO, DO JURO E DA MOEDA: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO SEGUNDO A ABORDAGEM DIMENSIONAL	94
3.1 Conteúdo semântico do equilíbrio na TG.....	96
3.2 Conteúdo metodológico do equilíbrio na TG.....	108
3.2.1 Conteúdo estatico e dinâmico do equilíbrio na TG.....	115
3.3 Conteúdo ontológico do equilíbrio na TG.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	130

INTRODUÇÃO

Ao longo da história do pensamento econômico, a noção de equilíbrio apresentou-se como uma das mais proeminentes e controversas. Os motivos que explicam a centralidade dessa noção no âmbito da teoria econômica podem ser encontrados, por um lado, no fato de que, mesmo antes da ciência econômica se destacar como área específica do conhecimento os primeiros esboços de uma ideia de equilíbrio econômico já apareciam na Grécia Antiga¹. Por outro lado, desde Adam Smith, esta foi uma noção que permeou, em diferentes graus, as formulações teóricas das mais diversas abordagens em economia, fossem elas ortodoxas ou heterodoxas.

A predominância do equilíbrio na ciência econômica, todavia, está — ou sempre esteve — longe de significar um consenso sobre a utilidade teórica desta noção ou sobre quais seriam as suas características e funções. É possível identificar na literatura uma polarização entre os que julgam indispensável o uso de alguma das nuances da noção de equilíbrio (MACHLUK, 1959; HAHN, 1973; BACKHOUSE, 2004) e aqueles que se opõem fortemente à manutenção dela na abordagem econômica (ROBINSON, 1971; KALDOR, 1972). Além disso, existem divergências e confusões significativas sobre o significado semântico, a natureza analítica e a capacidade de representação da realidade assumidos pelo equilíbrio.

Contata-se, pois, que a falta de um denominador comum que defina os limites desta noção acaba por tornar nebulosos e imprecisos os debates que se realizam sobre a proficuidade de sua aplicação em economia. Isso também dificulta a análise comparativa entre diferentes perspectivas teóricas que se valem em alguma medida da noção de equilíbrio. Diante disso, alguns elementos precisam ser notados.

Primeiramente, a proeminência e as controvérsias envolvendo o equilíbrio no âmbito da ciência econômica representam motivos necessários e suficientes para que esta noção seja considerada como objeto relevante de análise. O estudo dos conceitos, teorias e princípios básicos encontra-se no âmbito da metodologia ou filosofia da economia (BLAUG, 1992) e se justifica pelo fato de abordar questões elementares da ciência cujos efeitos práticos podem ser importantes, tais como: qual a relação entre os pressupostos e as implicações previstas pelas teorias? De que modo conceitos, hipóteses e modelos se associam ou buscam representar

¹ Tieben (2009) sugere que pensadores como Heráclito, Xenofonte e Aristóteles lançaram os embriões do que hoje se relaciona à noção de equilíbrio econômico, ao tratarem de temas como o fluxo de mercadorias e moeda e o estabelecimento de um preço estacionário que cobre os custos de produção.

aspectos da realidade? Quais são os critérios de validação das diferentes teorias? Logo, as investigações que tratam da noção de equilíbrio têm caráter filosófico-metodológico e podem contribuir no sentido de minorar os conflitos e confusões que se estabelecem no tratamento deste tema, bem como lançar bases menos ambíguas para a avaliação da utilidade teórica e prática desta noção (HOOVER, 1995).

O segundo elemento a ser destacado é o fato de a natureza multifacetada do equilíbrio permitir que ele seja abordado ou classificado a partir de dimensões distintas. Quando se discute o equilíbrio, é possível dar ênfase à sua dimensão semântica, tratando-se do significado assumido por ele em contextos e teorias diversas; também se pode enfocar sua dimensão metodológica, definindo-se suas propriedades analíticas e sua capacidade de servir como uma ferramenta de ordenamento lógico entre as variáveis de um modelo; e, finalmente, dar destaque à sua dimensão ontológica, investigando em que medida esta noção pretende ou é capaz de representar elementos da natureza do sistema econômico. Deste modo, quando se diz que determinada abordagem teórica lança mão da noção de equilíbrio e que isso a diferencia de outras, é necessário, antes de tudo, tornar explícito sobre qual dimensão se está referindo. Isto porque nem todas as teorias que se valem desta noção o fazem de modo idêntico, podendo cada uma estar se referindo a uma dimensão específica do equilíbrio ou até mesmo se localizando em polos distintos de cada dimensão.

Para que as controvérsias relativas à noção de equilíbrio sejam minoradas e as particularidades do seu uso por parte das diversas vertentes da teoria econômica possam ser mais bem identificadas, é preciso estabelecer parâmetros que sirvam para evidenciar as características definidoras dessa noção e que balizem análises das perspectivas que a utilizam. Esses parâmetros serão, nesta Tese, justamente as dimensões semântica, metodológica e ontológica do equilíbrio.

Por sua vez, o estabelecimento de uma classificação da noção de equilíbrio respaldada nestes parâmetros acaba por constituir elemento indispensável para responder à questão primordial da presente Tese: quais são os usos do equilíbrio feitos por John Maynard Keynes na Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (TG)? Responder a esta questão, olhando como Keynes utilizou-se do equilíbrio na TG pelas três dimensões destacadas acima — semântica, metodológica e ontológica — é o objetivo desta Tese.

A opção por analisar as especificidades que o equilíbrio assume nesta obra de um dos economistas mais notáveis do século XX, se dá por dois motivos: o primeiro relaciona-se à representatividade que ela tem, ao servir como ponto fundamental de partida para desenvolvimentos teóricos subsequentes no âmbito da macroeconomia; o segundo tem a ver

com o fato de que grande parte das controvérsias interpretativas a respeito de como Keynes teria se valido desta noção estão referenciadas nesta obra. Ademais, é importante notar que não há consenso nem entre os intérpretes Pós-Keynesianos — considerados os fiéis seguidores do legado teórico de Keynes — sobre quais seriam as características do equilíbrio presente na TG. Há, portanto, um debate aberto, sobre um tema relevante, na mais importante obra de um dos mais importantes economistas da economia. Imbuir-se nesta lacuna, sem a pretensão de fechá-la, mas de fato de a explorar a partir das três dimensões acima mencionadas, é a contribuição desta Tese.

A hipótese subjacente ao trabalho ora proposto é a de que a noção de equilíbrio utilizada por Keynes na TG pode ser analisada em termos dimensionais e que, no âmbito específico de cada dimensão, esta noção assume características semânticas, metodológicas e ontológicas específicas que a diferenciam em relação aos usos feitos em outras teorias, sobretudo aquelas que se ligam à tradição ortodoxa.

Mesmo que existam trabalhos que tenham tratado a questão do equilíbrio na TG, esta tese pretende oferecer uma contribuição original sobre o tema ao abordá-lo a partir de uma estrutura analítica e mais abrangente, que reconhece a essência multidimensional da noção de equilíbrio e apresenta um instrumento de classificação que pode ajudar a esclarecer alguns pontos do debate acerca de como Keynes teria se valido desta noção em sua *magnum opus*. Acredita-se que grande parte das confusões e desentendimentos que persistem sobre este assunto se explicam pela desconsideração, por parte dos intérpretes, das diferentes dimensões segundo as quais o equilíbrio pode ser apreendido.

Em conjunção com o objetivo geral de se analisar a noção de equilíbrio na TG, propõe-se, como objetivos específicos, (i) detalhar os elementos que devem compor, de modo mais geral, a estrutura da análise filosófico-metodológica proposta nesta tese; (ii) estabelecer, segundo essa estrutura analítica, uma classificação das interpretações Pós-Keynesianas sobre a natureza da noção de equilíbrio presente na TG, algo que auxilia no esclarecimento dos pontos de controvérsia entre os intérpretes dessa perspectiva e serve como ponto de comparação para as investigações subsequentes; e (iii) realizar uma análise de conteúdo², também baseada na estrutura dimensional, dos trechos da TG que parecem estar associados a alguma das dimensões do equilíbrio, evidenciando quais seriam as características distintivas do uso desta noção na principal obra de Keynes e estabelecendo uma comparação com as interpretações já realizadas.

² Os pormenores sobre este método de procedimento apresentam-se na introdução do capítulo 3 desta Tese.

Para a consecução de tais objetivos, o método de procedimento utilizado será uma revisão bibliográfica, de fontes primárias e secundárias. Ela começa pelos textos que discutem a noção de equilíbrio e suas aplicações na teoria econômica de um modo geral. Após isso, perpassa-se pelos escritos, sobretudo os de perspectiva Pós-Keynesiana que tratam da questão do equilíbrio na TG. Por fim, o foco da análise torna-se o material primário, ao se alcançar o objeto fundamental da análise desta tese, qual seja, a própria TG.

Esta tese está dividida em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo se presta à definição das diferentes dimensões da noção de equilíbrio, evidenciando as nuances presentes em cada uma delas. Com isto pretende-se lançar as bases de uma estrutura analítica que sirva de parâmetro de classificação e de comparação entre as noções de equilíbrio que são utilizadas nas mais diversas abordagens em economia. Como resultado desse capítulo, pode-se destacar que a noção de equilíbrio (i) possui diferentes significados semânticos, (ii) é utilizada de modos distintos como ferramenta analítica, (iii) não está necessariamente ligada a uma análise de natureza estática e (iv) pode ou não ser uma forma de representação de elementos da realidade. No segundo capítulo, partindo-se da estrutura analítica estabelecida no capítulo um, é realizada uma classificação das interpretações Pós-Keynesianas sobre quais seriam os aspectos essenciais da noção de equilíbrio utilizada por Keynes na TG. Percebe-se que tais interpretações não são consensuais e que a falta de convergência entre elas pode derivar do fato de que cada uma delas costuma dar ênfase a apenas uma das dimensões que a noção de equilíbrio na TG pode assumir. O terceiro capítulo analisa a TG, também com base na classificação dimensional, na tentativa de se evidenciarem os trechos dessa obra que podem estar associados à noção de equilíbrio em suas distintas dimensões. Pela análise é possível reforçar as interpretações feitas por alguns autores Pós-Keynesianos, destacando-se que o equilíbrio empregado nesta obra (i) assume mais de um significado semântico, (ii) é utilizado como um método específico de análise que promove fechamentos parciais dos modelos e que tenta estabelecer um ordenamento lógico e causal entre as variáveis e (iii) que representa tanto propriedades dos modelos quanto características que são inerentes ao funcionamento do sistema econômico ou próprios da natureza humana.

1. A NOÇÃO DE EQUILÍBRIO EM ECONOMIA: CONCEITO, FERRAMENTA ANALÍTICA OU REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE?

A multiplicidade de usos e interpretações sobre a noção de equilíbrio em economia traz frequentemente à tona confusões e questionamentos de diversas naturezas: qual o significado e de que forma o equilíbrio é utilizado nas teorias econômicas? O equilíbrio deve ser tratado como uma mera definição semântica, como uma ferramenta analítica/metodológica utilizada para a apreensão dos fenômenos sob análise ou como uma condição ontológica — própria do ser ou do funcionamento dele — do sistema econômico? Os diferentes usos dessa noção, em contextos teóricos distintos, são compatíveis entre si? O equilíbrio sempre está relacionado a uma análise ou condição estática, em que se desconsideram o tempo e as mudanças das variáveis de interesse? Dentre as diversas outras indagações que ainda possam ser levantadas sobre este tema, o presente capítulo tenta responder, ainda que de forma parcial, às mencionadas acima, apresentando o debate estabelecido entre teóricos, historiadores e metodólogos da economia que discutem os usos e a proficuidade da noção de equilíbrio para o entendimento e a explicação das atividades humanas em sociedade.

O tratamento mais amplo sobre este tema tenta fornecer as bases fundamentais para que se possa analisar o intuito desta tese: em que medida Keynes se apropria da noção de equilíbrio em sua Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda. O objetivo, portanto, é estabelecer uma classificação a respeito da aplicação dessa noção nas mais distintas abordagens teóricas em economia, para que se possa estabelecer algo como um critério de demarcação³ a partir do qual será possível definir as peculiaridades da visão de Keynes acerca do equilíbrio e, para mais, de que modo a visão dele diverge ou se aproxima das demais formas de tratamento desta noção. Deste modo, é apenas a partir da explicitação das nuances assumidas pelo equilíbrio que se torna possível evitar o equívoco de elencar apenas uma de suas definições (ou usos) como única e definitiva e, com base nisto, dizer que uma teoria a rejeita ou a incorpora em suas formulações e hipóteses⁴.

³ O termo “critério de demarcação” é utilizado por Popper (2005) para definir as premissas que diferenciam um argumento científico de outro metafísico ou não científico.

⁴ Neste sentido, Mosini (2007) afirma que “*it is... inappropriate to defend, or to criticise, the concept [of equilibrium] as if it were one and the same thing, and suggests that, in discussing the ways in which the concept has been deployed, care should be given to the specific meaning attributed to it in each of those ways.*”

Considerando o caráter multifacetado assumido pela noção de equilíbrio na ciência econômica, bem como os conflitos e consequências teóricas que isso implica, parece razoável, quando se pretende inquirir sobre o tema, tentar estabelecer certa ordem na miríade de interpretações observadas na literatura, através de um esforço de classificação em termos mais gerais do equilíbrio e de suas aplicações nas mais diferentes abordagens. Obviamente, este esforço carrega consigo um grau de subjetividade no que se refere a quais seriam as categorias mais adequadas para se enquadrar cada uma das concepções a respeito do equilíbrio e como essas categorias se inter-relacionariam. Entretanto, mesmo havendo arbitrariedade, tal esforço deve ser empreendido para que a delimitação e o uso dessa noção em teorias específicas seja compreendida ou para que pelo menos o debate seja feito a partir de categorias e conceitos mais bem definidos.

A proposta de classificação dos distintos usos da noção de equilíbrio em economia se dará em três dimensões: a i) *semântica*, que trata da significação desta noção nos diversos contextos teóricos em que é aplicada; a ii) *metodológica*, que se refere ao caráter analítico do equilíbrio, ou seja, que o apreende como uma ferramenta teórica utilizada para a compreensão da relação de causalidade entre as variáveis econômicas e que, como tal, não pretende reproduzir ou descrever de forma terminante, mas apenas modeladora, as características da realidade; e, finalmente, a iii) *ontológica*, concernente à utilização do termo como algo a ser observado/alcançado no sistema econômico, um fenômeno comprovável pela evidência empírica.

Essa três dimensões, apesar de serem tratadas separadamente, apresentam pontos de tangência entre si, tornando-se difícil estabelecer limites claros entre elas. Isto significa que ao se tratar de uma dimensão específica do equilíbrio, pode-se estar, em parte, levando em conta aspectos que se referem a outra dimensão.

1.1 Dimensão semântica

Em sua dimensão conceitual, o equilíbrio em economia não é um termo cuja interpretação seja consensual e cuja aplicação independa do contexto teórico em que está inserido. Como afirma Weintraub (2005, p. 446), “[...] *as equilibrium is dependent for its meaning on the context in which it is found, the meaning of equilibrium changes over time as*

*the texts changes*⁵. Também apontando o caráter mutável do significado de equilíbrio, a depender das especificações e hipóteses que se adotem em cada abordagem, Milgate (1987, p. 182) reforça “[...] *equilibrium has become a category with no meaning independent of the exact specification of the initial conditions for any model*”, bem como o faz Kaldor (1972, p.1237) “[...] *the word " equilibrium " in economics is used, of course, in all kinds of contexts - in Keynesian economics for example, or in theory of the balance of payments, and so on*”. As definições semânticas de equilíbrio que se seguirão tentam evidenciar, portanto, o caráter condicional que assume o termo e como seu uso e seu entendimento se modificam historicamente com o desenvolvimento da ciência econômica.

Começa-se pela definição mais elementar desse conceito, que apresenta o equilíbrio como sendo um balanceamento de forças, uma analogia mecânica (pesos em uma balança) com caráter descritivo utilizado para fazer alusão, por exemplo, à igualdade entre as forças da demanda e da oferta ou ao equilíbrio no balanço de pagamentos representado pelas importações e exportações:

[...] *When demand and supply are in stable equilibrium, if any accident should move the scale of production from its equilibrium position, there will be instantly brought into play forces tending to push it back to that position; just as, if a stone hanging by a string is displaced from its equilibrium position, the force of gravity will at once tend to bring it back to its equilibrium position. The movements of the scale of production about its position of equilibrium will be of a somewhat similar kind [...]* (MARSHALL, 1980 [1890], p. 346)

[...] *the most literal use of equilibrium or disequilibrium in the sense of equal or unequal weights on the two arms of a scale, without any analytical, explicatory, predictive or evaluative connotation*, (MACHLUP, 1958, p.1).

[...] *the word equilibrium, in ordinary speech, describes a relation between bodies in space. The scales of a balance are in equilibrium when the balance is at rest* (ROBINSON, 1956, p.57)⁶.

Essa ideia de equilíbrio como culminando do encontro de forças pode ser associada à outra interpretação do equilíbrio como uma posição de repouso resultante desse balanceamento, em que mudanças ou movimentos não seriam observados como vindos de

⁵ Todas as citações diretas serão mantidas na língua original para que se mantenha o máximo de fidelidade em relação às ideias dos autores referenciados.

⁶ Robinson (1956) apresenta essa concepção de equilíbrio para alertar sobre a limitação de se usar tal analogia em economia, uma vez que os mercados estão sujeitos a choques diferentes daqueles que afetam uma balança ou um pêndulo. (BACKHUISE, 2004).

variáveis endógenas do sistema, mas apenas de choques exógenos⁷, o que implica uma noção de estabilidade ou relativa constância de determinada configuração de relações ou valores. Neste sentido, “*The word equilibrium suggests a state that, if left alone, would not move*” (MALINVAUD, 1982, 581).

Modelos de estado estacionário ou de curso estável (*steady state*), como apresentados por Harrod-Domar para demostrar as condições necessárias para a obtenção de uma trajetória balanceada de crescimento ou por Passinetti apresentando tais condições em um modelo multissetorial, se valem dessa noção de equilíbrio como posição de repouso⁸ (CARAVALE, 2001). Para Lisboa (1997), o modelo original de equilíbrio geral, proposto por Walras, também lança mão do equilíbrio nestes termos, sendo representado pela constância dos preços das mercadorias ao longo do tempo. Isso indica que, teoricamente, o repouso pode ser atingido por pressupostos estruturais do sistema ou como o resultado de um certo tipo de comportamento individual.

Tal posição, portanto, além de poder ser alcançada pela compensação entre forças opostas, também é obtida através da atuação de apenas uma força limitada por algum tipo de restrição, como no caso típico da microeconomia neoclássica de um indivíduo otimizando sua utilidade sujeito a uma restrição de renda ou de tecnologia. Nesse sentido, deve-se destacar que a noção de equilíbrio como ponto de repouso prescinde da ideia de balanceamento de forças e, portanto, nem sempre deve ser associada com a hipótese de igualdade entre demanda e oferta, também conhecida como condição de *market clearing* na literatura econômica. Isso abre a possibilidade de se considerarem condições de estabilidade do sistema mesmo em contextos de desigualdade de forças, como exemplifica o equilíbrio, apesar da subutilização de fatores de produção (CHICK, 2007).

Também considerado, em alguma medida, como resultado de um balanceamento de forças, mas avançando no sentido de incorporar uma noção de movimento, é possível considerar o equilíbrio como um ponto tendencial para o qual os processos econômicos

⁷ Estabelecendo uma diferença entre o que seriam considerados parâmetros ou constantes nas ciências naturais e em economia, Nicola (2001, p.79) afirma: “*Except that economic fundamentals are not like universal physical constants (for example, the speed of light) that prove to be absolutely constant in time and space. Economic fundamentals are such only in a manner of speaking: they are simply variables (treated as exogenous) that characterize the process under consideration and which usually appear significantly ‘less subject to variations’ in time than the endogenous variables. It is therefore unlikely that an economy can repeat the same equilibrium for a long enough time interval*”.

⁸ Os modelos de Harrod-Domar e de Passinetti não assumem que há uma tendência natural para que tais condições sejam observadas ou satisfeitas e que, deste modo, o estado de equilíbrio seja necessariamente alcançado (CARAVALE, 2001).

convergiriam. Tal concepção é utilizada por Smith e por outros economistas clássicos, como Ricardo e Mill, para representar o que seria um centro gravitacional em torno do qual variáveis, como preços e quantidades, estariam continuamente flutuando (MILGATE, 1987). Smith (2009) define o que seriam as condições naturais do sistema econômico, também entendidas como forças persistentes e regulares ou leis de tendência, que exerçeriam o referido papel de atração:

There is in every society [...] an ordinary or average rate both of wages and profit in every different employment of labour and stock. This rate is naturally regulated, partly by the general circumstances of the society [...], and partly by the particular nature of each employment [...] These ordinary or average rate may be called the natural rates of wages, profit, and rent [...] When the price of any commodity is neither more nor less than what is sufficient to pay the rent, the wages and the profits [...] according to their natural rates, the commodity is then sold for what may be called its natural price (SMITH, 2009[1776], p.47, grifos nossos).

O ponto de convergência seria dado pelo chamado preço natural das mercadorias, ou, em outras palavras, aquele que refletiria, no longo prazo, os custos de produção definidos pelas taxas naturais⁹ de lucros, salários e renda da terra, de modo que os desvios em relação a esse ponto representariam as flutuações do preço de mercado diante dos desajustes de curto prazo entre demanda e oferta. A regularidade das forças que exerceriam o papel de atratoras das magnitudes econômicas não implicaria, pois, que o sistema alcançasse e permanecesse em uma condição de equilíbrio, mas que ele estivesse em permanente movimento, perseguindo continuamente tal condição, mesmo com a atuação de forças contrárias a essa tendência, algo exemplificado pela seguinte passagem: “*Different accidents may sometimes keep them [prices] suspended a good deal above it [natural price], and sometimes force them down even below it. But whatever may be the obstacles which hinder them from settling in this center of repose and continuance, they are constantly tending towards it*” (Ibid. p. 49).

É possível identificar o equilíbrio também como uma posição escolhida, em que os agentes econômicos se encontram satisfeitos com suas decisões de produção e consumo, mesmo que haja outras alternativas disponíveis. Segundo Hicks (1965, pg. 15) “[...] economy [...] is in a state of equilibrium when all the ‘individuals’ in it are choosing those quantities, which, out of the alternatives available to them, they prefer to produce and to consume”.

⁹ As taxas naturais de remuneração dos fatores, o que também pode ser entendido como a estrutura da distribuição funcional da renda, dependeriam das condições mais gerais das economias “*their riches or poverty, their advancing, stationary, or declining condition; [...] the particular nature of each employment; [...] the natural or improved fertility of the land*” (ibid. p. 47).

Outra interpretação do equilíbrio na teoria econômica é aquela que o considera como a representação das condições necessárias para a reprodução do sistema. Nestes termos, pode-se considerar que Marx, em “O Capital”, trata das condições mínimas para a reprodução simples do capital apontando, com isso, quais relações entre variáveis específicas seriam basilares para que uma economia alcançasse e mantivesse o equilíbrio (HENRY, 1983; LUNGHINI, 2001). Com efeito, o intuito de Marx com esse tipo de análise não é apreender o equilíbrio econômico ou o padrão simples de reprodução do sistema como um fato natural ou tendencial para o qual o sistema capitalista caminharia, mas apontar as razões pelas quais as referidas condições não poderiam ser, ou raramente seriam, replicadas na realidade. O equilíbrio, nesse sentido, serve como uma hipótese ou um parâmetro de comparação para construção de modelos teóricos utilizados para a explicação do funcionamento da economia.

O equilíbrio como condição de reprodução do sistema pode ser interpretado, ademais, como um padrão de repetição, como aquele utilizado por Quesnay, no seu “*Tableau Économique*”, ou o fluxo circular proposto por Schumpeter, em “*Theory of Economic Development*” (POSSAS, 1983¹⁰; CHICK, 2007). Em modelos como estes, o tempo seria considerado, mas as variáveis fundamentais sob análise, como salários, preços, produção e renda, seriam constantes em relação aos períodos anteriores, o que caracterizaria uma representação estática¹¹ dos processos econômicos. Nota-se, destarte, que a noção de fluxo circular entendida como uma condição de estado estacionário é utilizada por Schumpeter justamente para descrever o processo de desenvolvimento capitalista como o frequente distanciamento da simples reprodução e repetição dos fenômenos econômicos.

Tentando minimizar as controvérsias trazidas à tona pelas diferentes denotações do equilíbrio em economia e enfatizando o caráter de dispositivo metodológico¹² que esta noção costuma assumir nas mais diversas teorias, Machlup (1958) propõem o que seria uma definição mais geral do equilíbrio: “*equilibrium, in economic analysis, as a constellation of selected interrelated variables so adjusted to one another that no inherent tendency to change*

¹⁰ Possas (1983) considera este tipo de análise como sendo apenas um exercício estático, o qual não guardaria relação com o que ele consideraria como sendo a análise de equilíbrio, sendo a última caracterizada por níveis tendenciais de determinada variáveis “resultantes de algum processo de ajustamento econômico, em que o intervalo de tempo seria encarado como o período necessário para que as forças em ação se equilibrem reciprocamente” (POSSAS, 1983, p. 7-8).

¹¹ Considerações mais pormenorizadas sobre as concepções de equilíbrio estático e dinâmico estão contidas na seção 2 deste capítulo.

¹² Para Machlup (1958, p. 1-2) “*The most prevalent use of the equilibrium concept in economics is probably as a methodological device in abstract theory. Here "equilibrium" is employed in connection with "models" containing several interrelated variables; as a "useful fiction" it serves as a part of a mental experiment designed to analyze causal connections between "events" or "changes of variable".*

prevails in the model which they constitute. The model as well as its equilibria are [...] mental construction” (MACHLUP, 1958, p. 9). Esta acepção, além de se aproximar da ideia de posição de repouso, como uma ausência inerente de tendência à mudança, confere ao equilíbrio uma conotação de compatibilidade entre as variáveis, o que, para o autor, significaria “[...] [a] “*peaceful co-existence*” between selected variables of given magnitudes”(Ibid. p. 10). Uma incompatibilidade significaria, pois, que uma ou mais variáveis precisariam mudar.

Admitir a referida denotação de compatibilidade faz com que o equilíbrio assuma uma condição estritamente hipotética, considerada dependente das variáveis selecionadas em cada modelo e das relações estabelecidas entre elas. Nesta perspectiva, aquilo que é considerado ajuste (equilíbrio) ou desajuste (desequilíbrio) só pode ser delimitado no âmbito de modelos específicos, cujas variáveis, relações causais, institucionais e de tecnologia são definidas livremente por cada pesquisador, de modo a lidar com problemas igualmente singulares. A liberdade para a composição dos modelos e a miríade de situações de equilíbrio que isso implica são destacadas por Machlup,

[...] *The system may contain few variables or many; it may postulate inter-relationships of many different kinds; it may deliberately exclude interactions of variables which take a long time to work themselves out or, on the other hand, it may disregard regular oscillations of some variables within short intervals of time* (Ibid. p. 6).

A inclusão de variáveis ou de uma relação comportamental antes desconsiderada, bem como a mudança na perspectiva temporal (curto ou longo prazo) tratada pelo modelo, podem tornar uma situação antes considerada de equilíbrio, ou de compatibilidade mutua entre as magnitudes econômicas, em uma condição de desequilíbrio no novo modelo¹³. Neste contexto, é justamente desta relatividade de definição em relação ao que seriam as condições de compatibilidade entre as variáveis que deriva a dificuldade de se considerar uma situação concreta¹⁴, delimitada histórica e geograficamente, como sendo uma posição de equilíbrio. Novamente nas palavras de Machlup,

¹³ No que tange à relatividade do que seria considerado equilíbrio ou desequilíbrio em cada modelo, Backhouse (2004, p. 302) afirma: “*Equilibrium in a market where only production costs and preferences are specified is completely different from equilibrium in one where transactions costs and costs of decision making are also included. Equilibrium in the latter may imply disequilibrium in the former*”.

¹⁴ A sessão 1.3 deste capítulo trata de forma mais minuciosa a questão ontológica da noção de equilíbrio, ou, em outros termos, a necessidade ou não de se considerar esta noção como uma característica do mundo real.

Incidentally, no student who understands these conceptions will fall into the error of identifying a concrete situation, involving the prices paid and quantities produced in a certain country at a certain time, as a position of long-run equilibrium. All these equilibria are purely hypothetical. Never could anybody "know" that all adjustments to past events have been completed or will ever be completed [...] (Ibid. p. 8).

Este entendimento do equilíbrio como uma alegoria mental, uma ferramenta analítica¹⁵ meramente hipotética utilizada para entender a relação causal entre variáveis especificadas de acordo com o problema em questão, como será evidenciado mais adiante, apresenta uma interface com a dimensão metodológica do equilíbrio e parece ser utilizada em grande medida por Keynes na Teoria Geral, bem como por autores neoclássicos. É preciso notar, entretanto, que apesar do uso comum do equilíbrio (no sentido de compatibilidade entre as variáveis) entre esses autores, há diferenças metodológicas que os distanciam.

Outro significado do equilíbrio, que em alguma medida se assemelha ao de compatibilidade entre as variáveis e que passa a ser dominante em economia a partir da década de 1960¹⁶, principalmente nos modelos de equilíbrio geral neoclássicos, é o que trata essa noção como a solução ou propriedade analítica de um modelo matemático, o que, em outras palavras, significa a existência de um conjunto de variáveis endógenas que torna um sistema de equações logicamente compatível, dados os valores das variáveis exógenas assumidas como parâmetros. O equilíbrio sob esse ângulo é, antes de tudo, uma estratégia para a solução de problemas, algo que normalmente não encontra correspondência com o mundo real. Estar fora do equilíbrio significaria que a explicação do fenômeno de interesse ainda não teria sido levada a cabo de forma satisfatória e que o processo de determinação das variáveis endógenas ainda não teria se completado (BACKHOUSE, 2007). Sobre essa acepção específica, Samuelson sustenta que

By equilibrium is meant here only the values of variables determined by a set of conditions, and no normative connotation attaches to the term [...] The concept of an equilibrium system outlined above is applicable as well to the case of a single variable as to so-called general equilibrium involving thousands of variables [...] (SAMUELSON, 1965, p. 8).

¹⁵ A discussão sobre o equilíbrio como ferramenta analítica encontra-se na seção 2.2.

¹⁶ Weintraub (2005) afirma que haveria duas perspectivas distintas sobre a noção de equilíbrio em economia: uma relativa à tradição marshaliana, pré-1950, na qual o equilíbrio seria visto como uma característica observável no mundo real, e a outra, prevalecente a partir dos anos 1960, em que o equilíbrio seria considerado como uma mera propriedade de um modelo matemático, guardando pouca ou nenhuma relação com os processos reais do sistema econômico.

Na condição de solução analítica de um modelo, e considerando uma abordagem dinâmica¹⁷, em que o tempo passa a ser levado em conta, o equilíbrio deixa de estar associado necessariamente a uma situação ou posição de repouso para a qual o sistema convergiria, ou a uma premissa de estabilidade, e começa a representar a trajetória descrita pelas variáveis endógenas ao longo do tempo, de modo que a convergência para uma determinada posição tendencial dependerá, fundamentalmente, das hipóteses definidas de forma particular em cada modelo. Como apontado por Lisboa (1998b), alguns modelos dinâmicos de equilíbrio geral¹⁸ demonstram trajetórias não convergentes das variáveis endógenas, inclusive com comportamentos caóticos.

Sob essa ótica, e mais especificamente considerando o método de análise neoclássico, que concebe a ação individual como base para a explicação dos fenômenos econômicos, uma determinada solução para um modelo matemático, ou aquilo que seria tratado como equilíbrio, dependerá fundamentalmente das hipóteses que são feitas sobre o comportamento dos indivíduos, o processo de formação de suas expectativas, a dimensão temporal e a estrutura competitiva do mercado em que estão inseridos. A começar pelas hipóteses sobre como se comportam os agentes, considera-se uma solução de equilíbrio do modelo, por exemplo, aquela em que os indivíduos estão otimizando/maximizando utilidade e lucros, sujeitos a um dado conjunto de restrições, de informações disponíveis e de expectativas em relação ao futuro e ao comportamento dos demais agentes (LISBOA, 1998b). Em um modelo walrasiano¹⁹, com informação perfeita e expectativas plenamente satisfeitas, quando a solução ótima é alcançada, os indivíduos não têm incentivos para modificar seu comportamento, algo compatível com a definição proposta por Hahn (1973, p.14) “*an economy is in equilibrium when it generates messages which do not cause agents to change the theories which they hold or the policies which they pursue*”. Além disso, um determinado vetor de preços e quantidades que compatibiliza as ações individuais é encontrado, igualando oferta e demanda nos diferentes mercados de forma simultânea e fazendo com que todos os indivíduos se encontrem na melhor das situações, considerando as escolhas possíveis.

Entretanto, há modelos que ao considerarem a incapacidade de conhecimento pleno do agente acerca de alguns aspectos fundamentais do mercado, alcançariam um equilíbrio que

¹⁷ Relações entre a noção de equilíbrio e de dinâmica são tratadas na segunda seção deste capítulo.

¹⁸ Ver Grandmont (1987) e Boldrin e Montrucchio (1986)

¹⁹ Caracterizando o que seria um modelo walrasiano, destaca-se a seguinte passagem de Boland (2017, p.9) “*Historically, what textbooks call the Walrasian general equilibrium model is a system of simultaneous equations in which each equation represents a necessary calculus condition for optimization, and thus together the equations represent the necessary conditions for all markets to be clearing (i.e., to be in equilibrium)*”.

não representaria um ponto de maximização ou de ótimo no sentido de Pareto. Consoante Boland (2017), no caso do modelo microeconômico de Clower, haveria a hipótese de um monopolista ignorante, que não conseguiria conhecer a curva de demanda de mercado e, portanto, deveria se basear em suposições acerca da verdadeira curva. Caso tais suposições não correspondessem à realidade — e, segundo o modelo, não haveria formas do agente garantir se estariam corretas ou não —, o preço de equilíbrio poderia ser determinado, ao contrário do que poderia acreditar o monopolista, sem que o lucro estivesse sendo efetivamente maximizado, e, deste modo, não haveria incentivos para que esses agentes mudassem de comportamento. Este seria o exemplo de um equilíbrio não ótimo tanto para o indivíduo como para a economia como um todo.

Outra vertente de modelos de equilíbrio geral que incluem microfundamentos não-walrasianos²⁰ (concorrência imperfeita e racionamento), também conhecidos como modelos de desequilíbrio geral²¹ (BACKHOUSE & BOIANOVSKY, 2012), desenvolvem um aparato teórico que busca justificar e confirmar a existência de uma situação de equilíbrio com desemprego involuntário, como proposto por Keynes em sua *Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda* (1973). A ideia fundamental destes modelos seria a de que um ou mais mercados não necessariamente convergiriam para uma situação em que demanda e oferta se igualariam, comumente chamada de posição de *market clearing*. Isso seria ocasionado, fundamentalmente, pela inserção de hipóteses como a de que os agentes poderiam sofrer restrições em termos do que eles poderiam comprar ou vender, o que os obrigaria a realizar trocas a preços falsos, impedindo que suas ações fossem mutuamente compatíveis²². Para

²⁰ Dentre os autores classificados nessa categoria, pode-se destacar Patinkin (1956), Clower (1965), Leijonhufvud (1968), Barro e Grossman (1971) e Benassy (1975).

²¹ As hipóteses características desses modelos, segundo Andrade (2010, p.36), seriam: “(i) mantém-se a hipótese de maximização das funções-objetivo; (ii) mantém-se o princípio das trocas voluntárias; (iii) ao afastar as hipóteses de recontratos, *tâtonnement* e ajustamento automático no vetor preços pode se observar trocas a preços falsos; (iv) como não se pode assumir que as trocas ocorrem em uma única rodada trabalha-se com a ideia de trocas sequenciais; (v) havendo trocas a preços falsos pelo menos uma das unidades de decisão (firmas e famílias) estará fora de suas curvas de demanda *notional*, de forma que os planos dos agentes econômicos não serão mutuamente compatíveis; (vi) é importante distinguir planos ideais de resultados efetivamente observados, e; (vii) como o sistema de preços falha, as alocações deverão ser função de algum ajustamento quantitativo”.

²² A hipótese de racionamento, como utilizada nesses modelos, não é o que Keynes utiliza para formular sua ideia de desemprego involuntário. Além disso, como destacado por Ertürk (1996, p.372), “Recent work on the general equilibrium stability analysis incorporating the implications of ‘false trades’ on endowments has shown equilibrium to be path-dependent and possibly non-Walrasian [...] While these findings seem to vindicate Keynes’s insistence that there can be non-optimal positions of rest, they also undermine much of conventional Keynesian dynamic analysis which has assumed that adjustment to short-period equilibrium is non-path-dependent [...] It is evident that this interpretation fundamentally alters the meaning of Keynes’s project as

além, a inclusão de pressupostos como a possibilidade de expectativas equivocadas, assimetria de informação e limitação por contratos, podem fazer com que os agentes maximizem utilidade e lucro, não tendo incentivo para mudar de comportamento, em um ponto em que oferta e demanda não se igualam.

Quando a análise passa a tomar um caráter mais dinâmico, como nos modelos de Ciclos Reais de Negócios (*Real Business Cycles*), incorporando a ideia de agentes otimizando de forma intertemporal — maximizado a utilidade em relação a todo o período de vida — em um cenário em que choques aleatórios causados pela política monetária e por mudanças tecnológicas podem acontecer a qualquer momento, surge outra noção de equilíbrio que se afasta da noção de posição de repouso. Nesta acepção, os indivíduos otimizam ao longo do tempo, dadas as informações disponíveis, mas cometem erros em decorrência dos recorrentes e imprevisíveis choques que afetam e geram as flutuações do sistema econômico. Este tipo de equilíbrio é conhecido como estocástico, significando que as variáveis estariam em uma condição de distribuição de probabilidade estável (BACKHOUSE & BOIANOVSKY, 2012).

Considerações distintas sobre como os agentes formam suas expectativas também podem dar origem a importantes variações nos resultados (soluções) dos modelos, e, portanto, sobre a forma como se concebe o equilíbrio. No caso da Teoria dos Jogos, iniciada por Von Neumann e Morgenstern e desenvolvida posteriormente por John Nash, uma das soluções de equilíbrio é obtida em um contexto de interação entre dois ou mais jogadores, no qual cada um cria uma expectativa correta quanto à estratégia adotada pelos outros e optimiza em relação a essa expectativa (PHELPS, 1987), alcançando o chamado equilíbrio de Nash. Esse resultado, todavia, longe de ser o único tratado dentro da teoria dos jogos, será diferente à medida que novos pressupostos são incluídos no modelo, como decisões sequenciais ou outros tipos de processos de formação de expectativas, dando origem, como destaca Lisboa (1998a), a soluções como equilíbrio perfeito em subjogo, equilíbrio Bayesiano perfeito e equilíbrio sequencial.

As definições semânticas para a noção de equilíbrio destacadas até aqui e sintetizadas na Tabela 1, evidentemente, não são as únicas possibilidades tratadas dentro da vasta gama de abordagens teóricas em economia. Além disso, pode-se dizer que, a depender dos parâmetros de classificação, algumas categorias classificadas como distintas podem ser consideradas equivalentes ou subcategorias de outras: em alguns contextos, o equilíbrio como o balanceamento entre forças pode significar o mesmo que uma posição de repouso ou um

understood by non-orthodox Keynesians [...] the essence of Keynes is 'the difficulty of equilibrating rather than bad equilibrium'.

ponto tendencial para onde os processos econômicos convergiriam; em outros casos, a formação de expectativas corretas será o equivalente à ausência de incentivos para que os agentes mudem de comportamento. Estas, portanto, parecem ser as dificuldades inerentes ao esforço de qualificação de um conceito que assume centralidade em tantas partes da literatura econômica.

Tabela 1 – Resumo das definições de equilíbrio e dos autores que a utilizam

Definições	Alguns autores que utilizam as definições
(i) Balanceamento de forças	Marshall, Robinson
(ii) Posição de repouso	Harrod-Domar, Passinetti, Walras
(iii) Ponto tendencial	Smith, Ricardo, Mill
(iv) Posição escolhida	Hicks
(v) Condições para a reprodução do sistema	Marx, Quesnay, Schumpeter
(vi) Compatibilidade entre as variáveis	Machlup, Keynes
(vii) Solução de um modelo matemático	Samuelson, Lucas, Hahn

Fonte: Elaboração própria.

Nota: A inclusão dos referidos autores em categorias específicas de definição do equilíbrio não exclui a possibilidade de que eles o tenham utilizado com outro significado em suas respectivas obras.

Ainda que podendo incorrer nas referidas dificuldades, a classificação semântica realizada acima parece reforçar o caráter mutável e relativo que assume a noção de equilíbrio nos mais diversos contextos teóricos e históricos do pensamento econômico, e, com isso, evidencia o problema de se dar a esta noção uma conotação única e, a partir dela, avaliar sua utilidade em termos metodológicos e normativos. Ter ciência das nuances assumidas pelo significado do equilíbrio em economia é condição necessária para que se possa inquirir sobre o seu uso em perspectivas teóricas específicas, como é o caso da presente tese.

Realizada a análise acerca da dimensão semântica do equilíbrio, passa-se à investigação da natureza metodológica (ferramenta analítica) e ontológica (característica do objeto de estudo) desta noção, algo que se desenvolve nas duas próximas subseções.

1.2 Dimensão metodológica

O equilíbrio, além de sua dimensão conceitual, pode ser entendido como um método de análise, isto é, uma ferramenta utilizada para apreender o funcionamento de um modelo e, assim, ser uma aproximação do que seria o sistema econômico real. Esta separação entre conceito e método é importante, pois evidencia a possibilidade de existirem teorias que lançam mão de alguma forma semântica de equilíbrio, mas que não o utilizam como procedimento analítico para a compreensão de determinado fenômeno. Diante desta diferenciação, faz-se necessário estabelecer as características fundamentais do que seria o equilíbrio como método.

A aplicação do equilíbrio como um procedimento metodológico, como uma forma específica de explicação dos fenômenos econômicos, ganha rigor e reconhecimento na obra de Alfred Marshall, “*Principles of Economics*” (DÜPPE, 2015; JHUN, 2016), com o seu uso do que hoje é comumente tratado como estática comparativa. Em linhas gerais, este método visa a apontar as consequências lógicas implicadas pela alteração de uma ou mais variáveis dentro de um determinado modelo, mantendo constantes ou estáveis um conjunto de outros elementos que também podem afetar a dinâmica do processo econômico sob análise. Sobre esse método de explicação e sobre a importância da hipótese que considera “tudo mais constante”, também conhecida como cláusula *ceteris paribus*, Marshall escreve

[...] *The element of time is a chief cause of those difficulties in economic investigations which make it necessary for man with his limited powers to go step by step; breaking up a complex question, studying one bit at a time, and at last combining his partial solutions into a more or less complete solution of the whole riddle. In breaking it up, he segregates those disturbing causes, whose wanderings happen to be inconvenient, for the time in a pound called *Caeteris Paribus*. The study of some group of tendencies is isolated by the assumption other things being equal: the existence of other tendencies is not denied, but their disturbing effect is neglected for a time. The more the issue is thus narrowed, the more exactly can it be handled: but also the less closely does it correspond to real life* (MARSHALL, 2013[1890], p.304).

Além de constituir-se em uma abstração útil que reduz a complexidade inerente ao objeto de estudo e permitir que algumas relações causais e generalizações sejam estabelecidas — ainda que isso possa provocar um distanciamento relativamente ao funcionamento real do sistema — (JHUN, 2016), assumir, momentaneamente, a invariabilidade de outras possíveis causas, segundo esse método, não exclui o reconhecimento do potencial de influência delas sobre o funcionamento do sistema, mas suspende essa possível influência durante certo

período, de modo que as situações de equilíbrio atingidas pelas variáveis endógenas dependam fundamentalmente das restrições estabelecidas ou dos elementos que estarão submetidos à cláusula *ceteris paribus*. Nesta lógica, o que representa um equilíbrio final em determinada formulação teórica pode não ser final caso outras condições ou efeitos sejam levados em conta (CHICK, 2007). De outro modo, o que tradicionalmente poderia ser interpretado como um desvio do equilíbrio de longo prazo passa a ser visto como um caso diferente de equilíbrio (MILGATE, 1987).

A manipulação do que seriam os elementos constantes no modelo faz com que Marshall estabeleça a diferença entre o que seriam considerados equilíbrios de curto e longo prazos. A diferenciação se dá a partir do horizonte temporal tratado na tomada das decisões econômicas: o equilíbrio de curto prazo corresponde ao interregno, do ponto de vista da firma, em que o estoque de capital físico não pode ser alterado (encontra-se em *ceteris paribus*), mas em que a quantidade de trabalho pode ser modificada para que se obtenha a maximização dos lucros; já no longo prazo o capital físico pode ser alterado e, então, a firma consegue maximizar seus lucros em termos da escolha ótima de capital e não apenas de trabalho (BOLAND, 2017). Não existe, pois, um limite temporal, em termos de meses ou anos, que defina a duração do curto e do longo prazo. A distinção estará na manutenção ou não do isolamento do modelo em relação aos efeitos de determinadas variáveis tratadas como exógenas.

Machlup (1958) descreve de forma pormenorizada o método de estática comparativa, apontando a especificidade do uso do equilíbrio nesse contexto e defendendo sua funcionalidade na compreensão dos eventos econômicos.

Na descrição do autor, os eventos econômicos entendidos como ajustamentos do sistema a certos acontecimentos antecedentes, também interpretados como distúrbios, causas ou impulsos, normalmente são apreendidos através da construção de um aparato conceitual, uma forma de exercício mental, que tente estabelecer as relações de causa e efeito entre dois conjuntos de mudanças, sendo um o distanciamento de uma posição de equilíbrio e o outro o movimento em direção à nova posição de equilíbrio. A necessidade de lançar mão dessa ferramenta estaria relacionada ao fato de que as mudanças no sistema podem ser observáveis, mas a relação causal entre elas não, sendo esta última estabelecida apenas através da operação de uma construção teórica manipulável apenas na dimensão imaginária.

Nessas condições, o procedimento de estática comparativa, antes de qualquer coisa, deve valer-se de um modelo, seja ele algébrico ou verbal, com uma clara especificação quanto ao número de variáveis e quanto às relações funcionais entre elas (que podem ser de natureza

tecnológica, comportamental e institucional), para que a análise sobre o impacto da modificação de uma variável considerada independente em relação ao conjunto de variáveis dependentes possa ser elaborada. Esta análise se desdobra em quatro passos: i) o primeiro é considerar uma posição inicial de equilíbrio, de compatibilidade entre as variáveis em questão, em que não há tendência de modificação; ii) o segundo se refere à transformação de algum elemento, representando um fator de desequilíbrio no modelo; iii) o terceiro representa as reações do sistema em relação às mudanças ocorridas na etapa anterior, como um processo de ajuste; iv) por fim, o quarto passo, correspondente à situação de novo equilíbrio, com as variáveis recuperando sua compatibilidade e cessando seu processo de ajustamento.

Como o desequilíbrio e o ajuste dos passos dois e três, respectivamente, são não observáveis, mas sim elementos de interpretação, é necessária determinada suposição para garantir sua plausibilidade e para assegurar que as mudanças ocorridas no terceiro passo sejam resultantes exclusivas dos efeitos do passo dois. O isolamento do passo dois como provável causa dos ajustes posteriores é feito, justamente, pela suposição de uma posição de equilíbrio inicial, como desenvolvida no primeiro passo. Sem essa hipótese inicial não há garantias de que os fatores de distúrbio do passo dois sejam os únicos a causarem as transformações observadas ou esperadas no passo três. Ademais, para que se certifique de que todos os efeitos do passo dois foram completados e que nenhuma outra transformação ocorrerá no sistema em decorrência dele, faz-se a suposição final, após o terceiro passo, concernente ao novo equilíbrio, situação diante da qual não haverá ajustes posteriores caso outros elementos de perturbação sejam desconsiderados. Em vista disso, Machlup sumariza

[...] we have here a mental experiment in which the first and last steps, the assumption of initial and final equilibria, are methodological devices to secure that Step 2 is the sole cause and Step 3 contains the complete sequence of effects. The function of the initial equilibrium is to assure us that "nothing but 2" causes the changes under Step 3; the function of the final equilibrium is to assure us that "nothing but 3" is to be expected as an effect of the change under Step 2 [...] (MACHLUP, 1958, p. 5).

O esgotamento dos efeitos ocorridos no passo três, ainda segundo o autor, depende fundamentalmente do conjunto de variáveis, e, portanto, das possíveis causas, que se levam em conta na situação de equilíbrio. A depender do tipo de questão que o teórico pretende responder ou do problema que busca analisar, elegem-se as varáveis e as relações causais que, supostamente, melhor se adequam ao fenômeno estudado, de modo que a compatibilidade entre as variáveis selecionadas expresse, ao fim e ao cabo, uma condição relativa aos tipos específicos de relações estabelecidas em cada modelo, permitindo que o equilíbrio assuma

diferentes definições e formas nos mais diversos contextos teóricos. Para além, a validade lógica da explicação é garantida apenas quando nenhuma das variáveis exógenas se modifica durante o período exigido para que as variáveis endógenas atinjam seus valores de equilíbrio.

Este tipo de exercício mental guarda semelhança, portanto, com os experimentos de laboratório, em que um grupo de controle é selecionado para que se consiga investigar os efeitos da mudança de uma variável específica sobre outro grupo com iguais características. A condição de equilíbrio inicial cumpre, como um controle, o papel de isolar o sistema da interferência de outras variáveis perturbadoras e permitir que determinadas relações sejam devidamente estabelecidas.

Como argumentam Chick e Dow (2005, 2012), um modelo é um sistema²³ teórico fechado²⁴ caracterizado por uma estrutura formal definida por hipóteses e pressupostos específicos que definem a completude das relações causais/estruturais e a imutabilidade deste sistema. Destarte, o uso do procedimento de estática comparativa, como anteriormente mencionado, pressupõe a utilização desses sistemas teóricos fechados. Um modelo, no entanto, pode ser considerado como um componente, um subsistema, de uma teoria²⁵ caracterizada como um sistema aberto²⁶ passível, por exemplo, de alterações em suas relações

²³ Um sistema pode ser entendido como um conjunto de elementos inter-relacionados que formam uma unidade complexa ou um conjunto de princípios ou ideias organizadas em um todo pertencente a alguma esfera do conhecimento, podendo, portanto, ser uma característica da realidade ou uma formulação teórica (exercício mental) (CHICK & DOW, 2005).

²⁴ As condições estabelecidas por Chick e Dow (2005, p.367) para que um sistema teórico seja considerado fechado são: “1) *All relevant variables can be identified*; 2) *The boundaries of the system are definite and immutable*; it follows that it is clear which variables are exogenous and which are endogenous; these categories are fixed; 3) *Only the specified exogenous variables affect the system, and they do this in a known way*; 4) *Relations between the included variables are either knowable or random*; 5) *Economic agents (whether individuals or aggregates) are treated atomistically*; 6) *The nature of economic agents is treated as if constant*; 7) *The structure of the relationships between the components (variables, subsystems, agents) is treated as if it is either knowable or random*; 8) *The structural framework within which agents act is taken as given*.”

²⁵ Não há consenso em economia de que modelos e teorias são categorias distintas de um procedimento analítico.

²⁶ Ainda segundo Chick e Dow (2005, p.366), um sistema aberto, seja ele teórico ou real, existirá quando alguma das seguintes características for observada: “i) *The system is not atomistic; therefore at least one of the following holds*: a) *outcomes of actions cannot be inferred from individual actions (because of interactions)*; b) *agents and their interactions may change (for example agents may learn)*; ii) *Structure and agency are interdependent*; iii) *Boundaries around and within the social or economic system are mutable; for at least one of the following reasons*: a) *social structures may evolve*; b) *connections between structures may change*; c) *the structure-agent relation may change*; iv) *Identifiable social structures are embedded in larger structures; these may mutually interact, for the boundaries of a social system are in general partial or semi-permeable*; v) *There may be important omitted variables or relations and/or their effects on the system may be uncertain*; vi) *The classification into exogenous and endogenous variables may be neither fixed nor exhaustive*; vii) *Connections and/or boundaries between structures may be imperfectly known and/or may change*; viii) *There is imperfect knowledge of the relations between variables; relationships may not be stable*.”

estruturais ou de uma indefinição em relação ao que seriam as variáveis endógenas ou exógenas. Nestes termos, uma teoria pode ser entendida como algo mais abrangente, um arcabouço formal ou informal que incorpora diversos modelos.

Se o processo de teorização utiliza modelos — sistemas fechados — que são reconhecidamente parte de uma estrutura teórica mais abrangente — sistema aberto — e que fazem nada mais do que ignorar por um determinado período características fundamentais desta estrutura, mantendo constantes suposições específicas ou assegurando condições de *ceteris paribus*, ele pode ser reconhecido como um método de estática comparativa, também entendido como um tipo de análise parcial necessária à apreensão de determinadas regularidades presentes mesmo em sistemas abertos. Lançar mão deste expediente teórico, ao contrário de manter rígidos os limites da análise e isolar de forma definitiva o sistema de possíveis modificações, permite a flexibilização e incorporação de variáveis e estruturas antes desconsideradas.

Segundo Chick e Dow (2005), a Teoria Geral de Keynes teria esse caráter de sistema aberto, incluindo alguns modelos de sistema fechado, que se diferenciariam a partir de distintas suposições quanto à possibilidade de modificação das expectativas de curto e longo prazo: os resultados teóricos são alterados a depender de quais expectativas estão sujeitas à modificação. Keynes reconheceria, pois, o caráter mutável e evolutivo das estruturas sociais e o potencial de transformação das relações entre variáveis, inerentes a um sistema econômico aberto, mas, através de um modelo fechado, definiria os limites entre o que seriam as variáveis endógenas e exógenas, a fim de abstrair temporariamente alguns elementos notadamente importantes e teorizar sobre regularidades presentes neste sistema²⁷.

Não obstante, as autoras apontam que um sistema teórico fechado é identificado em abordagens cujos modelos, que partindo de axiomas imutáveis como o de racionalidade individual, não permitem a incorporação de características omitidas sem que isso modifique completamente o sistema e não se conectam a nenhuma teoria considerada mais abrangente. Esse tipo de procedimento seria utilizado pela abordagem dominante em economia, como na teoria Novo Clássica, que assumiria hipóteses irrealistas que não admitiriam posteriores relaxamentos, implicando não em fechamento parcial, como o realizado por Keynes na Teoria Geral, mas em isolamento das relações estruturais do sistema. Tal procedimento se justificaria

²⁷ Sobre o método de análise utilizado por Keynes, Lang e Setterfield (2015, p. 196) argumentam que “equilibrium analysis is employed as a distinct methodology designed to “lock up without ignoring” various pertinent features of historical time in order to render analysis of a system tractable: some part of a system’s dynamics is overlooked, creating constancy where there is, in fact, the propensity for change, in order to facilitate the practical analysis of other parts”.

pela concepção metodológica instrumentalista de Friedman (1953), em que o realismo das hipóteses não importaria caso os resultados obtidos pelos modelos teorias fossem úteis em termos de previsão dos fenômenos econômicos.

Sob esta interpretação de modelos e teorias como sistemas distintos, o método de estática comparativa pode ser interpretado e utilizado de duas maneiras: por um lado, como um assessor temporário da análise, que, apesar de expressar o funcionamento de um sistema fechado, é utilizado para suspender momentaneamente o efeito de alguns elementos e relações presentes no sistema real aberto, estabelecendo limites permeáveis e flexíveis para a análise e compondo uma das categorias de um esforço teórico mais amplo que admite a inclusão de elementos antes propositadamente omitidos; por outro lado, como uma forma completa de análise que define de forma clara e permanente os limites das estruturas e relações sistêmicas, não admitindo a alteração de seus pressupostos básicos.

O equilíbrio como método de análise parece, portanto, constituir-se como um conjunto de abstrações que se aplicam de forma distinta nas diferentes abordagens teóricas, podendo assumir caráter definitivo ou provisório de acordo com a percepção de cada teórico a respeito dos limites e potencialidades no uso dessa ferramenta analítica.

Autores como Backhouse (2004) e Mashlup (1958) defendem que não há motivos para se considerar o método de equilíbrio — tratado em sua forma de abstração dos elementos da realidade — como um procedimento de análise ilegítimo. Isto porque para a complexidade do sistema econômico ser apreendida dever-se-ia, pelo menos em princípio, passar por um processo de compartimentação, algo que seria possibilitado pela análise de equilíbrio. Sob essa perspectiva, a atenção deveria se voltar não ao método de equilíbrio em si, mas às suposições feitas em cada modelo, como nos casos em que determinadas abstrações — por exemplo, quanto ao comportamento dos agentes ou ao tipo de formação de expectativas — pudessem ser consideradas inapropriadas para o entendimento de um fenômeno específico.

Robinson (1962), apesar de ser umas das representantes da abordagem crítica ao uso irrestrito do método de equilíbrio, também reconhece sua utilidade como ferramenta analítica dentro de determinados limites²⁸, como fica claro na seguinte passagem

²⁸ Sobre o uso e a interpretação do método de equilíbrio nas obras de Robinson, Harris (2004, p.2) escreve “*She herself used the device to great effect in her own work. She viewed it, at times, as a “thought experiment”, useful for solving “analytical puzzles”, even to the point of recognizing a “perverse pleasure” in this practice [...] She also thought: It is useful for eliminating contradictions and pointing towards causal relations that will have to be taken into account in interpreting history.*”

The concept of equilibrium, of course, is an indispensable tool of analysis [...] but to use the equilibrium concept one has to keep it in its place, and its place is strictly in the preliminary stages of an analytical argument, not in the framing of hypotheses to be tested against the facts (ROBINSON, 1962, p.78).

As críticas ao método de equilíbrio, contudo, mesmo se aceitando sua conveniência no que diz respeito à abstração momentânea de elementos complicadores da análise, vão além, ao apontarem as insuficiências dele, em especial quando ele não exerce apenas uma função acessória no esforço de teorização ou quando não reconhece a necessidade de modificação ou inclusão de determinados pressupostos. Neste sentido, Lang e Setterfield (2015) defendem a possibilidade de crítica ao que chamam de abordagem tradicional de equilíbrio, predominante na vertente neoclássica e caracterizada pelo uso de resultados que desconsideram a importância da trajetória dinâmica percorrida pelo sistema até o ponto de equilíbrio (os modelos seriam *path independent*), pelo fato de ela assumir propriedades sistêmicas como a homeostase e a reversibilidade temporal. Enquanto que a primeira propriedade garante que o sistema retorne à mesma posição de equilíbrio inicial após um choque temporário, a segunda permite que o sistema retome esta posição refazendo os mesmos passos até que as condições iniciais sejam restauradas.

Para esses autores, há uma abordagem alternativa de equilíbrio, em que os resultados dependem da trajetória específica seguida pelo sistema até o equilíbrio (*path-dependece*) e em que o tempo histórico²⁹ assume importância fundamental como componente da análise. Logo, o percurso específico traçado pelas variáveis de interesse determinará a posição de equilíbrio, de modo que diversos resultados podem surgir a depender da dinâmica de cada sistema. A diferença crucial entre essas duas abordagens em relação ao método de equilíbrio encontra-se justamente no distanciamento de uma (a tradicional) e a aproximação da outra (a alternativa) em relação às características inerentes ao sistema real.

Vale evidenciar ainda que as críticas à abordagem tradicional de equilíbrio não se resumem, conforme Boland (2017), à questão do realismo. Algumas delas se dirigem a elementos não incorporados nos modelos de tradição walrasiana, como hipóteses específicas sobre conhecimento e informação, formação de expectativas, presença de incerteza e de retornos crescentes de escala.

Percebe-se, pois, que o equilíbrio em sua dimensão metodológica também não é utilizado de maneira invariável entre as diferentes perspectivas teóricas. Apesar de conter um

²⁹ O tempo histórico, como proposto por Robinson (1974), corresponde à passagem de tempo no sistema econômico real e não é passível de reversibilidade, ao contrário do tempo lógico utilizado em grande medida na abordagem de equilíbrio tradicional.

denominador comum, qual seja, a técnica de abstração, o equilíbrio como método de análise pode assumir caráter assessorio na construção de uma teoria, quando se reconhece a necessidade de incluir elementos desconsiderados no procedimento de equilíbrio, ou pode ser tratado como forma acabada de teorização, não admitindo flexibilizações posteriores.

1.2.1 Estática, dinâmica e o equilíbrio

Outro importante ponto de embate que está relacionado à dimensão metodológica do equilíbrio é a forma como essa noção se associa às ideias de mudança, movimento, repouso, estabilidade, convergência e evolução, ou, de outro modo, em que medida pode comportar ou representar aspectos de análises estáticas e dinâmicas. As noções de estática e dinâmica, entretanto, precisam ser mais bem detalhadas para que se torne possível estabelecer os possíveis vínculos ou inconsistências entre elas e as distintas concepções equilíbrio.

1.2.1.1 Noções de estática e dinâmica em economia

Tal como a ideia de equilíbrio, as noções de estática e dinâmica, apesar de estarem presentes em grande parte da literatura econômica, carecem de definições acabadas e consensuais entre aqueles que as empregam explicita ou implicitamente em suas abordagens teóricas. Contudo, é possível dizer que, de modo geral, o uso dessas noções se dá no sentido de classificar as diferentes formas teóricas de se lidar com um importante e problemático elemento em economia: o tempo. Como existem concepções e modos distintos de se inserir o tempo na análise econômica, surgem também maneiras diversas de se estabelecer quais seriam os verdadeiros limites entre estática e dinâmica.

Segundo Machlup (1959), como as origens etimológicas de estática e dinâmica estão relacionadas a palavras gregas que se referem àquilo que causa permanência (*στατική*) e àquilo que causa movimento (*δυναμική*), respectivamente, podem haver interpretações extremadas que, de um lado, defendem que a ciência econômica, por ter como objetivo explicar a mudança, deveria ser de natureza completamente dinâmica, e, de outro lado, afirmam que, pela aplicação quase generalizada do método de isolamento de algumas variáveis em relação a outras, ou seja, por assumir constância de alguns elementos do sistema, o estudo da economia deveria ser estático. Estas interpretações, no entanto, partem de definições específicas de estática e dinâmica, indicando que a classificação de teorias como

sendo do primeiro, do segundo ou dos dois tipos, dependem fundamentalmente da forma como se consideram essas duas noções³⁰.

Na literatura econômica, quando se refere à diferenciação entre estática e dinâmica, é possível destacar dois grupos de autores: (i) os que se valem destes termos, tentando definirlos e diferenciá-los semântica e analiticamente, e (ii) os que são reconhecidos por construções teóricas que aplicam essas noções, mas que não as definem ou não usam esses termos de forma explícita em seus trabalhos (POSSAS, 1983; MACHLUP, 1959).

Inseridos no segundo grupo, ainda como destacado por Machlup (1959), encontram-se os trabalhos de autores como Ricardo, Malthus e Marx. Nas teorias de Ricardo, Malthus e outros autores clássicos, é possível evidenciar uma preocupação com a análise do crescimento das economias e com a apreensão de um processo de desenvolvimento que se daria a partir de estados progressivos, culminando em um estado estacionário cujas características fundamentais seriam o desaparecimento dos lucros e o fim do processo de acumulação e crescimento. Haveria, portanto, um caráter dinâmico na análise desses autores pelo fato de lidarem com teorias do desenvolvimento histórico e do crescimento econômico.

A classificação dos autores clássicos como teóricos da dinâmica não pode ser considerada, entretanto, consensual, uma vez que, ao considerar o método de abstração e isolamento de algumas variáveis como estático, as escolas históricas alemã e inglesa identificam os clássicos como proponentes de teorias estáticas. Tal controvérsia parece decorrer justamente da ausência de diferenciação explícita entre o que esses autores entenderiam como dinâmica e estática. Com efeito, parece não haver motivos para se desconsiderar que os clássicos tenham combinado elementos destes dois tipos de análise. Mais uma vez, tudo dependerá de como são definidos estes termos.

Ainda no segundo grupo, a obra de Marx, mesmo não contendo o termo “dinâmica”, pode ser entendida em seus mais diversos elementos como um esforço teórico de natureza dinâmica, dado que é construída a partir de uma análise do desenvolvimento de uma economia capitalista, da sua evolução histórica e institucional, considerando todas as variáveis como funções do tempo e interpretando o fenômeno social de forma holística. Para Machlup, dentre os componentes dinâmicos da teoria de Marx estão

³⁰ Indicando a diferenciação entre estática e dinâmica como uma possibilidade de instrumento retórico em economia, Samuelson (1943, p.58) afirma que “Often in the writings of economists the words “dynamic” and “static” are used as nothing more than synonyms for good and bad, realistic and unrealistic, simple and complex. We damn another man’s theory by terming it “static”, and advertise our own by calling it dynamics”.

[...] the theories of accumulation, reproduction on an enlarged scale, mechanization, constant re-creation of the industrial reserve army, progressively increasing misery of the masses, concentration of industry, falling rate of profit, recurring crises, and the inevitable downfall of capitalism (MACHLUP, 1959, p. 102).

Ao contrário deste conjunto de autores que não evidencia de forma explícita a diferença entre estática e dinâmica ou que sequer utiliza estes termos em suas construções teóricas, pode-se elencar uma série de outros autores que buscam delimitar mais precisamente o que seriam essas duas noções e qual seria o escopo de aplicação de cada uma delas. Das diversas definições feitas na literatura econômica, apresenta-se na sequência apenas uma pequena amostra das tentativas mais relevantes de definição dessas noções, mesmo que isso implique em alguma omissão de teóricos que notadamente se prestam à referida tarefa. Com isso, obviamente, não se pretende esgotar a discussão sobre estática e dinâmica, mas sim lançar as bases para uma discussão menos ambígua sobre como o equilíbrio se relaciona a essas noções.

A começar pelos esforços de definição que surgem nas primeiras décadas do século XX, o trabalho de Kondratieff (1925) se sobreleva como uma das tentativas de estabelecimento dos limites entre dinâmica e estática. Afirmando a necessidade de se construir uma teoria genuinamente dinâmica, o autor evidencia, antes de tudo, que estas duas noções devem ser comparadas como duas concepções teóricas diferentes e não como aspectos distintos do fenômeno econômico, considerando que, na realidade, o objeto de estudo da economia estaria em constante mudança, isto é, haveria apenas fenômenos dinâmicos. Neste sentido, a diferenciação se daria nos seguintes termos: (i) a concepção estática, em sua essência, abordaria o fenômeno econômico desconsiderando suas variações ao longo do tempo e lidando com os elementos da realidade como se estivessem em um estado de equilíbrio; mesmo que em determinados momentos sejam operadas mudanças de variáveis selecionadas do modelo, não é intenção da teoria estática analisar o processo dinâmico e suas leis, interessando apenas mostrar que as variações observadas no modelo tendem a um novo equilíbrio. (ii) A concepção dinâmica, por seu turno, preocupa-se, predominantemente, com o processo de transformação dos elementos do fenômeno econômico e suas inter-relações no transcurso do tempo, no sentido de identificar regularidades nesse processo de variação. Vale notar que, para o autor, estas duas concepções apresentam pontos de intersecção, não podendo ser consideradas completamente excludentes, isto porque utilizam elementos uma da outra de forma subsidiária, como o uso de suposições de invariabilidade e identidade na teoria

dinâmica e a inserção de considerações sobre mudança e flutuação na concepção estática. Essa intersecção, portanto, tornaria difícil a associação exclusiva das ideias de repouso e movimento com as noções de estática e dinâmica, respectivamente.

Frish (1992 [1929]), reforçando que a distinção entre estática e dinâmica deve se dar na dimensão analítica e não em relação à natureza do fenômeno, afirma que qualquer lei científica baseia-se na análise de variações e que a diferenciação entre uma lei estática e uma dinâmica estaria justamente no tipo de variação considerada por cada uma delas. No que tange às variações consideradas no caso estático, são levadas em conta aquelas que se relacionam à comparação de situações alternativas — como no método de estática comparativa, em que se observa a alteração ocorrida no modelo devido à mudança de uma ou mais variáveis — e não as variações que se dão no decorrer do tempo, de modo que uma lei estática possa ser formulada sem a introdução da noção de tempo.

As leis dinâmicas, por outro lado, se preocupam com a comparação entre situações sucessivas — e não situações alternativas como no caso da estática —, tentando analisar como se modifica determinado sistema de um ponto a outro no tempo. A análise dinâmica preocupa-se, portanto, com elementos desconsiderados pela estática, como a noção de velocidade de mudança ou de reação, representada pela taxa de crescimento do sistema com relação ao tempo. Em suma, a distinção entre estática e dinâmica poderia ser estabelecida de forma que

Any theoretical law which is such that it involves the notion of rate of change or the notion of speed of reaction (in terms of time), is a dynamic law. All other theoretical laws are static. A static law is a comparison between alternative situations, a dynamic law an analysis of rates of change (FRISH, 1992 [1929], p. 394).

Além disso, o autor salienta que em um modelo estático, cuja determinação em dado momento do tempo se dá por um número necessário e suficiente de pressupostos, o movimento acontece quando são alterados tais pressupostos, mas com uma velocidade infinitamente grande, de modo que a transição de uma situação pra outra possa ser desconsiderada. Já no caso de um modelo dinâmico, em que uma situação, um ponto no tempo, é determinada por um conjunto de condições anteriores, o movimento ocorre sem a mudança dos pressupostos. Assim, a natureza e a trajetória da evolução do sistema passam a ser aspectos de interesse da análise.

Outra importante tentativa de distinção entre estática e dinâmica, e que tenta aprimorar as definições de Frish (1992 [1929]), é empreendida por Samuelson (1943). Para ele, a estática estaria relacionada à estrutura das leis que determinam o comportamento do sistema,

sem que se leve em conta a passagem do tempo, ou em outros termos, desconsiderando a duração do processo sob análise. Já a teoria dinâmica estaria preocupada com o comportamento ao longo do tempo de um sistema no qual as variáveis do sistema de equações estariam, em diferentes pontos do tempo, relacionadas de modo essencial, como no caso de equações diferenciais ou integrais que contêm valores precedentes das variáveis expressos de forma contínua. Isto significa dizer que um sistema verdadeiramente dinâmico, ao contrário dos sistemas pseudodinâmicos, não permite manipulações matemáticas que removam as variáveis que se relacionam no tempo e que reduzam a análise a uma forma estática³¹.

Schumpeter (2006 [1954]), por sua vez, reconhecendo a diversidade de significações ou características atribuídas à noção de dinâmica³² e as dificuldades que isso pode gerar em termos teóricos e práticos, se aproxima da diferenciação estabelecida por Frish (1992 [1929]), definindo dinâmica como o método que objetiva levar em consideração os valores esperados e passados das variáveis, bem como defasagens, taxas de crescimento, sequências e expectativas³³, ao passo que a estática trataria do método que lida com as relações entre os elementos do sistema econômico em um mesmo ponto do tempo.

Além das tentativas de definição mais precisa das noções de estática e dinâmica feitas por Schumpeter (2006 [1954]), também é possível evidenciar em seu trabalho o esforço de distinção do que seria entendido como estado estacionário e processo evolucionário na ciência econômica, como estes conceitos devem ser tratados de forma separada e têm sentidos diversos àqueles dados à estática e à dinâmica.

Quanto ao estado estacionário, deve-se entendê-lo como uma característica do objeto de análise — e não como um procedimento metodológico, como no caso da estática e da dinâmica —, um processo econômico cujas variáveis se movem a taxas constantes, também entendido como um sistema autorreprodutivo. Do mesmo modo que o estado estacionário, o processo evolucionário constitui um elemento descritivo da realidade sob análise, mas, ao

³¹ Para Samuelson (1943) o fato de as variáveis de uma determinada equação estarem datadas não implica que o sistema deva ser considerado necessariamente dinâmico, como fica claro na seguinte passagem “[...] a system involving a rate of production per unit time, i.e., a time derivate, may be statical. This is because the variable of which the rate is the time derivate may have no economic significance. It can be interpreted as the cumulated amount of production from the beginning of time or from an initial rate” (SAMUELSON, 1943, p.60).

³² “[...] some identified it [dynamics] with a historical theory of change or else with a theory that allows for trends; others with a theory of general interdependence as against partial analysis of sectional phenomena; still others with a theory of a modern as against the tradition-bound economy of the Middle Ages; and a few simply with the theory of small variations of economic quantities” (SCHUMPETER, 2006 [1954], p. 933).

³³ É importante frisar a diferenciação feita por Schumpeter (2006 [1954]) em relação à teoria dinâmica, que se vale da noção de tempo teórico (reversível), e a análise histórica, que utiliza a noção de tempo histórico (não-reversível).

contrário daquele, representa todos os fenômenos que tornam os processos econômicos não-estacionários, como mudanças institucionais, tecnológicas e de gostos.

A importância de se estabelecer essa diferenciação lógica entre os binômios estática/dinâmica e estado estacionário/processo evolutivo — estando o primeiro na esfera analítica e o segundo na esfera do fenômeno analisado — encontra-se no fato de que, por serem noções independentes entre si, é possível, ainda segundo Schumpeter (2006 [1954]), que um processo estacionário seja descrito dentro de um modelo dinâmico, como quando o estabelecimento das condições necessárias para a estacionariedade em cada período é dependente dos acontecimentos ocorridos nos períodos passados. Além disso, existe também a possibilidade de que um processo evolucionário seja apresentado na forma de uma sucessão de esquemas estáticos, a exemplo dos modelos de estática comparativa que buscam entender quais seriam os efeitos de uma perturbação sobre um dado estado inicial e para qual ponto o sistema convergirá após tal perturbação.

Finalizando a lista aqui proposta dos autores que se destacam por suas definições acerca das noções de dinâmica e estática, evidencia-se a concepção de Shackle (1955) que dá ênfase à incerteza como elemento crucial para a distinção entre essas noções e, principalmente, entre as formas de se interpretar a dinâmica. Para ele, a teoria estática poderia ser identificada como aquela em que o ajustamento perfeito das variáveis sempre ocorre e em que o tempo e a incerteza não teriam lugar. Já teoria dinâmica poderia ser interpretada de duas formas: a primeira, próxima, por exemplo, à definição de Frish (1992 [1929]), e caracterizada como dinâmica calculável, introduziria o tempo dinâmico³⁴ na forma de reações defasadas das variáveis ou na forma de crescimento constante, tornando possível determinar a trajetória das variáveis de forma mecânica ao longo do tempo, a depender dos parâmetros e das condições iniciais estabelecidos para o sistema³⁵; a segunda, classificada como dinâmica expectacional, admitiria a ideia de tempo expectacional³⁶ e de incerteza, perderia o caráter determinístico observado no caso da dinâmica calculável. A diferença entre esses dois tipos de dinâmica fica mais clara na seguinte passagem

³⁴ Na descrição do autor “[...] *the time in which sequences of events, successive transformations of the situation, actually unroll themselves. This evolutionary or dynamic time is what we have in mind in looking at the ‘present moment’ [...] Things actually happen in dynamic time*” (SHACKLE, 1955, p.218).

³⁵ A partir de diferentes parâmetros inseridos no modelo, é possível obter padrões de comportamento como a convergência das variáveis endógenas para o equilíbrio, oscilações amortecidas ou com amplitude crescente e trajetórias explosivas.

³⁶ Ainda segundo o autor “*But imagined transformations of the situation are also arranged by our minds in quasi-temporal sequences: our expectations form a vista of events in perspective [...], and this time-dimension of expectations we can call expectational time*” (Ibid. p. 218).

[...] self-sufficient [dynamic] theories fall into two groups: the machine-like theories where those who give orders for augmentation of equipment are not enterprisers or decision-makers properly so-called but passive reactors to circumstances who learn nothing, true or false, from experience; and the theories where operations of the mind and its states play an explicit part. Theories of the former type belong to the Calculable Dynamics, those of the latter type belong to the Economics of Uncertain Expectations (SHACKLE, 1955, p. 223).

Tendo em vista as definições e usos teóricos de estática e dinâmica explicitados até aqui, percebe-se, como no caso da ideia de equilíbrio, a inexistência de uma unicidade semântica que permita utilizar essas noções sem a necessidade de um esclarecimento prévio sobre o que cada uma delas realmente significa. Nesse emaranhado de sentidos, de um lado, a estática pode ser definida como método de análise que desconsidera o movimento das variáveis de interesse no tempo, como forma de isolamento do sistema em relação a efeitos que não são de interesse do teórico (comparação de situações alternativas) ou como o estudo estrito de uma economia estacionária³⁷. De outro, a dinâmica pode ser entendida, como apontam Schumpeter (2006 [1954]) e Machlup (1959), como teoria do desenvolvimento histórico ou da evolução institucional de uma economia, como teoria do crescimento, como forma de análise não-determinística que inclui o papel fundamental da incerteza na formação de expectativas e como análise determinística de séries de tempo que incluem variáveis defasadas. Dados esses diferentes elementos que podem ser considerados como características de uma análise dinâmica, parece errôneo considerar apenas teorias que se valem de modelos matemáticos com variáveis defasadas como formas verdadeiramente dinâmicas de se abordar o objeto da economia. Alguns autores, tal como Marx, mesmo não tendo utilizado modelos formais ou equações para formular suas teorias, utilizam outros elementos de análise que também podem ser classificados como sendo de natureza dinâmica.

A partir dessa diversidade semântica, considerar a dinâmica como sendo um método de análise oposto ao da estática³⁸, que não necessita de nenhum dos elementos constitutivos desta última, ou classificar a estática como sendo um caso especial da análise dinâmica³⁹, o

³⁷ Sobre a diferença entre estado estacionário e estática, Montesano explicita que “*if it is true that the stationary state can thus be fully described by static economics, the contrary is certainly not true, that is, static economics is not restricted to the study of a stationary economy*” (2015, p.302).

³⁸ Para Blatt (2019, p.5), “*It is by no means true that all dynamic behavior can be understood best, or even understood at all, by starting from a study of the system in its equilibrium state*”.

³⁹ A visão de complementariedade entre estática e dinâmica é apresentada, por exemplo, por Kondratieff (1925, p. 557), no seguinte trecho: “*The dynamic view may, and indeed of necessity must, make use of the conclusions reached by static theory, based tho it is on the assumption of a stable and unchanging level of economic elements in a state of equilibrium. The conclusions of the static theory in inquiry from this point of view,*

que dá uma ideia de complementariedade entre essas noções, dependerá, sobretudo, de como são concebidos seus respectivos significados. Ademais, no tocante à discussão sobre como a noção de equilíbrio é tratada no âmbito da estática e da dinâmica, também se faz necessário tornar explícito qual é o sentido dado a cada uma dessas noções para que se torne possível avaliar em que medida elas se relacionam ou se distanciam uma da outra. Sem evidenciar o que se entende por dinâmica e por equilíbrio, por exemplo, não há bases para que se julgue sobre a compatibilidade entre essas duas noções, isto é, a depender de como se interpreta a dinâmica, o equilíbrio pode representar um ponto de referência para a explicação da trajetória de um determinado sistema ou, no bojo de uma análise não-determinística, ser descartado como um elemento útil para a explicação dos processos econômicos analisados.

1.2.1.2 Tipos de processos dinâmicos

Realizadas as considerações sobre as noções de estática e dinâmica, mostra-se necessário apresentar, mesmo que de maneira breve, algumas das formas e classificações assumidas por um processo dinâmico. O motivo do tratamento específico dessa questão liga-se ao fato de que a noção de equilíbrio pode ser mais ou menos relevante (ou mesmo irrelevante) conforme o tipo de processo dinâmico levado em conta.

Sistemas caracterizados como dinâmicos podem ser classificados segundo algumas características. Primeiramente, consoante Kondratieff (1925), o processo dinâmico pode ser considerado de natureza qualitativa ou quantitativa, o que expressa a possibilidade de haver transformações do sistema econômico cujas manifestações se dão não em termos numéricos, mas sim em termos de modificações em elementos qualitativos como novas instituições, rationalidades e relações sociais.

Ainda segundo esse autor, outro modo de distinção plausível coloca, de um lado, os processos denominados evolucionários ou irreversíveis e, de outro, aqueles classificados como cíclicos ou flutuantes. Os processos evolucionários, além de fazerem referência às trajetórias que se desenvolvem em um determinado sentido e que não são passíveis de repetição ou reversibilidade, estão relacionados à ideia de histerese, que expressa a manutenção dos efeitos de uma transformação no sistema mesmo quando o fator causador dessa transformação deixa de existir. Já os processos cíclicos ou de flutuação representam

however, play a purely methodological and subsidiary part, just as, in the case of the static theory, such an auxiliary role is played by the consideration of change and variation”.

variações ou mudanças de direção da trajetória do sistema ao longo do tempo, podendo, em alguma medida, ser reversíveis ou apresentar algum padrão de repetição.

Ainda na categoria dos processos cíclicos ou de flutuação, existem as subcategorias de classificação de sistemas dinâmicos relacionadas à presença de estabilidade e convergência⁴⁰. Como apontado por Figueroa (1993), para que um sistema seja considerado estável ele precisa retornar ao ponto de equilíbrio estático (definido em cada ponto do tempo) após uma perturbação, ou seja, a trajetória das variáveis não deve se modificar após o choque. No entanto, se a trajetória das variáveis endógenas sofrer alteração diante da perturbação ao sistema, ela deve ser tratada como instável.

Por outro lado, a questão da convergência é verificada a partir do momento em que a trajetória do sistema ao longo do tempo apresenta tendência a um determinado estado final, entendido como ponto de equilíbrio estacionário⁴¹ para o qual as variáveis endógenas convergem, repetindo-se indefinidamente no tempo. Se o sistema não tende para um ponto determinado, a sua trajetória classifica-se como divergente, podendo conter características explosivas (linha contínua de crescimento ou decrescimento), cíclicas (linha com alternância entre crescimento e decrescimento) ou caóticas (linha sem um padrão definido).

Tomando como base estes parâmetros, um processo dinâmico pode ser (i) estável e convergente, tendendo para um equilíbrio estático e estacionário; (ii) estável e divergente, afastando-se do que seria o equilíbrio estacionário, mas se ajustando ao equilíbrio estático de cada período, por isso também conhecido como equilíbrio móvel (VERCELLI, 1991); (iii) instável e convergente, movendo-se em direção a um determinado ponto final, mas não alcançando o que seria a solução equilíbrio estático momentânea; e (iv) instável e divergente, em que não há tendência de se alcançarem nem os pontos de equilíbrio estático nem o estado intertemporal de equilíbrio estacionário.

Quando se levam em conta esses diferentes tipos de processos dinâmicos, torna-se notável que a noção de equilíbrio exerce papéis distintos em cada um deles. No caso de

⁴⁰ Alguns autores, como Vercelli (1991), acabam tratando os termos estabilidade e convergência como sinônimos. O que esse autor diferencia é o que ele chama de estabilidade dinâmica e estabilidade estrutural: “[...] we have to keep in mind the distinction between dynamic stability and structural stability. Roughly speaking, dynamic stability refers to the convergence of a process towards equilibrium and structural stability refers to the persistence of qualitative behaviour” (VERCELLI, 1991, p. 30).

⁴¹ Vale ressaltar que uma situação de estado ou trajetória estacionária nem sempre será um equilíbrio, uma vez que esse último pode assumir diferentes significados. Se o equilíbrio é definido como a igualdade entre oferta e demanda, pode haver casos em que se observará constância em um determinado conjunto de variáveis ao longo do tempo (estacionariedade), mesmo que a condição de igualdade entre oferta e demanda não tenha sido satisfeita. Estacionariedade e equilíbrio não devem, pois, ser tratados como sinônimos.

sistemas estáveis e convergentes, as noções de equilíbrio estático e dinâmico compõem parte indispensável do processo de análise, podendo representar, nos processos estáveis, um ponto para o qual o sistema retorna após um choque momentâneo ou um resultado final para o qual as variáveis endógenas tendem ao longo do tempo, nos processos convergentes. Como argumenta Figueroa (1993), se há estabilidade, por exemplo, os efeitos de um choque sofrido pelo sistema podem ser analisados a partir do procedimento de dinâmica comparativa, em que diferentes trajetórias de equilíbrio são contrastadas. A estabilidade garante, portanto, que uma trajetória de equilíbrio, quando afetada pela alteração de uma variável exógena, converja para outra trajetória também de equilíbrio⁴².

Já em relação aos sistemas complexos, cujas características são a presença de instabilidade e divergência, bem como a possibilidade de descontinuidades endógenas ao modelo (ROSSER, 1999), a noção de equilíbrio passa a assumir um papel acessório ou completamente dispensável na análise desses tipos de processos dinâmicos.

Muitas são as razões para que um sistema se comporte de maneira endogenamente complexa⁴³, fazendo com que o nível de previsibilidade sobre seus movimentos seja bastante reduzido e impedindo que haja trajetórias autoestabilizadoras ou ótimas. A começar pela inserção da hipótese de incerteza fundamental de Keynes, o que pode dar origem a uma variedade de dinâmicas complexas, inclusive gerando resultados compatíveis com o surgimento de bolhas especulativas nos mercados de ações ou situações de fragilidade financeira. Um sistema que exibe características caóticas, a saber, que demonstra grande sensibilidade em relação às mudanças nas condições iniciais e que, por esse motivo, apresenta trajetórias bastante distintas e imprevisíveis a cada alteração delas⁴⁴, contribui para que elementos de aprendizado por parte dos agentes, como aqueles definidos pela hipótese de

⁴² A trajetória de um sistema estável é determinada por suas condições iniciais, coeficientes e variáveis exógenas. Assim, para que a trajetória se modifique, algum destes determinantes precisa se alterar.

⁴³ É necessário destacar, como faz Goodwin (1990), que a complexidade dos processos econômicos pode ser gerada, por um lado, por choques causados por variáveis exógenas ou, por outro lado, ou por modelos endógenos que independem de choques para gerar uma solução de caráter irregular ou caótico. A inserção de hipóteses como incerteza, *path-dependence* e causação cumulativa resultam em dinâmicas complexas do segundo tipo.

⁴⁴ Shone (2003) argumenta que um sistema caótico não requer que os elementos que o constituem se comportem de forma aleatória. Um processo dinâmico determinístico não-linear com características bastante simples pode gerar trajetórias caóticas que tornam o sistema imprevisível. Assim sendo, conforme Figueroa “*Si la ciencia esta interesada en explicar las regularidades observadas, cómo es que se puede explicar el caos? Claramente, lo que es caótico son los datos observados, pero las relaciones que subyacen a esa observación no lo son. Si no se observan regularidades y, más bien, se observa caos, no se puede concluir que no hay posibilidades de explicar el fenómeno. La teoría del caos nos indica que los datos que parecen ser aleatorios, en el tiempo pueden no serlo*” (1993, p.24).

expectativa racional, deixem de atuar como mecanismo de estabilização de um processo dinâmico.

Outros fatores potencialmente causadores de dinâmicas complexas estão relacionados à existência de múltiplos equilíbrios, em que o sistema pode convergir para qualquer um deles, à ideia de *path-dependence* (ROBINSON, 1962), em que as posições assumidas pelas variáveis endógenas em cada momento do tempo dependerão fundamentalmente da trajetória percorrida por elas, bem como à causação cumulativa (MYRDAL, 1960; KALDOR 1972), em que elementos causadores de mudanças no sistema também são alterados e reforçados a partir de seus próprios efeitos iniciais. Todos esses fatores têm a capacidade de gerar surpresas que impedirão o ajuste do sistema a qualquer tipo de posição de equilíbrio, seja ela estática ou estacionária.

No que se refere ao tratamento da noção de equilíbrio no âmbito dos sistemas complexos, torna-se possível, portanto, ou considerar o processo dinâmico como um movimento de ajuste fora do equilíbrio determinado pela posição relativa das variáveis endógenas ao que seria considerado o estado de equilíbrio do sistema, este entendido como um ponto de referência ou um acessório de análise, ou julgar o equilíbrio como uma ferramenta analítica descartável, que limita, ou até mesmo impede, uma compreensão adequada dos processos econômicos reais, dada sua natureza extremamente efêmera, endógena e caótica. Neste último caso, a trajetória percorrida pelo sistema deve ser considerada como de permanente desequilíbrio.

1.2.1.3 Equilíbrio: conciliador ou divisor entre os métodos de estática e dinâmica?

A ligação entre as noções de equilíbrio, estática e dinâmica, como visto anteriormente, pode ser feita de formas distintas. Tudo dependerá de como cada uma delas é definida. Enquanto alguns autores (HICKS, 1985⁴⁵; KONDRATIEFF, 1925⁴⁶), baseados em significados específicos dessas noções, aceitam o equilíbrio como elemento constitutivo tanto do método estático quanto do dinâmico, outros associam a ideia de equilíbrio exclusivamente ao método estático, rechaçando a possibilidade de ela e a de dinâmica serem compatíveis em

⁴⁵ “[...] in statics equilibrium is fundamental; in dynamics, as we shall find, we cannot do without it” (HICKS, 1985, p. 11).

⁴⁶ “The dynamic theory may, no doubt, also make use of the conception of equilibrium; but in this case it will be not that of static equilibrium, but of dynamics” (KONDRATIEFF, 1925, p. 578).

qualquer medida (POSSAS, 1983⁴⁷; SHAKLE, 1955; ROBINSON, 1962), visto que um sistema verdadeiramente dinâmico inclui aspectos alheios ao alcance e à manutenção de qualquer tipo de equilíbrio.

No caso em que se trata o equilíbrio como um estado estacionário, com variáveis que se mantêm constantes ao longo do tempo, pode-se dizer que o método estático não lida apenas com situações de equilíbrio, uma vez que processos evolucionários podem ser descritos a partir do método de estática comparativa.

A interpretação do equilíbrio como um processo e não como um estado final, por sua vez, pode fazer com que a trajetória de um determinado sistema seja considerada como uma sequência de equilíbrios e que, portanto, seja possível falar em equilíbrio dinâmico, compatibilizando as duas noções. Todavia, como visto, esta interpretação depende fundamentalmente da análise ou pelo menos da inserção de pressupostos de estabilidade e convergência, que tornarão a ideia de equilíbrio aceitável como um ponto de referência para a análise de um sistema dinâmico e, portanto, algumas conclusões obtidas a partir do método estático podem ser aproveitadas pelo dinâmico.

Processos dinâmicos que, de outro modo, não apresentam características de estabilidade e convergência, dispensam qualquer noção de equilíbrio, fazendo com que a análise dinâmica teorize sobre sistemas que se movem constantemente em trajetórias de desequilíbrio, de modo que as conclusões obtidas do ponto de vista estático sejam inválidas para explicar as relações entre os elementos econômicos de interesse.

Em consonância com Tieben (2012), parece difícil declarar de forma não ambígua que o equilíbrio serve como uma linha divisória entre a estática e a dinâmica. Os parâmetros de julgamento sobre o papel do equilíbrio nestes dois métodos só podem ser obtidos a partir do momento que cada uma dessas noções tem seus sentidos bem definidos. Nestes termos, as ideias de mudança, movimento e passagem temporal podem sim ser compatíveis com a de equilíbrio, desde que esta seja concebida de maneira específica, bem como as noções de repouso e constância não necessariamente estarão relacionadas a uma posição de equilíbrio.

1.3 – Dimensão ontológica

⁴⁷ “[...] toda análise do funcionamento real de uma economia capitalista deve ser necessariamente dinâmica e abandonar qualquer presunção genérica de equilíbrio; de passagem, a noção de “equilíbrio dinâmico” se revela contraditória em seus termos” (POSSAS, 1983, p. 6).

Dadas as duas formas anteriores de se interpretar a noção de equilíbrio, como conceito e como ferramenta analítica, surgem as seguintes questões: em que medida estas duas dimensões buscam representar ou definir o funcionamento real da economia? O equilíbrio, mesmo não tendo definição ou forma de aplicação únicas, existiria independente do esforço de teorização da mente humana, ou seja, seria uma característica intrínseca do sistema econômico, algo empiricamente observável? As tentativas de resposta a essas questões estão inseridas em um debate de natureza ontológica e buscam esclarecer a ligação entre o objeto de estudo e as ideias — conceitos, hipóteses, modelos e teorias — que tentam apreendê-lo.

Antes de tudo, conceitos, modelos e teorias são instrumentos linguísticos e lógicos utilizados para definir ou sistematizar elementos da realidade, mas que não necessariamente expressam como são ou funcionam esses elementos de fato. Tais instrumentos, do ponto de vista ontológico, não possuem existência independente da racionalidade humana e, portanto, habitam apenas a dimensão abstrata das ideias. O sistema econômico em si, por outro lado, apesar de funcionar apenas a partir das atividades de homens e mulheres, existe mesmo que não se tenha consciência dele. Estabelecendo um contraste entre a dimensão real e a abstrata da economia, Shackle argumenta

In economic theorizing, three worlds, three levels of thought, are involved. There is the world of what we take to be ‘real’ objects, persons, institutions and events; on the axis of abstract-concrete this world is at the concrete pole. There is the logical or mathematical construct or machine, a piece of pure reasoning, almost of ‘pure mathematics’, able to exist in its own right of internal coherence, as a system of mere relations amongst undefined thought-entities; this world lies at the abstract pole. And between these two worlds there lies the world of names, linking the real-world elements with the undefined entities of the abstract machine (1967, p.293-294).

O mundo conceitual, segundo esse autor, parece estar, portanto, em uma posição intermediária, estabelecendo uma ponte entre os elementos da experiência, que representam a dimensão real, e as estruturas da lógica, que se enquadram na dimensão de mais alta abstração. Todavia, conceitos e suas derivações, como modelos e teorias, podem ser utilizados para descrever algo que se entende como característica do sistema econômico, se aproximando da dimensão real descrita por Shackle (1967), ou indo na direção oposta, como categorias abstratas que não pretendem descrever nenhum aspecto presente no funcionamento desse sistema, mas que visam fornecer bases para o entendimento dos fenômenos econômicos.

A depender de como os conceitos e teorias se aproximam ou se afastam da descrição da realidade, é possível distinguir, segundo Samuels (2007), dois modos de se fazer teoria econômica: um que trata da economia real e o outro que trata da economia conceitual. O primeiro modo procura lidar com as propriedades da realidade social, baseando-se nos arranjos institucionais que permitem a explicação e a diferenciação da dinâmica de funcionamento de cada economia. Já o segundo modo se desenvolve a partir da construção e análise de modelos puramente abstratos e não institucionais, cujos elementos não buscam representar necessariamente aspectos do sistema econômico. Seguindo a classificação sobre os níveis de teorização proposto por Shackle (1967), o primeiro modo de se fazer economia estaria mais próximo do eixo da realidade concreta, enquanto que o segundo se aproximaria do eixo da abstração pura.

Tratando especificamente da noção de equilíbrio e classificando os elementos referentes aos modelos e ao mundo real como teóricos e ônticos, respectivamente, Lawson (2007) reforça a tese de que haveria dois modos de se teorizar em economia. Para o autor, estariam em contraste na literatura econômica as seguintes abordagens: (i) a que considera o equilíbrio como a determinação/solução de uma representação ou modelo formal da economia; e (ii) a que o utiliza como um aspecto da economia que se pretende explicar. No primeiro caso, o equilíbrio é enquadrado na dimensão teórica, representando uma propriedade inerente ao modelo ou abstração que se faz do sistema econômico; no segundo, o equilíbrio é classificado como ôntico, algo que se pode observar no funcionamento real da sociedade e que se aproxima da definição que associa o equilíbrio a um balanceamento de forças.

Autores como Machlup (1958), Backhouse (2004, 2007) e Weintraub (1988, 2005) são expoentes da abordagem que, classificada como teórica na visão de Lawson (2007), interpreta e defende a noção de equilíbrio como uma ficção útil, uma categoria reconhecidamente abstrata, que não pretende, tampouco necessita, representar aspectos da economia em sua dimensão real. Machlup (1958) enfatiza a função do equilíbrio como ferramenta analítica que pretende ser útil no sentido de desvelar a relação causal entre as variáveis, mas que, por se tratar de uma abstração que apresenta grande flexibilidade para se adequar aos interesses de cada teórico, dificilmente pode ser utilizada de forma operacional, ou seja, para identificar uma situação econômica concreta, observável em alguma circunstância histórica.

A dificuldade de se encontrar uma contrapartida real do equilíbrio, em tempo e espaço específicos, está relacionada, primeiramente, à indisponibilidade de correspondentes

mensuráveis ou estatisticamente operacionais para todas as variáveis presentes nos modelos econômicos. Além disso, mesmo que houvesse contrapartida real de todas as variáveis, a compatibilidade entre elas, definida como situação de equilíbrio, seria apenas relativa às inter-relações e limitações definidas pelo modelo e às variáveis selecionadas. Sendo assim, para Machlup “*The "real world" surely has infinitely more variables than any abstract economic model, and their "actual" interrelations are neither known nor, I fear, knowable (partly because they probably change unpredictably over time)*” (1958, p.11). Isto significa dizer que o modelo como um todo e, consequentemente, seu equilíbrio não seria observável, mas apenas uma construção mental. Considerar, portanto, uma situação concreta ou observável como um equilíbrio seria, para esse autor, cometer a falácia de concretude deslocada (*misplaced concreteness*).

Reforçando a concepção que interpreta o equilíbrio como uma ferramenta analítica abstrata, Backhouse (2004) sustenta que grande parte da teoria econômica contemporânea utiliza o equilíbrio como componente de um modelo e que isso pode se apresentar, basicamente, de três formas: (i) afirmações sobre o equilíbrio que não se aplicam a nenhuma circunstância do sistema econômico concreto; (ii) afirmações que podem ou não fazer referência a algum aspecto do mundo real, constituindo-se em hipóteses a serem testadas ou conjecturas sobre o que deve acontecer em determinado contexto; e (iii) afirmações que, de forma aproximada ou em circunstâncias específicas, pretendem ser aplicáveis na realidade. Nessa perspectiva, o equilíbrio pode apresentar um caráter de representação de alguma parte do sistema real, mesmo quando tratado como elemento da modelagem abstrata, mas não há nenhuma necessidade de que a ligação entre as dimensões abstrata e real seja estabelecida, ou, como argumenta Backhouse “*models are mathematical structures that are perceived to reveal something about the world, but are clearly distinct from the world. They are distinct from the world in that they are unrealistic or caricatures*” (2007, p. 155). Os modelos de equilíbrio, segundo o autor, não carregariam nenhuma carga ontológica e, por esse motivo, não deveriam ser avaliados por sua proximidade em relação aos fenômenos da realidade, mas por sua capacidade de solucionar problemas relevantes.

Weintraub (1988, 2005), por sua vez, argumenta que, apesar de haver concepções distintas em relação ao uso do equilíbrio em economia — uma positivista, que associa a ideia do equilíbrio com aspectos da realidade, e outra pragmática, que o concebe como elemento de um modelo —, nenhuma noção de equilíbrio deve ser colocada em uma posição privilegiada pelo fato de, supostamente, apresentar maior correspondência com o funcionamento do sistema real, dando a entender que a coexistência entre os usos realista e abstrato desta noção

seria algo natural e aceitável, uma vez que o significado adquirido pelo equilíbrio se mostra bastante sensível às mudanças no contexto teórico em que é aplicado.

Indo na direção contrária aos autores supracitados, Lawson (2005, 2007) argumenta que, de um lado, a teoria econômica dominante, por se basear em uma estratégia metodológica fortemente fundada na modelagem matemático-dedutivista, confunde as dimensões teorética e ontológica do equilíbrio, na tentativa de fazer a última se enquadrar ou se reduzir à primeira. Posto de outra forma, os modelos formais construídos pela vertente dominante acabam por inventar uma realidade, incluindo hipóteses incompatíveis com o funcionamento concreto do sistema econômico, o que culmina na limitação ou até mesmo anulação de sua capacidade explicativa e preditiva no tocante aos fenômenos de interesse. De outro lado, os economistas considerados heterodoxos se aproximam da dimensão ontológica do equilíbrio, normalmente considerando-o como uma forma de balanceamento de forças ou uma forma de ordem existente na realidade social. O autor destaca, no entanto, que a preocupação heterodoxa com a explicação dos fenômenos concretos do ordenamento social, faz com que seus expoentes (citando como exemplo Marx, Robinson e Hayek, entre outros) utilizem a noção de equilíbrio de forma hesitante e cautelosa, e acabem indicando, na maioria das vezes, as limitações de se lançar mão de tal noção para a apreensão da real dinâmica econômica ou a dificuldade de se alcançar um resultado como o de equilíbrio, ainda que isto seja possível.

Percebe-se, pois, que a noção de equilíbrio é aplicada na literatura econômica tanto como ferramenta analítica quanto como forma de descrição da realidade a depender do contexto em que se insere, como evidencia Samuels

Equilibrium, without doubt, is a tool. It enforces logicality, rigour and correctness. It is also a definition of reality [...] There are times when equilibrium is a tool and times when it defines reality. The question is about which it is in particular cases, and that is a matter of interpretation. (2007, p. 191).

Os dois modos de se teorizar em economia, um estudando a economia real, que trata das relações sociais concretas e que se associa à heterodoxia, e outro lidando com uma economia conceitual, concebida, em grande medida, a partir de modelos de caráter ortodoxo com maior nível de abstração e irrealismo, interpretam e se valem da noção de equilíbrio de formas distintas. Entretanto, parece errôneo afirmar que esta noção é utilizada apenas como uma ferramenta analítica abstrata pela ortodoxia e exclusivamente como descrição da realidade pela heterodoxia. Com efeito, ambas as perspectivas aplicam em seus esforços teóricos estas duas dimensões do equilíbrio: “clearly it is used as a tool and also helps define

reality in both the pure conceptual and the actual economy modes of doing economics” (SAMUELS, 2007, p.191).

Mesmo havendo uma distinção entre as duas abordagens em economia, o exercício de abstração é uma característica comum a ambas, de modo que mesmo tratando diretamente da economia real, não é possível incluir todos os aspectos presentes na realidade. Desse modo, o que de fato distancia essas duas abordagens é o grau em que se utilizam as abstrações.

2. EQUILÍBRIO EM KEYNES: UMA CLASSIFICAÇÃO SOBRE AS INTERPRETAÇÕES PÓS-KEYNESIANAS DA TEORIA GERAL DO EMPREGO, DO JURO E DA MOEDA

A partir da classificação empreendida no capítulo anterior sobre as diferentes dimensões que o equilíbrio pode assumir na teoria econômica, torna-se possível construir uma nova estrutura analítica que serve como referência para a realização de discussões mais pormenorizadas acerca do uso desta noção nas mais distintas abordagens. Interpretar as aplicações do equilíbrio em economia segundo as referidas dimensões permite que o debate se realize com base em categorias e conceitos mais bem definidos e que as idiossincrasias de cada vertente teórica sejam identificadas, de modo que a análise sobre a proficuidade do emprego da noção de equilíbrio em economia possa ser elaborada de forma menos ambígua.

Sendo assim, este capítulo, valendo-se dessa nova estrutura analítica desenhada no capítulo precedente, se desenvolve com o objetivo fundamental de classificar as interpretações de diversos autores — sobretudo os Pós-Keynesianos — sobre a noção de equilíbrio utilizada por Keynes em sua obra de maior expressão, a saber, a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. O motivo para se empreender tal esforço de classificação se dá pelo fato de existirem numerosas, logo distintas, apreciações sobre como Keynes teria se valido do equilíbrio e sobre quais naturezas teria assumido esta noção na TG. Feito o ordenamento dessas interpretações sob o critério taxonômico do equilíbrio, criam-se condições mais adequadas para que o debate a respeito de qual seria a ideia de Keynes sobre o equilíbrio seja feito sobre bases mais claras e, portanto, para que se lancem luzes sobre as peculiaridades, a utilidade e os limites dessa noção na obra daquele que é considerado como um dos economistas mais importantes do século passado⁴⁸.

Por sinal, dentre os motivos para que existam diversas interpretações sobre o uso e a natureza da noção de equilíbrio na Teoria geral, destaca-se, primeiramente e de modo mais geral, o fato de Keynes ser

[...] um autor "rico" [...] e como todo autor "rico" tem uma infinidade de interpretações possíveis. Mas Keynes não tem uma infinidade de interpretações apenas por ser rico; é também por ser, digamos, pragmático. Simplificadamente, eu

⁴⁸ Para Minsky “*If Keynes, along with Marx, Darwin, Freud, and Einstein, belongs in the pantheon of seminal thinkers who triggered modern intellectual revolutions, it is because of the contribution to economics, both as a science and as a relevant guide to public policy, that is contained in his General Theory of Employment, Interest and Money*” (2008, pg. 1).

diria, por ter produzido essa irrupção revolucionária num contexto acadêmico e de formação intelectual bastante ortodoxa. Todas as ideias novas surgem num contexto antigo, isso é absolutamente inevitável. Keynes não foge a essa regra (POSSAS, 1988, pg. 51).

Para mais, a ausência de uma definição mais clara de equilíbrio do próprio Keynes e a existência de distintas dimensões desta noção contribuem para que não haja uma interpretação única sobre o tema.

Além desta introdução, este capítulo será composto, primeiramente, por uma seção em que se realiza um panorama geral sobre as principais características e os diferentes grupos encontrados no domínio da vertente Pós-Keynesiana, já que o interesse fundamental deste trabalho são as interpretações da TG derivadas, fundamentalmente, dessa perspectiva. Na sequência, outras três seções tratarão, respectivamente, das interpretações sobre o equilíbrio na TG nas dimensões semântica, metodológica e ontológica. Com isso, pretende-se mostrar que a existência de diferentes dimensões da noção de equilíbrio contribui para que haja divergências interpretativas entre os autores Pós-Keynesianos sobre qual seria a natureza do equilíbrio tratado na TG.

2.1 Um breve panorama sobre a vertente Pós-Keynesiana

Antes de se apresentar a discussão sobre as interpretações que tratam da noção de equilíbrio utilizada na TG, mostra-se necessário, devido ao foco desta tese, estabelecer um panorama sucinto a respeito das características essenciais da vertente Pós-Keynesiana. Contudo, é importante observar que, em razão da variedade de métodos e teorias utilizadas pelos autores inseridos nessa perspectiva (HAMOUDA & HAROURT, 1988), a apresentação de uma definição sobre o que é o Pós-Keynesianismo e quais são seus elementos distintivos não é algo trivial e que tem sido motivo de grande controvérsia na literatura que discute esse tema (DAMMSKI *ET AL.*, 2017). Reconhecida essa dificuldade de definição e o grau de subjetividade implicado por ela, evidenciam-se nesta seção alguns dos trabalhos que se prestam a essa tarefa e, com isso, procura-se elencar os aspectos centrais que conformam essa vertente do pensamento econômico.

O Pós-Keynesianismo, figurando entre as várias abordagens teóricas de caráter heterodoxo parte de uma tentativa de resgate teórico das premissas e dos princípios

metodológicos contidos na TG⁴⁹ (CARVALHO, 1991). Busca-se a partir daí estender e generalizar as ideias originais de Keynes (LAVOIE, 2014) no sentido de construir um aparato analítico mais geral que seja capaz de explicar os problemas econômicos reais (ARESTIS, 1996). A perspectiva Pós-Keynesiana surge⁵⁰ também como uma crítica às interpretações “bastardas” (ROBINSON, 1971) propostas pelas vertentes do Keynesianismo Clássico (GERRARD, 1996), que na tentativa de inserir as ideias de Keynes em um arcabouço de equilíbrio geral acabam por “descaracterizar a maneira revolucionária proposta por Keynes para analisarmos as modernas economias monetárias” (LIMA, 1991, pg. 98). Destarte,

Em contraste com seus leitores neoclássicos, que viram na Teoria Geral apenas a exploração mais persistente de certas disfunções cuja existência era conhecida e admitida pela ortodoxia de então [...], os pós-keynesianos (capitaneados por pioneiros como Kahn, Robinson e Shackle) tomam a sério a pretensão de Keynes de formular novos pontos de partida para a análise econômica, mais adequados às características de modernas economias capitalistas. (CARVALHO, 1991, pg. 14).

Embora essa vertente tenha como ponto de partida fundamental a obra de Keynes, ela também apresenta interfaces e é influenciada, conforme argumenta Lavoie (2007), pelos trabalhos de autores que estiveram próximos a Keynes em Cambridge, como Robinson e Harrod, bem como pelos criadores da Escola de Cambridge nas décadas de 1950 e 1960, dentre os quais se destacam Kaldor, Kalecki e Sraffa. Segundo Dammski et al. (2017), a primeira edição do *Jurnal of Post Keynesian Economics* — revista criada em 1978, nos Estados Unidos, por Weintraub e Davidson — explicita que o Pós-Keynesianismo também seria inspirado na contribuição de outros autores importantes como Smith, Ricardo, Marx, Mill, Jevons, Marshall, Lerner, Galbraith e Minsky. Logo, partindo dessa diversidade de influências e do pluralismo metodológico, a abordagem Pós-Keynesiana não comprehende um aparato teórico homogêneo. Disso deriva a grande complexidade de se delimitar e de se estabelecer uma classificação sobre quem compõe essa vertente.

⁴⁹ Como destacado por Lima (1991), apesar dessa tentativa de resgate das ideias fundamentais de Keynes, “longe de encarar os escritos de Keynes como escrituras sagradas enfeixando os mandamentos da análise econômica, os pós-keynesianos partem do pressuposto de que esses escritos, não obstante contenham algumas imprecisões e inconsistências, abrigam sugestivos e importantes *insights* para o aprimoramento de nossa compreensão dos fenômenos econômicos” (LIMA, 1991, pg. 97).

⁵⁰ Segundo Lee (2009), o surgimento da escola Pós-Keynesiana se dá no início da década de 1970, com a criação da comunidade Pós-Keynesiana Americana e dos seus mais importantes *journals*: *Cambridge Journal of Economics* e *Journal of Post Keynesian Economics*. Já para King (2002), a eclosão dessa vertente se dá durante os anos de 1930, momento em que Keynes analisa a depressão econômica em conjunto com membros do *Cambridge Circus*, sobretudo Joan Robinson e Richard Kahn.

A primeira forma de classificação, sugerida por Holt (2001), subdivide os Pós-Keynesianos em dois grandes grupos, baseando-se em um critério geográfico. O primeiro grupo corresponderia aos autores europeus, ex-alunos de Keynes ou colegas dele em Cambridge, como Kaldor, Kalecki, Harcourt, Kahn, Robinson e Sraffa, e teria como característica distintiva o foco na análise sobre o lado real da economia, desenvolvendo modelos de crescimento com distribuição de renda. Já o segundo grupo seria composto por autores norte-americanos, como Chick, Eichner, Kregel, Davidson, Minsky, Weintraub e Shackle, e se caracterizaria, de modo geral, por defender a inclusão de elementos como a incerteza fundamental, a preferência pela liquidez, a fragilidade e a instabilidade financeira e o tempo histórico na análise de uma economia monetária da produção.

Outra proposta de classificação dos Pós-Keynesianos é oferecida por Arestis (1996). Segundo ele, haveria três tradições dentro desta vertente do pensamento econômico: a primeira delas estaria ligada basicamente aos autores norte-americanos, também chamados de Fundamentalistas ou Marshallianos, os quais estariam preocupados com a disseminação dos elementos teóricos desenvolvidos por Keynes; a segunda, denominada como vertente Kaleckiana, se preocuparia com o desenvolvimento de teorias dinâmicas do crescimento com incorporação da questão distributiva; por fim, a terceira tradição poderia ser identificada como Institucionalista, por considerar as estruturas de poder e as classes sociais como fatores institucionais indispensáveis para a compreensão do funcionamento do sistema econômico.

Por fim, Lavoie (2014) também propõe uma classificação que, além de manter as categorias definidas por Arestis (1996), inclui as vertentes denominadas Sraffianas e Kaldorianas. Os autores classificados como Sraffianos, entre eles Garegani, Pasinetti, Roncaglia, Salvadori, Steedman e Eatwell, seriam os seguidores do legado teórico de Sraffa e, por isso, estariam focados na construção de teorias que incluiriam a determinação de preços relativos, as escolhas relativas à técnica produtiva e a análise insumo-produto e multisetorial. Embora não haja um consenso sobre a possibilidade de inclusão da vertente Sraffiana como um subgrupo da abordagem Pós-Keynesiana, Lavoie (2014) cita algumas razões para mantê-las em sua classificação, como o fato de terem se valido de elementos teóricos caros ao Pós-Keynesianismo, a exemplo da causalidade entre investimento e poupança, do papel da demanda efetiva no curto e longo prazos e da endogeneidade da oferta de moeda. Além disso, as visões dos Sraffianos teriam evoluído e se diversificado ao longo do tempo, de modo que não haveria uma homogeneidade tão precisa para distinções óbvias entre eles e os demais Pós-Keynesianos.

Já a perspectiva Kaldoriana reuniria integrantes como o próprio Kaldor e seus seguidores, a saber, Goodwin, Godley, Thirwall e Setterfield, e também seria conhecida como *The New Cambridge School*. Esses autores teriam se atentado a questões ligadas à economia aberta, tratando de temas relacionados às restrições dadas pelo balanço de pagamentos, regimes de produtividade e crescimento econômico.

A despeito das diferenças observadas entre cada uma das vertentes, a possibilidade de inseri-las no âmbito do Pós-Keynesianismo advém da existência de hipóteses ou métodos comuns entre elas. Para Arestis (1996), a análise Pós-Keynesiana estaria fundamentada, do ponto de vista metodológico, nos conceitos de tempo histórico e irreversível e de incerteza fundamental, algo que permite o reconhecimento de sistemas econômicos em desequilíbrio e a adoção de uma abordagem sistêmica ou cibernética, em que se consideram os processos econômicos como não-ergódicos e admite-se a noção de *path dependence*.

Para além, Lavoie (2007, 2014) também apresenta alguns outros grupos de pressupostos que permeiam grande parte das análises de natureza Pós-Keynesiana. O primeiro grupo corresponderia aos pressupostos que são compartilhados não só pelos Pós-Keynesianos, mas também pela heterodoxia de modo geral: (i) o realismo, que implica a necessidade de se construírem modelos baseados em fatos estilizados da realidade; (ii) o organicismo, segundo o qual o comportamento agregado da economia deve ser apreendido de maneira holista e não apenas pela somatória de suas partes; (iii) a racionalidade processual, que expressa a capacidade limitada dos agentes adquirirem e processarem as informações disponíveis; (iv) o foco na produção e não nas trocas, como modo de analisar os determinantes do grau de utilização dos fatores de produção e do progresso técnico; e (v) a instabilidade, que é o reconhecimento da existência de forças endógenas desestabilizadoras do sistema, que causam crises financeiras e que permitem a existência de altos níveis de desemprego.

O segundo grupo de pressupostos, que segundo Lavoie (2014) seria utilizado de modo mais restrito pelos autores Pós-Keynesianos, estaria ligado ao reconhecimento (i) do princípio da demanda efetiva como fator determinante essencial do produto e do emprego no curto e no longo prazo, (ii) da independência do investimento em relação à poupança e (iii) da importância dos elementos institucionais na conformação dos processos econômicos.

Assim sendo, percebe-se que, apesar da abordagem Pós-Keynesiana ser constituída por vertentes que se distinguem em alguns aspectos específicos, existe uma base de sustentação comum que, por se traduzir na rejeição de pressupostos fundamentais da teoria neoclássica, unifica estes diferentes subgrupos. Por esse motivo, alguns autores, como Arestis (1996) e Lavoie (2014), afirmam que o Pós-Keynesianismo teria superado o estágio de

consolidação de crítica ao *mainstream* econômico e já estaria em fase de elaboração de uma abordagem mais coerente e sólida. Do arrazoado, nas subseções a seguir as interpretações Pós-Keynesianas sobre a noção de equilíbrio na Teoria Geral serão revistas, a bem de se apresentarem as distintas formas pelas quais os diversos autores desta tradição compreenderam o uso que Keynes fez do termo.

2.2 Interpretações semânticas sobre o equilíbrio na Teoria Geral

A tentativa de desvelar o sentido semântico da noção de equilíbrio utilizada por Keynes na TG não é algo que se pode apresentar como inovação no âmbito da literatura que se presta à interpretação dos aspectos fundamentais dessa obra. Entretanto, alguma contribuição neste domínio pode ser dada a partir de uma compilação crítica de trabalhos relevantes que tratam da dimensão específica do equilíbrio na TG, de modo a identificar quais são as acepções existentes e se há convergências ou discordâncias significativas entre elas. Sob esse prisma de avaliação, pode-se adiantar que os autores aqui analisados parecem interpretar de forma diversa o significado conceitual da noção de equilíbrio empregada por Keynes, pois tomam como base para tal interpretação elementos teóricos específicos ou modelos de análise distintos presentes na TG.

Vale salientar, antes de tudo, que as interpretações sobre o significado da noção de equilíbrio na TG podem ser enquadradas e são compatíveis com algumas das definições encontradas na literatura econômica, apresentadas na seção 1.1, quais sejam, as de (i) balanceamento de forças, (ii) posição de repouso, (iii) ponto tendencial, (iv) condições para a reprodução do sistema, (v) compatibilidade entre as variáveis, (vi) posição escolhida e (vii) solução de um modelo matemático.

Iniciando a listagem dos intérpretes que ressaltam a dimensão semântica do equilíbrio, Asimakopulos (1992) busca dar significado à noção de equilíbrio utilizada na TG partindo da análise do princípio da demanda efetiva, que é elemento central para a investigação de Keynes sobre como é determinado o nível de emprego em uma economia capitalista. Segundo esse princípio, o nível de emprego é determinado pelo ponto de demanda efetiva, ou seja, pelo ponto em que as funções de demanda e oferta agregadas, derivadas de decisões individuais *ex ante* a respeito da renda esperada pela aplicação de um nível específico de emprego, se cruzam. A demanda efetiva representa, portanto, uma posição de equilíbrio de curto-prazo que contém duplo significado, assumindo, por um lado, o caráter de posição de repouso, em que

não há tendência de mudança — dados os parâmetros e variáveis exógenas do modelo, como, no caso da TG, as expectativas de longo prazo, a propensão marginal a consumir e a preferência pela liquidez — em um determinado conjunto de variáveis, e, por outro lado, o de posição escolhida, segundo a qual os indivíduos escolhem, por exemplo, determinadas quantidades a serem produzidas e consumidas dentre um conjunto de opções disponíveis, ou, nas palavras de Asimakopulos, “*a position in which the individual units being studied make all the transactions they would choose to make in the specified time period, given the parameters of the system*” (1973, pg. 185).

A determinação do nível de emprego seria dada, pois, em uma condição de equilíbrio que corresponderia à de repouso, uma vez que não haveria tendência de modificação deste nível — nem mesmo quando há uma situação de desemprego involuntário — desde que os parâmetros, principalmente as expectativas, se mantivessem constantes. Para além, como o ponto de demanda efetiva também se configura como uma decisão de produção por parte dos empresários, o equilíbrio por ele representado também se liga à sua segunda concepção, que se refere a uma situação de posição escolhida. Ao tomarem essas decisões em um contexto de capacidade produtiva predeterminada⁵¹, os agentes estariam escolhendo as alternativas preferidas em meio às possíveis de serem alcançadas, considerando um estado de expectativas que não estimula a mudança de comportamento por parte desses agentes⁵². Neste segundo sentido de equilíbrio também estariam as decisões de gastos correntes do investimento, considerando-se dados a capacidade produtiva, a taxa de salários nominais, os preços esperados, o consumo, a propensão a consumir e renda. (ASIMAKOPULOS, 1992).

O entendimento do equilíbrio na TG como significando uma posição de repouso e uma posição escolhida também é compartilhado por outros autores. Caravale (1992), por exemplo, ao associar a essência da ideia de equilíbrio na TG com a concepção clássica de equilíbrio natural — o que, como será visto mais adiante, faz com que esse autor acrescente mais um significado à noção de equilíbrio utilizada por Keynes — afirma que no capítulo 18 Keynes especifica o conjunto de elementos básicos que compõem a sua representação do sistema econômico e, portanto, as condições que seriam equivalentes com uma posição de equilíbrio nos dois sentidos apresentados acima

⁵¹ Esta seria uma condição de curto prazo, em que o estoque de capital se mantém constante e a possibilidade de variação está relacionada apenas ao nível de emprego e de produção decididos pelos empresários. A discussão sobre a diferenciação entre o curto e o longo prazos na Teoria Geral será realizada mais adiante.

⁵² Em consonância com essa acepção Jossa escreve “*the situation of unemployment theorized by Keynes is a situation of equilibrium, since it is consistent with the current definition of equilibrium as a position resulting from a deliberate choice on the part of economic agents*” (1992, pg. 125).

The position so defined is both a 'position of rest' that the system, ceteris paribus, would maintain, and a 'chosen position' in the sense that it is the situation preferred, in the given circumstances, by those agents who have the actual power to produce a change in their own situation and in the overall situation of the economy. (CARAVALE, 1992, pg.79, grifos nossos).

Nota-se que Caravale (1992) faz referência ao equilíbrio como uma situação preferida, dadas determinadas circunstâncias, pelos agentes que detêm o poder de transformação da própria situação e das condições agregadas da economia. No modelo descrito no capítulo 3 da TG, que trata da determinação do nível de produção e de emprego, Chick (1996) salienta que os agentes que se encontram na posição escolhida ou de repouso e que, portanto, dão forma a uma configuração de equilíbrio, são os produtores; já que, segundo o princípio da demanda efetiva, o nível de emprego é definido exclusivamente pela demanda por trabalho por parte das firmas, são a expectativas dos empresários que importam para determinar essa posição, de modo que “*the position of rest thus is defined not only by a lack of incentive or desire for change but also by the power to effect change*” (CHICK, 1996, pg. 351). Nessa lógica, mesmo que os trabalhadores se encontrem em uma situação em que desejam ofertar mais trabalho ao nível de salário real vigente, uma situação de equilíbrio com desemprego pode permanecer, dado que o lado da oferta de trabalho, na TG, tem apenas o papel de indicar o máximo de trabalho disponível a um certo nível de salários, não constituindo uma força fundamental para a determinação do emprego em uma economia capitalista⁵³.

Sebastiani (1992), por seu turno, analisando a validade e a relevância das interpretações que entendem o equilíbrio tratado na TG como sendo uma posição de longo prazo, também enfatiza o significado de equilíbrio nessa obra como sendo uma posição de repouso, na medida em que corresponde ao ajuste do sistema em relação a forças dominantes representadas pelo modelo sob análise. Tratar o equilíbrio sob esta perspectiva, segundo o autor, permite que questões relacionadas à existência de uma tendência ao alcance do equilíbrio sejam evitadas, isto é, considerar o equilíbrio como uma posição de repouso, no sentido de que não há forças atuando para que o sistema se desloque daquele estado, ajuda a separar os efeitos finais dos elementos cujos movimentos são mais relevantes para o problema em questão, algo que difere da consideração dos fatores que fazem com que exista uma tendência para tal posição. Como afirma Macedo e Silva “Sabemos todos que a questão da

⁵³ Essa concepção também é encontrada em Kregel: “*if the capitalists decide the level of employment, the workers have no effective method of changing it or even communicating that they are not satisfied with it.*” (1992, pg. 115).

existência do equilíbrio não pode ser confundida com a questão da convergência em direção a ele” (1995, pg. 15).

Reforçando o entendimento do equilíbrio como posição de repouso na TG, sublinham-se os seguintes trechos de diferentes autores

Keynes [...] posited equilibrium as the result of given expectations and could thus look upon involuntary unemployment as an equilibrium phenomenon for with short period expectations of producers realized there was nothing to move the system from its state of rest, this despite the fact that some markets did not clear (KREGEL, 1976, pg. 220, grifos nossos).

For Keynes, macroeconomic equilibrium is merely where the system comes to rest, which is achieved when the opposing theoretical forces in the model are in balance (JOHNSON et al. 2004, pg.228, grifos nossos).

The underlying notion [in the General Theory] of equilibrium became that of a position of rest that was based not on the balance of optimizing choices as in neoclassical theory but on the accuracy of expectations (ERTÜRK, 1996, pg. 378, grifos nossos).

Diante dessas perspectivas, é preciso notar, primeiramente, que o fato de o equilíbrio da TG ser concebido como uma posição de repouso ou uma situação resultante de uma escolha baseada em expectativas por parte dos agentes, não significa dizer que, como lembrado por Patinkin (1992), lançando mão dessa noção Keynes esteja querendo afirmar que nada tenda a se modificar no sistema. Na verdade, Keynes se vale da noção de equilíbrio nos moldes marshallianos, em que uma posição só se mantém em repouso quando se consideram constantes as variáveis ou parâmetros que têm o potencial de alterar os resultados do modelo⁵⁴; do contrário, permitindo modificações nestes últimos, as variáveis de interesse e a trajetória do sistema também apresentarão mudanças⁵⁵. Destaca-se que, apesar da ideia de equilíbrio utilizada na TG se aproximar em termos semânticos da de outras abordagens como a neoclássica, que também se vale do equilíbrio nos dois sentidos tratados acima, existem diferenças metodológicas e ontológicas bastante significativas entre elas que se tornarão mais evidentes nas próximas seções desta tese.

⁵⁴ De acordo com Asimakopulos (1973) o equilíbrio utilizado na TG deve ser compreendido, portanto, como uma versão parcial da ideia de posição de repouso, pois “*If equilibrium, according to this definition, is used in a partial sense, the tendency for values to remain unchanged, given the values of the parameters of the system, will refer to only some, or even one, of the variables of the full system*” (1973, pg. 184).

⁵⁵ Keynes da base para essa interpretação na seguinte passagem da Teoria Geral “*This does not mean that we assume these factors to be constant; but merely that, in this place and context, we are not considering or taking into account the effects and consequences of changes in them* (KEYNES, 2013[1936], pg. 245).

Outra forma semântica de se conceber o equilíbrio na TG, mas que é motivo de debate na literatura, é a que interpreta a noção empregada por Keynes como um ponto tendencial ou centro gravitacional para o qual convergiria o modelo. Neste ponto, é notável que a controvérsia em torno dessa interpretação se dê especialmente nas formas como se concebem as noções de estabilidade e a relação dela com a ideia de incerteza formulada por Keynes.

Dentre os autores que defendem essa compreensão semântica de equilíbrio na TG, Caravale (1992) tem o intuito de demonstrar que a forma mais satisfatória de se representar a concepção de desemprego involuntário formulada por Keynes, como uma força dominante e não transitória dos sistemas econômicos contemporâneos é associá-la à ideia de equilíbrio natural encontrada nos clássicos, que se traduz como uma forma de se descobrirem as leis fundamentais que governam, em contextos institucionais específicos, fenômenos econômicos como a formação do valor, da produção e da distribuição. A noção clássica de equilíbrio natural parte, pois, da especificação de um modelo, que se configura como uma representação do objeto sob análise, apresentando, segundo o autor, as seguintes propriedades: (i) seria uma descrição importante no sentido de capturar os aspectos essenciais da realidade e de destacar as forças sistemáticas e dominantes da economia; (ii) corresponde a uma posição que exerce potencial de atração, como um centro gravitacional, sobre os valores correntes das variáveis que compõem o modelo; (iii) a posição de equilíbrio é concebida em termos lógicos e não cronológicos; (iv) o equilíbrio é concebido como a realização da condição de igualdade entre as taxas de lucros esperadas em cada setor, sendo, neste sentido uma posição de repouso e uma posição escolhida.

Em uma análise mais detalhada das propriedades da noção clássica de equilíbrio, Caravale (1992) indica que a primeira faz referência ao fato de que, por um lado, a representação feita pelo modelo deve se aproximar da realidade, evitando construções hipotéticas ou meramente abstratas que dificultariam a identificação de aspectos fundamentais dos fenômenos econômicos reais. Por outro lado, o modelo deve buscar se concentrar nas forças dominantes presentes no sistema e abstrair as forças transitórias que, apesar de também serem elementos da realidade, podem atrapalhar na investigação de quais seriam as causas essenciais do funcionamento do sistema econômico.

Já a segunda e a terceira propriedades têm a ver com o tratamento da questão da estabilidade e de como o processo de convergência deveria ser abordado. A inserção destes elementos na construção de uma teoria e na definição de uma posição de equilíbrio dependerá, ainda conforme Caravale (1992), de como o tempo é concebido, podendo este assumir uma conotação cronológica ou lógica. Se o modelo adota a primeira concepção, a questão da

estabilidade e da convergência do sistema parecem se tornar intratáveis ou pelo menos logicamente inconsistentes com a ideia de posição de repouso, considerando que nesta dimensão do tempo, que se dá no transcurso do calendário, as condições estabelecidas como de equilíbrio necessariamente se modificam com a passagem do tempo. Contudo, quando o tempo assume um caráter lógico, a consideração de uma tendência para o equilíbrio pode ser teorizada como um processo de convergência potencial para uma posição cujos valores foram definidos conforme os componentes essenciais do modelo. Neste último caso a posição que corresponde àquela de equilíbrio e que é consistente com a representação do sistema econômico — também entendida como uma posição de repouso e como uma posição escolhida — não se configura como uma posição fixa de referência que se mantém inalterável no tempo cronológico, mas sim como um ponto que, mesmo podendo se modificar com a passagem do tempo real, exerce uma importante atração sobre o valor real das variáveis de interesse em cada período do tempo cronológico⁵⁶. O uso da concepção lógica do tempo permite, portanto, que o processo de gravitação na análise de equilíbrio seja compreendido como a existência de uma direção para a qual as variáveis se movimentam e não como o estudo da trajetória real seguida por elas ao longo do tempo, o que torna dispensável a questão da realização de um processo gravitacional na realidade, dado que, em termos metodológicos, basta que o equilíbrio seja a configuração que exerce atração sobre o valor real das variáveis em cada período de tempo.

Nos moldes da concepção clássica de equilíbrio natural e considerando o tempo em sua dimensão lógica, Caravale (1992) interpreta a TG como uma análise de curto prazo no sentido marshalliano, em que algumas variáveis são consideradas constantes e resultantes de períodos passados e em que vige um determinado estado de expectativas que determina as decisões presentes, a posição de demanda efetiva e o nível de emprego. Esta seria, pois, a posição que exerceria atração sobre as variáveis reais, configurando-se como um centro gravitacional em cada momento, e que representaria o equilíbrio natural, ou de longo-prazo no

⁵⁶ É importante frisar que Caravale (1992) estabelece uma diferença entre o que ele classifica como tempo lógico, utilizado pelos clássicos e, em alguma medida, por Keynes, e o tempo a-histórico do qual se valem os neoclássicos: “*It seems important to emphasise, however, that the ‘logical’ character of the conception, described above, of natural equilibrium should be kept carefully distinct from the ‘a-storical’ nature which characterises the conception of time in neo-classical economics [...] While the latter appears a device to abstract from reality, the former has both a classical and a Keynesian flavour; it relates in fact to a short-period situation (in the Marshallian sense) in which a certain number of variables are given - not arbitrarily taken at any of the possible values, but rather viewed as the consequence of past history, and in particular of decisions taken in the past by economic agents*” (CARAVALE, 1992, pg. 80).

sentido lógico, do sistema⁵⁷. Outro ponto que faria com que a noção de equilíbrio utilizada na TG se assemelhasse à ideia de equilíbrio natural dos clássicos e que a tornaria compatível com uma posição de longo prazo no sentido lógico seria a teoria do investimento empregada por Keynes, segundo a qual, em escala individual, as taxas esperadas de retorno de diferentes projetos de investimento seriam iguais, o que determinaria o nível de demanda efetiva e tornaria possível uma situação de desemprego de equilíbrio.

A intepretação de Sebastiani (1992), tentando demonstrar que a teoria de Keynes, apesar de estar centrada no curto prazo, possibilita que conclusões possam ser estendidas para o longo prazo no sentido de compatibilizar a existência de desemprego com uma situação de ajustamento da economia a forças dominantes, tangencia a de Caravale (1992) ao considerar que o equilíbrio na TG pode ser compreendido como um centro de gravitação no sentido lógico. Para Sebastiani (1992) os elementos que representam as forças dominantes no modelo de Keynes são a uniformidade das taxas próprias de retorno descritas no capítulo XVII da TG⁵⁸, que são baseadas nas expectativas individuais de retorno dos diferentes bens de capital, que têm a taxa de retorno da moeda (taxa de juros) como centro de gravitação e que geram uma configuração de preços correspondente a tal uniformidade, e o ajuste entre o nível de atividade e a capacidade produtiva instalada, que significa um nível satisfatório de escolha de produção por parte dos empresários e que não implica na utilização plena da capacidade produtiva. O ajuste às referidas forças dominantes ocorre no âmbito da demanda, de modo que, mesmo no longo prazo, o desemprego tende a persistir devido a insuficiências de demanda agregada, o que pode ocorrer em um contexto de preços equilibrados e em um nível de produção e emprego que representam escolhas satisfatórias de produtores e investidores.

Contudo, apesar de afirmar que Keynes em alguns momentos da TG recorre à noção de equilíbrio como um centro gravitacional no sentido lógico, Sebastiani (1992) admite que essa interpretação só pode ser validada quando se considera a hipótese de independência dos elementos que representam as forças dominantes, como o estado de expectativas, em relação

⁵⁷ Caravale (1992) usa o seguinte trecho da TG para justificar sua interpretação: “*If we suppose a state of expectations to continue for a sufficient length of time for the effect on employment to have worked itself out so completely that there is, broadly speaking, no piece of employment going on which would not have taken place if the new state of expectation had always existed, the steady level of employment thus attained may be called the long-period employment corresponding to that state of expectation. It follows that, although expectation may change so frequently that the actual level of employment has never had time to reach the long-period employment corresponding to the existing state of expectation, nevertheless every state of expectation has its definite corresponding level of long-period employment*” (Keynes, CW, vol. VII, p.48 *apud* Caravale, 1992, pg. 88).

⁵⁸ De acordo com Sebastiani (1992), o capítulo XVII da Teoria Geral parece representar a extensão ao longo prazo de uma análise que, até aquele momento, havia sido realizada em termos de curto prazo.

ao processo de ajustamento ou de aproximação em relação a elas. A necessidade de tal hipótese para que o equilíbrio na TG possa ser considerado também como um centro gravitacional justifica-se com base na seguinte ideia: para que uma determinada posição ou configuração de variáveis seja concebida como um ponto para o qual as variáveis tendem, é preciso que os fatores que determinam o equilíbrio apresentem uma certa estabilidade e independência relativamente ao processo de ajustamento do sistema, pois permitir que o processo de gravitação altere o centro de gravidade estabelece uma contradição no que se refere à consideração da existência de forças dominantes no modelo, fazendo com que variáveis definidas como independentes sejam influenciadas pelas dependentes. No contexto da TG existem, portanto, certas objeções à associação irrestrita do equilíbrio ao significado de centro de gravidade ou ponto tendencial, tendo em vista que os elementos que exerceriam influência dominante sobre os processos econômicos, a saber, a propensão a consumir, a escala de eficiência marginal do capital e a taxa de juros, embora sejam considerados forças de atração do sistema, podem ser afetados por movimentos do nível de emprego, definido como variável dependente no esquema teórico de Keynes.

Embora haja passagens da TG que reforcem o entendimento da noção de equilíbrio lá empregada como um centro gravitacional ou um ponto tendencial no sentido lógico, alguns autores, em sentido contrário, defendem que esta é uma das acepções que não parecem compatíveis com o real intuito da abordagem teórica desenvolvida por Keynes em sua mais importante obra.

Possas (1988), por exemplo, apesar de não deixar muito claro qual seria a definição semântica de equilíbrio, afirma que Keynes se vale desta noção de uma forma não convencional, de modo que o equilíbrio assume na TG um caráter apenas virtual, no sentido de ele representar meramente uma possibilidade transitória⁵⁹. Segundo essa interpretação, mesmo em um cenário em que os empresários se encontram em uma posição de satisfação das expectativas, a possibilidade de modificação radical do período seguinte traz à tona a possibilidade de alteração do estado de expectativas e, portanto, da configuração de equilíbrio definida previamente. Em vista disso, Possas argumenta que

⁵⁹ Em trabalho mais recente, Possas reforça essa interpretação: “De fato, essa noção não é normalmente empregada pelo autor no sentido usual de um atrator, isto é, uma posição para a qual tendam as variáveis principais do sistema (as variáveis de estado), mas sim como uma referência analítica de uso convencional [...] em sua análise de curto prazo Keynes assume um equilíbrio aproximado, sem grande preocupação com rigor, apenas sob o argumento de que o curto prazo é curto o bastante para que o presente e o passado recente se superponham, implicando que erros de expectativa não se acumulem” (POSSAS, 2015, pg.75).

O empresário, mesmo por estar em equilíbrio, [não] deverá permanecer nele continuamente; ou seja; o equilíbrio de Keynes não é estável. Como não faz sequer análise de período, nem análise interativa. Só há equilíbrio no sentido puramente virtual ou n[o]cional. O equilíbrio em Keynes **não é uma tendência**, não atravessa períodos; ele é apenas uma possibilidade entre tantas outras, num único período; se passou o período, passou a chance do equilíbrio (POSSAS, 1988, pg.60, grifos nossos).

Na compreensão de Possas (1988), os autores que tentam resgatar uma visão de que a TG trata de elementos estruturais, ou forças dominantes, que agem como centros de gravidade para o sistema econômico, “como se Keynes e a economia keynesiana tratassem das flutuações conjunturais que ocorrem em torno da trajetória estrutural subjacente” (POSSAS, 1988, pg.62), poderiam ser classificados como Neo-Ricardianos por buscarem associar aspectos de Keynes com a noção de longo prazo utilizada por Ricardo. Para Possas (1988), o longo prazo em Keynes funciona exclusivamente como um horizonte de cálculo que baliza as decisões de investimento e não como um eventual centro gravitacional para o qual as variáveis tendem. E isso não significa dizer que não haja elementos estruturais que apresentem relativa estabilidade ao longo do tempo, mas sim que essa estrutura, embora seja provisoriamente estável, se modifica no tempo de maneira endógena, conforme a lógica de comportamento dos agentes também se altera.

É possível notar que a linha de argumentação de Possas (1986, 2015) acerca da noção de equilíbrio utilizada na TG se aproxima em muito do entendimento apresentado por Minsky (2008 [1975]). Este autor, dando ênfase ao papel da incerteza no modelo elaborado por Keynes, reconhece que as relações funcionais descritas na TG e que dão origem a cada uma das posições de curto prazo podem ser identificadas como situações de equilíbrio. No entanto, as referências de Keynes a essas situações deveriam ser compreendidas como considerações sobre um conjunto transitório de variáveis para o qual o sistema tenderia, conjunto este que seria modificado por transformações endógenas à medida que a economia se movesse em direção a ele, como um alvo móvel que é perseguido, mas raramente alcançado. Sendo assim,

[...] Each state, whether it be boom, crisis, debt-deflation, stagnation, or expansion, is transitory. During each short-period equilibrium, in Keynes's view, processes are at work which will “disequilibrate” the system. Not only is stability an unattainable goal; whenever something approaching stability is achieved, destabilizing processes are set off. (MINSKY, 2008 [1975], pg. 59).

Essa interpretação de uma configuração de equilíbrio em constante e até mesmo rápida transformação deriva dos efeitos desestabilizadores que a incerteza pode ter sobre o desejo de alocação de portfólio dos diferentes agentes, fazendo com que o comportamento da economia

seja caracterizado não por estados de equilíbrios alcançados, mas por um processo de tendência a conjecturas que são passíveis de modificação frequente.

Outra interpretação que, em grande medida, faz coro com a de Minsky (2008 [1975] e de Possas (1986, 2015), é aquela apresentada por Macedo e Silva (1995). Criticando a posição de Vercelli (1991) de que a situação de desemprego voluntário para Keynes representaria uma posição de equilíbrio dinamicamente estável⁶⁰ por não apresentar tendência dinâmica endógena de modificação, Macedo e Silva (1995) defende que não haveria elementos suficientes na TG para que o equilíbrio dado pelo ponto de demanda efetiva servisse como um ponto gravitacional do sistema ou que fosse considerado dinamicamente estável. Para esse autor, aceitar a noção de equilíbrio utilizada na TG como uma configuração estável ou um ponto tendencial é levar ao limite o que ele classifica como “artefato heurístico, construído de forma precária (e confusa)” (MACEDO E SILVA, 1995, pg. 137). O ponto de demanda efetiva deve ser apreendido, portanto, como uma posição “virtual, *ex ante* e instável – se alcançad[a], não se pode esperar que perdure; não alcançad[a], seguem-se processos dinâmicos cujas trajetórias o modelo da Teoria Geral não é capaz de prever” (*ibid.* pg. 136).

A consideração dos efeitos de instabilidade que a noção da incerteza pode ter sobre a configuração de equilíbrio teorizada por Keynes, parece ser o elemento crucial para fundamentar as interpretações que refutam a existência de um equilíbrio como ponto tendencial ou centro gravitacional na TG. A suposta inconsistência entre esta ideia de equilíbrio e a de incerteza fundamental é, entretanto, rejeitada por Carvalho (1992) a partir de uma análise que trata o equilíbrio e a estabilidade sob critérios específicos. Para ele, se a noção de equilíbrio for percebida no sentido de Hahn (1973), ou seja, como uma situação em que a economia não gera dados que modificarão as teorias formuladas pelos diversos agentes sobre o funcionamento do sistema⁶¹, ela pode ser compatível com a ideia de estabilidade desde que não entendida como “a capacidade que a economia tenha de recompor um estado de equilíbrio quando este sofrer alguma perturbação, ou seja, sua capacidade de encontrar um “caminho de volta” ao equilíbrio quando dele for afastada” (CARVALHO, 1992, pg. 55), mas

⁶⁰ Na concepção de Vercelli (1991) o conceito de estabilidade dinâmica mostra-se útil, em termos analíticos, quando o sistema converge rapidamente para aquele ponto, o que, no caso da análise de Keynes, seria um deslocamento rápido da curva de demanda agregada para o ponto de demanda efetiva.

⁶¹ Segundo Carvalho, nesta concepção de equilíbrio “A ênfase é sobre mudanças de comportamentos, e, portanto, sobre decisões, e apenas especifica a geração de sinais, sem especificar se estes sinais são “corretos” (isto é, derivados das condições objetivas do contexto global) ou não. A economia está em equilíbrio quando os agentes não veem razão para alterar sua conduta, ou, em outras palavras, quando a economia se desenvolve segundo sua trajetória “normal”. Podem existir melhores situações que não sejam percebidas. O que importa não é o contexto, mas a percepção deste contexto” (1992, pg. 64).

como a resistência de uma determinada configuração ou estado de expectativas em relação a choques, ou, de outro modo, como a “possibilidade de absorção de perturbações sem alteração da situação fundamental de equilíbrio” (*ibid.* pg.55).

Adotando as referidas definições de estabilidade e equilíbrio, Carvalho (1992) fundamenta sua defesa da compatibilidade entre estas noções e a de incerteza valendo-se de elementos teóricos apresentados por autores como Hicks e Shackle. Em relação a Hicks, o elemento destacado é o de elasticidade das expectativas, que seria uma forma de mensurar “a variação nos valores esperados em face de uma divergência entre expectativas anteriores e sua realização” (*ibid.* pg. 66) e representaria um modo de se analisar como desapontamentos correntes podem ser absorvidos pelos agentes sem que eles modifiquem suas teorias e, portanto, preservem uma condição de equilíbrio no sentido concebido por Hahn (1973); existência de expectativas inelásticas seriam, pois, aquelas que se encontrariam em uma determinada faixa de normalidade e que indicariam confiança dos agentes em suas conjecturas. Já Shackle, para Carvalho (1992), evidencia o esquema de surpresa potencial que descreve a maneira pela qual os agentes tomam decisões sob condições de incerteza não-probabilística e segundo o qual os eventos são classificados com base no grau de surpresa que causariam ao agente, sendo esses eventos os que (i) não causam nenhuma surpresa, (ii) os que são considerados improváveis mas não impossíveis e (iii) os impossíveis. Nos moldes desse esquema, os resultados que se encontram na primeira categoria e, portanto, não causam nenhuma surpresa, fazem com que as teorias e o estado de expectativas possam ser mantidos, ao passo que a ocorrência de resultados surpreendentes ou impossíveis pode causar um processo de revisão das teorias formuladas pelos agentes e um período de instabilidade e desestruturação da economia.

Esses dois elementos teóricos extraídos das obras de Shackle e Hicks apresentam, ainda segundo Carvalho (1992), formas de se conceberem comportamentos estáveis ou de equilíbrio dos agentes mesmo em um ambiente de incerteza fundamental e demonstram que “pode existir uma faixa de equilíbrio, ao invés de um ponto de equilíbrio, no sentido de que certos sinais, mesmo que não correspondam exatamente ao esperado pelo agente, podem não estar tão distantes do esperado a ponto de induzir o agente a refazer sua teoria sobre o mundo” (*ibid.* pg. 65). Em suma, a existência de incerteza, apesar de causar fragilidade em termos de formação de expectativas e de tomada de decisões, funciona significativamente como um fator de inércia, desestimulando a reação imediata dos agentes em relação a todo e qualquer sinal dado pelo sistema econômico. Neste contexto, o equilíbrio com desemprego formulado

por Keynes, por mais que se forme em um ambiente permeado pela incerteza, pode apresentar sustentabilidade, mesmo não sendo um resultado ótimo para a sociedade.

Uma última interpretação semântica da noção de equilíbrio contida na TG se desenvolve com base na ideia de balanceamento de forças. Nell (1992), na tentativa de demonstrar que o equilíbrio expresso pela teoria da demanda efetiva difere em muito da ideia ortodoxa de equilíbrio, representada por uma posição alcançada pela ação maximizadora de agentes sujeitos a restrições de oferta, afirma que a posição de demanda efetiva é alcançada a partir do balanceamento entre as forças que estimulam e desestimulam gastos. Em outras palavras, na configuração de equilíbrio do ponto de demanda efetiva, as forças que tendem a reduzir os gastos na produção de bens e serviços, como poupança, impostos, incerteza e especulação, balanceiam-se com as forças que os estimulam, como expectativas de lucro, condições políticas ou necessidade de emulação tecnológica em relação ao exterior, de sorte que, nesta configuração, não haja restrições do lado da oferta, mas sim um balanceamento de forças apenas relacionadas à demanda. A intepretação em termos de balanceamento de forças, entretanto, “*need not determine a fixed level; it could define movement along a cyclical or expansionary path just as well*” (NELL, 1992, pg. 140).

De posse deste levantamento sobre interpretações semânticas mais relevantes acerca da noção de equilíbrio empregada por Keynes na TG, é importante notar que, não obstante outras contribuições possam existir na literatura sobre o tema, as que foram anteriormente apresentadas parecem ser as mais recorrentes no debate sobre a natureza do equilíbrio na TG, quais sejam, as de (i) posição de repouso, (ii) posição escolhida, (iii) centro gravitacional ou ponto tendencial e (iv) balanceamento de forças. Quanto à intepretação desta noção na TG como centro gravitacional ou ponto tendencial, fica explícito um debate mais intenso entre aqueles que defendem tal interpretação e os que a rechaçam. Em vista disto, destaca-se que, mesmo considerando apenas uma das dimensões desta noção, existem controvérsias a respeito do seu significado, que surgem com base em momentos e elementos distintos presentes na própria TG, algo que pode ser justificado pela falta de uma definição mais clara por parte de Keynes de qual seria sua real acepção sobre o equilíbrio.

2.3 Interpretações sobre a dimensão metodológica do equilíbrio na TG

No emaranhado de entendimentos sobre a natureza da noção de equilíbrio na obra principal de Keynes, não se discute apenas a dimensão semântica desta noção. O debate, que

vai além do significado conceitual assumido pelo equilíbrio na TG, também se desdobra em uma esfera metodológica, envolvendo tentativas de qualificar em que medida esse autor teria se valido do equilíbrio como método e quais seriam as idiossincrasias analíticas que o distanciariam, neste aspecto específico, das abordagens clássica e neoclássica.

O método em Keynes tem sido há décadas uma questão que atrai a atenção de diversos intérpretes, mas que também é motivo de significativa controvérsia. Para Ferrari Filho e Terra (2016), é possível identificar neste debate três linhas fundamentais — cada uma dando origem a uma agenda de pesquisa — que tratam “(i) do atomismo ou organicismo como unidade de análise da teoria econômica de Keynes; (ii) da continuidade ou descontinuidade das bases filosóficas [...] do pensamento de Keynes ao longo de sua obra; e (iii) da especulação acerca do método científico utilizado por Keynes” (FERRARI FILHO E TERRA, 2016, pg.71). A essas três linhas propõe-se aqui adicionar uma quarta, que faz referência ao uso, por Keynes, do equilíbrio como uma ferramenta analítica ou, em outras palavras, como um procedimento aplicado de modo a “compreender as características de um fenômeno, tanto para apreendê-lo em si quanto para entender suas relações de semelhança, dessemelhança, causas e efeitos uni ou multideterminados, com outros objetos” (Ibid. pg.71).

O objetivo desta seção é tratar da discussão Pós-Keynesiana sobre o uso metodológico do equilíbrio na TG, na tentativa de elucidar os pontos fundamentais de convergência e de distanciamento que surgem das distintas interpretações baseadas nesta obra. É importante notar que, apesar de existirem interpretações que, de modo mais abrangente, se fundam na análise de diversos escritos de Keynes, grande parte da literatura vê a TG como o trabalho em que o equilíbrio aparece de forma mais explícita como uma forma de abordagem e compreensão dos fenômenos econômicos.

Apesar de a essência deste capítulo estar relacionada especialmente à análise das interpretações classificadas como Pós-Keynesianas — ou seja, aquelas que buscam defender o caráter revolucionário, em termos teóricos e metodológicos, da TG —, é importante discutir primeira e brevemente, como parâmetros de comparação, as interpretações de vertentes “bastardas” (ROBINSON, 1971), como o Keynesianismo Neoclássico, o Keynesianismo Desequilibrista (LIMA, 1991) e o Novo-Keynesianismo, que representam fases distintas do que Gerrard (1995) classifica como Keynesianismo Clássico. Estas vertentes, na tentativa de justificar a possibilidade da existência de situações persistentes de desemprego, acabam por

negar o caráter disruptivo da TG, através de um esforço de compatibilização das ideias de Keynes, dentre elas a de equilíbrio, com os pressupostos das teorias clássica⁶² e neoclássica.

Das interpretações que se enquadram no Keynesianismo Clássico, destaca-se, primeiramente, o Keynesianismo Neoclássico — comumente intitulado como síntese neoclássica de Keynes —, que tem início na tentativa de formalização, a partir de um modelo de equilíbrio geral agregado, da análise feita por Keynes na TG e que dá origem a um programa de pesquisa cuja influência ainda se faz presente na teoria macroeconômica.

Como aponta Lima (1991), esse processo de formalização, originário da obra de Hicks, tem como pedra fundamental o modelo ISLM, um aparato analítico concebido no sentido de compatibilizar as concepções clássicas com as de Keynes e que acaba por negar que as contribuições dele tenham constituído uma ruptura com a ortodoxia vigente à sua época⁶³. Este modelo, formado pelas curvas que representam a igualdade entre poupança e investimento (IS) e entre demanda e oferta de moeda (LM), propõe que a inovação fundamental da TG encontrava-se na substituição da teoria clássica da taxa de juros, fundada na lógica dos fundos emprestáveis, pela teoria da preferência pela liquidez, segundo a qual a taxa de juros funciona como reguladora do mercado monetário (GERRARD, 1995). Neste contexto, a análise de Keynes poderia ser interpretada como um caso extremo da teoria clássica (FERRARI FILHO, 1996), em que, por conta da armadilha da liquidez ou de uma fraca indução ao investimento, o aumento da oferta de moeda não seria capaz de reduzir os juros e, por conseguinte, não restauraria o nível de pleno emprego (BOIANOVSKY, 2004).

Contribuições ao Keynesianismo Neoclássico foram dadas posteriormente por Modigliani, Hansen, Pigou e Samuelson (LIMA, 1991; CHATZIAPOSTOLOU, 2019), autores que, ao introduzirem elementos do lado da oferta ao modelo ISLM original, explicaram o fenômeno de desemprego involuntário como resultado da rigidez de preços e salários no curto prazo. Fundamentados nesta lógica, os propositores da síntese neoclássica assumiram o pressuposto de que a tendência fundamental do sistema econômico, no momento em que diferentes formas de rigidez e de imperfeição fossem eliminadas, era retornar a uma

⁶² A teoria clássica, conforme Fontana (2006), é entendida por Keynes como “*the economic tradition from Smith and Ricardo through to Marshall and Pigou. [...] Conventionally, classical economics is used for the economic theory of the period from Adam Smith to the marginalist revolution. But Keynes perceived that what he was really attacking was more than a theoretical tradition. It was the continuity at the level of presuppositions, atmosphere, and methods. His “Classics” were, thus, Smith, Ricardo as well as their methodological neoclassical followers*

⁶³ Para Davidson “*Mainstream economic theory has not followed Keynes's revolutionary logical analysis to develop what Arrow and Hahn have called a "serious monetary theory" in which contracts are made in terms of money in an economy moving from an irrevocable past to an uncertain, non-ergodic future*”(1984, pg. 572).

situação de equilíbrio simultâneo ou de *market clearing* em todos os mercados, o que também significa considerar a obtenção de pleno emprego no mercado de trabalho. Sob esta perspectiva, a TG não poderia ser considerada uma obra revolucionária que teria trazido à tona um método verdadeiramente inovador, mas sim uma teoria que

[...] para obter seus resultados teóricos relativos à possibilidade de equilíbrio aquém do pleno emprego, teria simplesmente imposto arbitrariamente certas restrições ao modelo (neo)clássico tradicional [...] longe de romper com o modelo clássico Keynes teria, portanto, tão somente inaugurado uma série de desenvolvimentos dentro dele (LIMA, 1991, pg. 28).

Em suma, e ainda conforme Lima (1991), os esforços desenvolvidos no bojo da síntese neoclássica tinham como objetivo principal demonstrar que os resultados explicitados na teoria de Keynes, principalmente o de equilíbrio com desemprego, poderiam ser produzidos a partir de modelos neoclássicos, desde que fossem inseridos neles hipóteses como a existência de insensibilidade do investimento em relação aos movimentos da taxa de juros, bem como a armadilha da liquidez ou a rigidez de preços e salários. Para além, esta leitura da TG defende que as situações de equilíbrio abaixo do pleno emprego constituir-se-iam como situações transitórias decorrentes da lentidão de ajuste do mercado, e não num fenômeno inevitável, persistente e que decorreria de elementos inerentes ao funcionamento do sistema, como interpretam os Pós-Keynesianos.

Após a fase de dominância do Keynesianismo Neoclássico, que ocorreu durante toda a década de 1950 e início dos anos 1960, surge uma nova fase do Keynesianismo Clássico, iniciada por Patinkin e conhecida como abordagem Neo-Walrasiana do desequilíbrio (GERRARD, 1995) ou Keynesianismo Desequilibrista (LIMA, 1991). Rejeitando a explicação da síntese neoclássica como a forma mais adequada de se conceber o resultado de desemprego involuntário proposto por Keynes, essa nova fase do Keynesianismo parte do argumento de que as tentativas de interpretação anteriores mantêm erroneamente a concepção de equilíbrio no mercado de trabalho, justificando a existência de desemprego através da hipótese de permanência dos salários reais acima do nível que igualaria demanda e oferta de trabalho. Segundo Gerrard (1995), Patinkin, como precursor da vertente desequilibrista, afirmava que seria mais apropriado apreender a teoria do emprego desenvolvida na TG como uma teoria do desequilíbrio⁶⁴, uma vez que o desemprego seria causado pela lentidão de ajuste

⁶⁴ Esse tipo de interpretação é defendido até por alguns autores Pós-Keynesianos, como Oreiro. Para quem em um contexto de salários nominais flexíveis, como no capítulo 19 da TG, o conceito de equilíbrio no sentido de posição de repouso parece incompatível com a teoria do emprego proposta por Keynes, já que, considerando tal

de preços a um choque negativo de demanda no mercado de bens, algo que forçaria as empresas a produzir em um nível abaixo de suas respectivas curvas de demanda por trabalho e, portanto, em um ponto considerado de desequilíbrio⁶⁵. Neste caso, a manutenção de um alto nível de salários nominais deixa de ser uma condição necessária para que o desemprego involuntário fosse um fenômeno factível.

Para Gerrard (1995) e Lima (1991), Clower e Leijonhufvud também são importantes expoentes do Keynesianismo Desequilibrista, que tentam reforçar, nos moldes do equilíbrio geral, uma interpretação Neo-Walrasiana de Keynes. Baseados na ideia de decisão dual⁶⁶ e rejeitando a abordagem walrasiana, estes autores desconsideram a existência de um processo de ajuste feito por um leiloeiro walrasiano e inserem pressupostos relacionados à imperfeição e incompletude de informação, o que cria a possibilidade de trocas a preços falsos e ajustes em termos de quantidade. Neste sentido, consoante Lima (1991), os intérpretes dessa vertente procuraram evidenciar a incapacidade da teoria tradicional de equilíbrio de explicar satisfatoriamente fenômenos de desequilíbrio, como seria o desemprego involuntário, ou, em outras palavras, “esses autores sustentam que a ocorrência do desemprego involuntário na teoria de Keynes deriva da suposição deste quanto à incapacidade do sistema de preços de fornecer os sinais de mercado necessários à geração de pleno emprego” (LIMA, 1991, pg. 59-60). Portanto, na perspectiva dos Keynesianos Desequilibristas, mesmo que houvesse um sistema de preços flexíveis, não se teriam garantias de que esse sistema conseguira coordenar as ações individuais e que, a partir disto, houvesse o reestabelecimento de uma condição de

flexibilidade, pode surgir no sistema um “ciclo vicioso de queda da demanda realizada— aumento do desemprego—queda dos salários nominais—nova queda da demanda realizada [...] Daqui se segue que a essência da teoria do emprego de Keynes deve ser apresentada em termos dinâmicos, ao invés de estáticos, e que o conceito de “equilíbrio com desemprego” deve ser substituído pela noção de “desemprego de desequilíbrio”, tal como sugerido por Patinkin e Tobin.” (OREIRO, 2006, pg. 40).

⁶⁵ Sobre este ponto, Gerrard (1995) argumenta que a interpretação de Patinkin, apesar de se julgar mais próxima do que seria a teoria de Keynes, também se distancia do que está escrito na TG: “Keynes retained the first postulate of classical theory, implying that firms remain on the demand for labour schedule. Patinkin’s disequilibrium interpretation of Keynes’s General Theory is as lacking in textual consistency as the neoclassical synthesis” (GERRARD, 1995, pg. 451).

⁶⁶ A ideia de decisão dual é explicitada por Chatziapostolou (2019): “The problem [of dual decision] that Clower identified was that plans to buy and sell are not realized simultaneously. So, sales must occur before purchases are made. The effective demand is the actual demand, while the notional expressed needs can remain unfulfilled unless planned sales have been realized. In a market system, the only signals transmitted are those that can be realized because they are within consumers’ budget constraint (effective demand). The unconstraint (notional) demand does not enter the market. This has serious implications in the market system. In particular, even though prices are flexible, they do not react because notional demand is not made effective. Thus, quantities are not the quantities desired because the signals transmitted in the market are not the desired ones. All in all, the coordination structure is problematic and so, it creates disequilibrium” (2019, pg. 21-22).

equilíbrio com pleno emprego no mercado de trabalho. Pelo contrário, o que aconteceria em uma economia sem a presença do leiloeiro walrasiano e com informação incompleta e limitada, seria uma série de transações a preços falsos ou não compatíveis com a configuração do equilíbrio geral tradicional, dando origem a uma forma de ajuste por meio das quantidades⁶⁷ no mercado de bens e de trabalho. Finalmente,

Como decorrência da ineficiência do sistema de preços, os keynesianos desequilibristas postulam que o próprio conceito de equilíbrio é algo que deve ser abandonado para que seja possível captar a essência da economia do emprego de Keynes [...] Em outras palavras, a interpretação de Clower e Leijonhufvud postula que Keynes formulou uma teoria do desequilíbrio e que o desemprego involuntário é, na verdade, a própria expressão do desequilíbrio. (LIMA, 1991, pg. 65).

A terceira fase do Keynesianismo Clássico, como denotado por Ferrari Filho (1996), correspondeu ao empenho da microfundamentação da macroeconomia keynesiana desenvolvido pela perspectiva Novo-Keynesiana, a partir dos anos 1980. Seu objetivo fundamental foi empreender uma tentativa de resgate da “respeitabilidade perdida dos modelos da síntese neoclássica, através da busca de fundamentos microeconômicos que explicassem a rigidez de preços e salários — causa básica [...] para as falhas de mercado mesmo frente a agentes maximizadores e racionais” (AMORIM, 2002, pg. 42). As hipóteses utilizadas nos modelos Novo-Keynesianos, segundo Amorim (2002), se assemelham àquelas levantadas pela vertente Novo-Clássica, quais sejam, (i) agentes se comportando com base em expectativas racionais, (ii) comportamento individual maximizador de bem-estar, (iii) fundamentação microeconômica para explicar fenômenos macroeconômicos; e (iv) grande foco na formalização matemática. No entanto, apesar das semelhanças em termos de pressupostos fundamentais, a abordagem Novo-Keynesiana se diferencia da Novo-Clássica justamente por considerar a rigidez de preços e por negar, por conseguinte, que haveria um ajuste automático das forças de mercado em direção a um equilíbrio de *market clearing* no curto prazo.

⁶⁷ A lógica da restrição de demanda apresentada nessa perspectiva fica mais clara na seguinte passagem: “numa situação onde há restrições de demanda conforme supõe a teoria keynesiana [desequilibrista], o ajustamento da economia se realiza, em primeiro lugar, nas quantidades’ e, posteriormente, nos preços. A partir dessa sistemática, o modelo tem o seguinte comportamento na economia: no primeiro momento, os agentes econômicos expressam suas demandas e ofertas nos mercados; em seguida, dentro de um processo de trocas, cada indivíduo realiza transações de maneira que, havendo qualquer tipo de racionamento, possam ocorrer incorporações de restrições do processo de trocas nas suas funções comportamentais; finalmente, após uma sequência ininterrupta de trocas, existe uma convergência para um ponto de equilíbrio na economia, que não necessariamente coincide com o equilíbrio walrasiano de longo prazo” (FERRARI FILHO, 1991, pg. 342).

A explicação dada pelos Novos-Keynesianos para a presença de rigidez de salários e preços na economia se assenta em hipóteses de imperfeição relacionadas a externalidades, questões contratuais, custo de ajustamento, informações e estruturas de mercado imperfeitas (GERRARD, 1995). No que diz respeito aos motivos para a rigidez de salários, destacam-se algumas hipóteses como as de (i) salário-eficiência, que relaciona a produtividade do trabalho ao salário pago pelas firmas aos trabalhadores, (ii) contrato implícito, baseado na assunção de que os salários funcionam como um seguro contra a incerteza de renda futura dos trabalhadores e têm como intuito estabilizar o poder de compra deles, e (iii) *insider-outsider*, fundamentado na ideia de que há um contrato implícito entre empregados (*insiders*) e empresários que evita, por um lado, reduções de salário e, por outro, que os empresários tenham que incorrer em custos de contratação e treinamento de desempregados (*outsiders*) (FERRARI FILHO, 1996). Já em relação à rigidez de preços, a explicação encontra-se na hipótese de existência de (i) contratos nominais, impedindo a alteração imediata de preços frente a mudanças do cenário econômico, (ii) custos de menu, relacionados aos custos que as firmas têm para modificar seus preços, e (iii) concorrência imperfeita, fazendo com que os empresários tenham algum poder de determinação e realização de preços não competitivos (AMORIM, 2002).

Conforme Amorim (2002), os efeitos dessa rigidez de preços e salários se manifestam através de eventuais excessos de estoques que não podem ser ajustados rapidamente por meio de uma redução nos preços. Neste cenário, os ofertantes acabam por diminuir sua demanda por insumos e mão de obra, fazendo surgir um movimento cíclico de queda da produção agregada, o que, como na síntese neoclássica, justificaria algum grau de atuação corretiva do governo no sentido de estabilizar a atividade econômica.

Assim sendo, o arcabouço teórico Novo-Keynesiano parece partir de uma compreensão equivocada da TG, segundo a qual situações de desemprego involuntário, também entendidas como momentos de equilíbrio de curto prazo, são ocasionadas pela rigidez de preços e salários, juntamente com outros tipos de imperfeição⁶⁸, e não por uma insuficiência de demanda agregada, como postulado por Keynes (FERRARI FILHO, 1996).

Com base nesta breve apreciação sobre as interpretações do Keynesianismo Clássico, é possível notar, como diz Gerrard (1995), que esta perspectiva parece ter se preocupado mormente com a explicação dos resultados keynesianos, mas não com a análise realizada pelo

⁶⁸ Segundo Amorim, “para os novos-keynesianos, os [...] agentes independentes, egoístas e racionais, mesmo ao maximizarem, ao se verem em um ambiente diferente — ambiente de preços rígidos —, não são capazes de levar a economia ao equilíbrio [de *market clearing*]” (2002, pg. 52).

próprio Keynes, “*Keynesian economics has largely ignored the issue of whether or not it is valid to set the contribution of Keynes within the classical framework*” (1996, pg. 452). Dando foco aos resultados e não ao “conteúdo keynesiano de Keynes”, esses intérpretes compreendem a principal consequência da teoria do emprego apresentada na TG, a saber, o desemprego involuntário, ou como uma forma de equilíbrio não ótima derivada de imperfeições de mercado, principalmente relacionadas à rigidez de preços e salários — que, se eliminadas, podem permitir que o sistema retorne a uma condição de pleno emprego dos fatores e de igualdade entre demanda e oferta nos diferentes mercados — ou como um fenômeno de desequilíbrio devido à presença de imperfeições e incompletudes de informação, fazendo com que os agentes realizem trocas a preços falsos e façam ajustes em termos de quantidade, algo que significaria um comportamento fora das curvas de demanda e oferta nacionais e que, portanto, poderia não ser compatível com o equilíbrio walrasiano.

Ao contrário do Keynesianismo Clássico, as interpretações realizadas por autores Pós-Keynesianos têm como intuito demonstrar o caráter revolucionário da TG de Keynes, apontando para as características desta obra que representariam uma ruptura crucial em termos metodológicos e teóricos em relação às teorias (neo)clássicas. Com esses autores, a questão interpretativa da mensagem contida na TG volta a ser relevante, tendo em vista que, para eles, as contribuições originais presentes nesta obra auxiliam de maneira decisiva para uma melhor compreensão do sistema econômico real.

Mais especificamente, quando a questão passa a ser o entendimento da dimensão metodológica assumida pelo equilíbrio na TG, os Pós-Keynesianos mantêm-se fieis aos elementos teóricos empregados por Keynes, por exemplo, as hipóteses de expectativas formadas em um ambiente de incerteza fundamental, de prevalência da dinâmica da demanda sobre a atividade econômica e de não neutralidade da moeda no curto e longo prazos (DAVIDSON, 1984). Todavia, algumas nuances interpretativas podem ser percebidas no que se refere ao entendimento dos diferentes autores na teoria Pós-Keynesiana acerca da função metodológica do equilíbrio na *magnus opus* de Keynes.

Shackle (1965), um dos primeiros autores Pós-Keynesianos que examinou o equilíbrio como método na TG, associou o procedimento analítico utilizado por Keynes a um caleidoscópio, classificando-o como *kaleido-statics*. Esta seria uma forma específica de análise que, por um lado, trataria de um estado de coisas existente em determinada data ou em um curto espaço de tempo (ostentando uma estabilidade efêmera) e em que eram consideradas as relações entre variáveis que se ajustam instantaneamente às conjecturas formadas pelos tomadores de decisão, principalmente os empresários, supondo-se dadas outras variáveis que

se ajustam de forma mais lenta (exógenas); essa análise, por outro lado, também pretendia incluir e explicar momentos de mudança repentina, ocasionados por alterações nas variáveis tratadas como exógenas ou nas conjecturas formadas pelos empresários. Em suma, nos termos desse método

*The history of economy will be made up of alternating periods of analysable equilibrium and of non-analysable landslide movement towards a new equilibrium, after the old environing circumstances have been thrown into a new pattern. Such is Keynes's method in *The General Theory of Employment, Interest and Money* (SHACKLE, 1965, pg. 43).*

Keynes's method: the formal analysis of equilibria and the entire repudiation of their ostensible meaning; the appeal to a herd-psychology which maintains for a time a fragile, self-hypnotizing fiction of rationality and stability, then abruptly collapses into disorder and fragmentation until 'confidence' can be restored by a mutual, universal, barely disguised 'confidence trick' (Ibid, pg. 46).

A interpretação de Shackle (1965) considerou a incerteza fundamental como um elemento essencial no método de Keynes, responsável pelas mudanças repentinas e imprevistas das expectativas e que acabava por colapsar as situações de estabilidade que eventualmente surgiriam no sistema. Neste sentido, “as expectativas são a todo instante tão pouco fundamentadas em dados e tão sujeitas a mudanças que, a qualquer momento, assim como as partículas de um caleidoscópio, qualquer movimento dissolve os padrões anteriormente estabelecidos” (CARDOSO E LIMA, 2008, pg. 377). Para esse autor, a análise de equilíbrio de Keynes versava sobre situações transitórias de ajustamento a condições particulares de expectativas, isto é “*agreed formulas about the future, [that] are for the moment widely accepted*” (SHACKLE, 1965, pg. 48), que, devido à incapacidade incontornável dos agentes de preverem os acontecimentos futuros, acabam se modificando frequentemente e tornando o sistema fortemente instável.

Neste sentido, ainda segundo Shackle (1965), o método de equilíbrio de Keynes seria uma versão específica daquele aplicado por Marshall⁶⁹, diferenciando-se dele por evidenciar a imprescindibilidade e a volatilidade das expectativas na determinação dos fenômenos econômicos e por tratar as variáveis de forma agregada, dando origem à macroeconomia.

⁶⁹ Em consonância com esta interpretação de que Keynes teria criado uma versão própria do método de Marshall, Harcourt & Sardoni (1994) afirmam que “*Keynes thus adopted Marshall's methods for his own purposes, the determination of output and employment as a whole, the theory of effective demand, once he had convinced himself that Say's Law did not hold so that an underemployment rest state was a theoretical possibility just as it was obviously a practical possibility in the world around him at the time. To form his theory he amalgamated Marshall's method with his own insights and mode of reasoning, from A Treatise on Probability, on how reasonable people behave in an uncertain environment*

” (HARCOURT & SARDONI, 1994, pg. 135).

Keynes seria, pois, “*not only Marshall’s severe conscious critic but also, knowingly or not, his faithful disciple and the propagator of his ideas*” (SHACKLE, 1965, pg. 47).

Outro autor que investigou as singularidades do método de equilíbrio de Keynes na TG foi Kregel (1976). Na sua interpretação, o objetivo principal de Keynes foi apresentar um procedimento capaz de “domar” o funcionamento complexo do mundo real, oferecendo bases mais adequadas para o entendimento de uma economia monetária da produção, em que a moeda deixa de ser apenas um meio de troca neutro e passa a influenciar motivos e decisões dos agentes e em que, dada a importância da formação de expectativas em um ambiente de incerteza, mudanças imprevisíveis acontecem com frequência, impulsionado a transformação e o desenvolvimento das instituições e das convenções estabelecidas (usualmente de forma precária). Para tornar tal realidade teoricamente tratável, Keynes, ao invés de ter assumido a certeza e a completude de informações como elementos do modelo, relaxando posteriormente essas hipóteses à maneira (neo)clássica, para se aproximar da realidade, optou por admitir a influência incontornável da incerteza e das expectativas, realizando diferentes suposições sobre a constância delas e sobre seus impactos na economia. Desta maneira, na análise de Keynes “*it is not the assumptions made about the economy under analysis that are different, but the assumptions made about expectations in an economy in which these play an integral part*” (KREGEL, 1976, pg. 211).

Para Kregel (1976), o procedimento utilizado por Keynes para “domar” a complexidade do sistema econômico, partindo da diferenciação entre as expectativas de curto e de longo prazos⁷⁰, baseava-se em três modelos diferentes, cada um assumindo uma hipótese distinta sobre a interação entre esses dois tipos de expectativas e sobre como elas poderiam afetar os resultados da economia. Os princípios que regem a construção desses modelos são: (i) as expectativas de longo prazo são consideradas variáveis autônomas que reagem a estímulos econômicos e não econômicos e que influenciam decisivamente elementos fundamentais da teoria de Keynes, como a eficiência marginal do capital, a preferência pela liquidez e a propensão a consumir; (ii) as expectativas de curto prazo, que também representam as conjecturas individuais formuladas pelos agentes, podem ser desapontadas; e (iii) a frustração das expectativas de curto prazo individuais podem afetar as de longo prazo, do mesmo modo que estas últimas podem afetar as primeiras.

⁷⁰ Na definição de Keynes, as expectativas de curto prazo estariam relacionadas aos preços que as firmas esperam vender suas mercadorias ao final do período de produção, enquanto que as expectativas de longo prazo fariam referência ao vetor de preços de mercado que a firma espera obter em um futuro mais distante e aos salários e à tecnologia que vigorão neste período. O primeiro tipo de expectativas influencia as decisões de produção, o segundo tipo afeta as decisões de investimento.

Assim sendo, o primeiro modelo utilizado por Keynes, segundo Kregel (1976), seria o de equilíbrio estático. Nele, as expectativas de longo prazo são consideradas constantes e não sofrem influência das expectativas de curto prazo individuais, que são sempre satisfeitas. Dado o estado geral de expectativas de longo prazo, o sistema se move diretamente para o ponto de demanda efetiva, uma vez que as curvas de demanda e de oferta agregadas se mantêm fixas. Essa seria a forma encontrada por Keynes para demonstrar que a economia pode alcançar o equilíbrio, representado pelo ponto de demanda efetiva, com expectativas plenamente realizadas, mesmo em uma situação abaixo do pleno emprego.

No segundo modelo, classificado como equilíbrio estacionário, Keynes permitiu que as expectativas de curto prazo fossem desapontadas, mas continuou mantendo a hipótese de expectativas de longo prazo constantes e que não se alterariam a partir dos referidos desapontamentos individuais. Para Kregel (1976), este é o modelo predominantemente utilizado nos primeiros dezoito capítulos da TG, a partir do qual se torna possível comparar o resultado de diferentes estados de expectativa de longo prazo, admitindo-se que a frustração de expectativas de curto prazo desencadearia um processo de revisão de prospecções em que os empresários, por tentativa e erro, alcançariam o ponto de demanda efetiva, movendo-se ao longo da curva de demanda agregada.

Kregel (1976) afirma que a estratégia de manter as expectativas de longo prazo constantes nestes dois primeiros modelos fez com que algumas relações funcionais pudessem ser identificadas, tornando possível a realização de um importante exercício analítico que, em um contexto de expectativas gerais fortemente mutáveis, não seria exequível. O método de Keynes consistia, portanto, em desconsiderar momentaneamente os efeitos dessas expectativas e da incerteza, ao invés de supor que elas não existem. Além disso, manter isolada a influência desses elementos permitiria que as expectativas individuais de curto prazo possam ser frustradas sem que isso afetasse o estado de expectativas de longo prazo.

Finalmente, no terceiro e último modelo, chamado por Kregel (1976) de equilíbrio móvel, as expectativas de longo prazo, que haviam sido fixadas provisoriamente no sentido de se investigarem as relações entre variáveis específicas, poderiam então ser afetadas pelas frustrações das expectativas de curto prazo. Isto significa que, nos casos em que o ponto de demanda efetiva não fosse alcançado, as curvas de demanda e de oferta agregadas se moveriam devido à reformulação das expectativas de longo prazo, ou seja, devido à alteração dos parâmetros dessas funções. Deste modo, o modelo de equilíbrio móvel busca representar situações mais próximas da realidade, em que o sistema econômico persegue constantemente configurações de equilíbrio que nunca são alcançadas, dado que, em virtude da interação entre

as expectativas de curto e longo prazo, essas configurações se modificam com frequência e se tornam instáveis.

Em resumo, na concepção de Kregel (1976), estes três modelos compõem o modo pelo qual Keynes buscou ordenar e compreender a complexidade dos fenômenos econômicos: primeiramente, ele provisoriamente manteve as expectativas de longo prazo constantes sob a cláusula *ceteris-paribus*, “*making assumptions that allowed the definition of functions that he knew did not exist through their entire range, expressly in order to give force to the theory of effective demand*” (Ibid. pg. 216), e, posteriormente, passou a incluir a possibilidade de variação dessas expectativas, o que abriu a possibilidade de alteração das três relações psicológicas básicas, a saber, a propensão a consumir, a eficiência marginal do capital e a preferência pela liquidez, provocando o movimento das curvas de oferta e demanda agregada e fazendo com que a configuração de equilíbrio fosse frequentemente alterada.

A interpretação de Kregel (1976) sobre o método de Keynes fez surgir, entretanto, a seguinte questão: o reconhecimento da instabilidade das configurações de equilíbrio apresentadas no modelo de equilíbrio móvel — que parece estar mais próximo do real funcionamento da economia — não tornaria inúteis as conclusões obtidas a partir dos modelos estático e estacionário, inviabilizando uma parte significativa do procedimento analítico utilizado na TG?

Para Dutt (1991) a resposta a essa questão é não. A partir de uma formalização dos três modelos discutidos por Kregel (1976), ele indica três implicações lógicas de se permitirem, como no modelo de equilíbrio móvel, a alteração das expectativas de longo prazo e a interação entre estas e as expectativas de curto prazo: (i) o equilíbrio de curto prazo pode ser instável, ou seja, o sistema não retorna ao ponto de equilíbrio após a ocorrência de um choque; (ii) o sistema pode apresentar múltiplos equilíbrios, significando que o resultado de equilíbrio alcançado no curto prazo dependerá da posição inicial da economia; e (iii) se a posição de equilíbrio for única e estável, esta posição não será *path-dependent* ou, em outras palavras, não dependerá da trajetória seguida pelo sistema até esse ponto. Segundo Dutt (1991), se apenas as duas primeiras implicações do terceiro modelo forem consideradas, a noção de equilíbrio deixa de ser relevante para a explicação dos fenômenos econômicos, pois, no caso da existência de instabilidade, a configuração de equilíbrio se distanciaria dos estados reais alcançados pelo sistema e, no caso de múltiplos equilíbrios, a posição final do sistema não poderia ser conhecida nem prevista sem que as condições iniciais também fossem conhecidas, o que dispensaria o resultado de equilíbrio aquém do pleno emprego obtido pelo princípio da demanda efetiva. Todavia, se a terceira implicação fosse levada em conta, ou

seja, se houvesse a possibilidade de que o sistema alcance uma posição estável que independe da trajetória que leva a ele, as propriedades da configuração de equilíbrio voltariam a apresentar relevância analítica.

Dutt (1991) afirma que Keynes, mesmo reconhecendo as duas primeiras implicações do modelo de equilíbrio móvel que acabam por minorar ou desconsiderar a importância metodológica dos dois primeiros modelos, optou por utilizar majoritariamente o equilíbrio estacionário na TG. O motivo desta escolha se deveu ao fato de que, para provar a eficácia explicativa do princípio da demanda efetiva e dar fundamento lógico a situações persistentes de desemprego, Keynes se ateve à análise das propriedades qualitativas da situação de equilíbrio e não a qual seria sua posição precisa em termos de valores exatos assumidos pelas variáveis. Assim,

[...] issues regarding the path-dependence of equilibrium, and the role of history, were no concern of his; wherever the economy ended up, it was possible for it to end up with unemployed labor. To show this in a simple manner, he wanted to abstract from issues like the disappointment of expectations. He also wanted to show that the disappointment of expectations was not the cause of unemployment, and thus it was tactically necessary to assume that expectations were not disappointed (DUTT, 1991, pg. 219).

Ainda de acordo com Dutt (1991), o intuito de Keynes ao lançar mão predominantemente do método de equilíbrio estacionário foi, além de evidenciar as propriedades qualitativas dessa posição, indicar os prováveis efeitos, bem como a direção seguida pelo sistema, da alteração de um parâmetro do modelo, como a política fiscal ou monetária. Tal procedimento, obviamente, não permitiria que fossem estimados de maneira exata os efeitos quantitativos da alteração de uma variável exógena, já que “*the position of the final short-period equilibrium cannot be known without complete knowledge of the dynamic path, which, of course, given our assumptions of unpredictability, is impossible*” (DUTT, 1991, pg. 219), mas tornaria possível avaliar os impactos, pelo menos em termos da direção, que uma política fiscal expansionista pode ter sobre os níveis de produto e o emprego em uma economia operando abaixo do pleno emprego.

Com base nas interpretações de Kregel (1976) e Dutt (1991), é possível notar que o equilíbrio como método teórico e analítico de Keynes torna plausível uma variedade de soluções, a depender da hipótese assumida em relação à permanência e à forma de interação entre os diferentes tipos de expectativas. Harcourt e Sardoni (1994) afirmam que, não obstante Keynes tenha utilizado três modelos distintos como uma maneira de manipular a complexidade do sistema e torná-la comprehensível, estes modelos continuariam sendo apenas

estruturas mentais que, por si só, não seriam capazes de indicar qual o resultado mais provável de se observar na realidade.

Ainda de acordo com Harcourt e Sardoni (1994), a intenção de Keynes seria dar explicação aceitável a um tipo de resultado específico, qual seja, o fato de que as economias capitalistas, apesar de dificilmente apresentarem situações correspondentes ao pleno emprego, não serem violentamente instáveis⁷¹, ele teria realizado algumas suposições adicionais, baseadas na observação, para justificar a estabilidade do sistema relativamente ao seu potencial de busca oscilação. Tais suposições estariam associadas à existência de fatores que serviriam como estabilizadores das variáveis independentes do modelo, como um determinado nível de propensão a consumir que corresponde a um multiplicador não muito maior que a unidade ou a pequena sensibilidade da escala de eficiência marginal do capital em relação a mudanças na renda esperada do capital ou a alterações na taxa de juros. Além destes fatores, Keynes também teria dado grande importância às convenções — um conjunto de crenças que se estabelecem durante determinado tempo na economia e que representam uma forma de os agentes lidarem com a presença de incerteza fundamental — como um elemento que, estabelecendo certos limites ao comportamento dos tomadores de decisão, ajudaria a evitar oscilações muito bruscas de emprego e da renda nacional.

Em linha com a interpretação de Kregel (1976) e na tentativa de demonstrar que certos usos metodológicos da noção de equilíbrio podem ser compatíveis com as ideias de tempo histórico e *path-dependence*, Setterfield (1997) qualifica a análise de equilíbrio presente na TG como um dispositivo pedagógico operado com a finalidade de tornar compreensível um mundo caracterizado pelo desequilíbrio e pelo movimento histórico. Para o autor, o método utilizado na TG consistiu no que ele chama de abordagem *ceteris paribus*, um procedimento analítico desenvolvido com o intuito de “aprisionar” momentaneamente alguns determinantes ou complexidades do sistema sem ignorá-los. Esta forma metodológica de equilíbrio apresenta três aspectos fundamentais. Primeiramente, esse método admitiria a importância das propriedades do tempo histórico (histereze e path-dependence, por exemplo) como características intrínsecas à atividade econômica. Além disso, ao invés de considerar a causação simultânea entre as diversas variáveis, o método de teorizar e analisar com o equilíbrio permitindo um *ceteris paribus* separaria temporalmente as causas primárias e os efeitos que as seguiriam, trazendo à tona a noção de causalidade sequencial. Por último, essa

⁷¹ Harcourt e Sardoni (1994) destacam, porém, que para Keynes a relativa estabilidade observada nas economias capitalistas não deriva de leis necessárias que impelem o sistema a tal comportamento, mas de observação de fatos da realidade.

abordagem se fundamentaria no procedimento marshalliano de tratar um elemento de cada vez, algo que possibilitaria uma forma de fechamento condicional ou sintético de um sistema real reconhecidamente aberto, de modo que “[...] *some part of a system's dynamics is overlooked, creating constancy where there is, in fact, the propensity for change, in order to facilitate the practical analysis of other parts in a conditionally closed system*” (SETTERFIELD, 1997, pg. 70).

Conforme Setterfield (1997), os três aspectos primordiais do método *ceteris paribus* fariam com que o equilíbrio fosse interpretado como uma posição de repouso estabelecida provisoriamente, através de uma suspensão imaginária das forças endógenas responsáveis pelas mudanças observadas na realidade. Tal suspensão imaginária não se faria, entretanto, de forma completamente arbitrária. À semelhança de Harcourt e Sardoni (1994), Setterfield (1997) considera que a análise de equilíbrio encontrada na TG realizaria as suspensões imaginárias — ao considerar alguns elementos como dados ou exógenos — partindo de fatos estilizados observáveis na realidade, como o comportamento convencional dos agentes em face da incerteza, e possibilitaria que “[...] *the "givens" of economic analysis therefore become empirically grounded rather than purely axiomatic, enhancing the descriptive realism of economic theory*” (Ibid. pg. 71). Sendo assim, essa abordagem seria mais bem descrita como uma forma de se construírem teorias que combinam métodos analíticos abstratos com observação empírica de fatos estilizados que, apesar de apresentarem certa estabilidade, são passíveis de transformação ao longo do tempo.

Por fim, vale ressaltar que, na interpretação de Setterfield (1997), o procedimento de fechamento condicional correspondente ao que foi realizado pela abordagem *ceteris paribus* difere em grande medida do método de equilíbrio tradicional, comumente utilizado por autores neoclássicos. Os motivos para o distanciamento entre esses dois tipos de análise estariam relacionados, a princípio, ao fato de que o método de equilíbrio tradicional desconsideraria, na maior parte das vezes, a condicionalidade dos resultados de equilíbrio, típica da abordagem *ceteris paribus*, assumindo que estes resultados, de algum modo, seriam necessariamente “*the achievable outcome of a prior convergence process*” (Ibid. pg. 53), algo fortemente motivado “*by a straightforward desire to conceive equilibrium as a relevant description of the actual state of a system at some point in time*” (Ibid. pg. 53). Ademais, há alguns elementos do método *ceteris paribus* não compartilhados pelo método de equilíbrio tradicional, como a sugestão de que a teoria econômica deve ser descritiva e não preditiva e de que os modelos devem ser condicionados por regularidades empíricas ou fatos estilizados.

Finalizando a lista dos intérpretes que tratam da dimensão metodológica do equilíbrio

na obra principal de Keynes, destacam-se ainda os trabalhos de Chick e Dow (2001, 2005) e Chick (2003). Como já apontado, tais autoras também entendem a TG como um sistema aberto, ou seja, um sistema incompleto e passível de alterações, composto por subsistemas ou modelos que permitem um fechamento momentâneo, ignorando temporariamente alguns aspectos da realidade, a fim de tornar possíveis algumas generalizações sobre o funcionamento do sistema econômico⁷². Essa interação entre o sistema aberto (teoria) e seus diferentes tipos de sistemas fechados (modelos) encontrada na TG, seria um modo de evitar o dualismo entre a crença positivista de que tudo no funcionamento da economia poderia ser explicado ou previsto e a crença niilista de que, devido ao organicismo do sistema (o fato das variáveis e suas inter-relações evoluírem ao longo do tempo), nada poderia ser teorizado ou conhecido. Neste sentido, o método de Keynes funcionaria, segundo essas autoras, justamente como uma via do meio que “*recognises the interconnectedness of organicism but does not regard it as impenetrable or inextricable*” (CHICK E DOW, 2001, pg. 714).

Tendo sido tratados as principais análises sobre os aspectos essenciais do método de equilíbrio existente na TG, resta ainda explicitar, mesmo que de maneira breve, as discussões relativas a quais seriam as justificativas para Keynes ter se valido desta forma particular da análise.

A princípio, além dos autores já citados anteriormente, Moreira (2009), Miranda (1996), Possas (1998, 2015) Sebastiani (1992) e Asimakopulos (1992) compartilham o entendimento de que o objetivo principal de Keynes, ao lançar mão do método de equilíbrio ou, como classifica Setterfield (1997), da abordagem *ceteris paribus*, teria sido mostrar a validade lógica e a possibilidade de persistirem situações em que a economia opera abaixo do pleno emprego, e que tais fenômenos, além de poderem ocorrer em circunstâncias de satisfação de expectativas, não seriam apenas situações provisórias de desequilíbrio corrigidas automaticamente por um sistema flexível de preços e salários. Assim, conforme Possas (2015), o método escolhido por Keynes contém uma vantagem expositiva, ajudando-o a sustentar sua tese central, sem descharacterizá-la como uma situação de ineficiência ou falha de mercado.

Outra justificativa que, segundo Possas (1988), ancoraria a escolha metodológica de Keynes, estaria relacionada a uma questão de retórica⁷³. Com o intuito de refutar a Lei de Say

⁷² Nas palavras de Chick, “*General Theory provides a single theory within which are several subsystems, each defined by a change in the ceteris paribus assumptions that define its borders*” (2004, pg. 10).

⁷³ Como aponta Tieben, “*according to Keynes, in economics debates were not concluded on the basis of watertight logical conclusions, but by convincing one's opponent of the plausibility of a certain view. In this*

a partir do princípio da demanda efetiva, Keynes empreende um exercício retórico de convencer a ortodoxia de sua época com base em elementos familiares aos seus praticantes. Por conseguinte, sabendo que o uso do mesmo aparato metodológico que vigorava no *mainstream* marginalista de sua época, escapar do equilíbrio como método poderia enfraquecer seus argumentos e tornar irrelevantes os resultados que ele desejou obter na TG, ele optara por inserir uma forma específica de análise de equilíbrio⁷⁴. Em outras palavras, consoante Possas (1988), o fato de “que a economia possa estar abaixo do pleno emprego em desequilíbrio é apenas mais óbvio para a ortodoxia. Mas que ela possa também estar abaixo do pleno emprego num ponto de equilíbrio não é óbvio, e isso era o que ele queria demonstrar” (Ibid. pg. 59). Por fim, Shackle (1965) também destaca como razões para a opção metodológica de Keynes a sua formação matemática e a reminiscência do modo de pensamento de Marshall.

Após a revisão realizada nesta seção sobre as particularidades de algumas das mais relevantes interpretações Pós-Keynesianas a respeito da dimensão metodológica do equilíbrio na TG, nota-se, antes de tudo, que elas têm natureza completamente distinta dos esforços interpretativos realizados pela abordagem do Keynesianismo Clássico. Na tentativa de resgatar o caráter revolucionário da TG, os autores Pós-Keynesianos buscam destacar a essência do método e da teoria construída por Keynes. Quando a questão se restringe ao uso da análise de equilíbrio na TG, as interpretações Pós-Keynesianas, apesar de se apresentarem a partir de uma terminologia um pouco distinta — kaleido-statics, abordagem *ceteris paribus*, sistemas aberto e fechado — e focarem pontos distintos desse método, tais como a questão da instabilidade das expectativas de longo prazo, as consequências lógicas do modelo de equilíbrio móvel e a relação das hipóteses assumidas com os fatos da realidade, parecem convergir para um consenso sobre o caráter condicional e o papel mediador entre teoria e realidade assumido pelo método particular de equilíbrio utilizado por Keynes. Contudo, os autores parecem concordar, como afirma Harcourt (1992), que Keynes

[...] often preferred to be 'vaguely right, rather than precisely wrong'. [he] hoped [...] that people would look at [his] theories, [his] systems, generously and in the large, rather than nit-pick about details. Nevertheless, [he was] very careful to try to define the limitations of theory and clearly to demarcate where it left off, and reality began; to ask how far structures could be true in their own domain and, a separate

process the choice of the right economic model was of the utmost importance, for economics was “a science of thinking in terms of models joined to the art of choosing models which are relevant to the contemporary world” (2012, 346).

point, illuminate actual situations (HARCOURT, 1992, pg. 102).

2.3.1 Interpretações sobre estática e dinâmica do equilíbrio na TG

Outro ponto a ser analisado sobre a dimensão metodológica do equilíbrio utilizada na TG, e que é amplamente discutido entre os intérpretes desta obra, tem a ver com o fato de essa noção poder conter ou representar aspectos de uma análise estática ou dinâmica. Todo o debate gira em torno de como o autor teria engendrado a noção de tempo em sua obra fundamental e em que medida a utilização de uma ideia de equilíbrio poderia ser uma forma de desconsideração completa da dimensão temporal em sua análise. No cotejo entre as distintas interpretações, observa-se, novamente, que as questões relacionadas à classificação da natureza estática ou dinâmica da TG e à importância do equilíbrio como elemento crucial para definir a linha divisória entre esses dois tipos de abordagem teórica não são consensuais e dependem de como são concebidos cada um dos termos em questão. A forma como as expectativas são inseridas na análise e a capacidade delas de trazer a dimensão temporal à tona também se constituem como elementos que contribuem para a falta de consenso entre os intérpretes.

No bojo das interpretações sobre o caráter temporal da TG apresentam-se, primeiramente, os autores que consideram o aparato teórico construído por Keynes como sendo essencialmente estático. Harrod (1937, 1973), por exemplo, considera que, embora Keynes confira grande importância às expectativas na determinação da eficiência marginal do capital, a inserção de elementos referentes à antecipação do futuro não são suficientes para fazer com que sua teoria seja dinâmica, pois, se essas antecipações são consideradas constantes e se unem a outros elementos no sentido de determinar um equilíbrio estático, a preocupação de Keynes se restringe ao entendimento de um estado de repouso, focando na questão de como se dá o grau de utilização dos recursos produtivos em um determinado instante do tempo. Para Harrod (1937), uma teoria verdadeiramente dinâmica deve incluir em seus modelos e equações termos relacionados à taxa de crescimento, aceleração e desaceleração das variáveis de interesse.

Schumpeter (2003 [1952], 2006 [1954]), mesmo reconhecendo que algumas partes da TG estão relacionadas a considerações de natureza dinâmica, também afirma que o aparato analítico da TG é essencialmente estático. Segundo ele, os elementos dinâmicos tratados por Keynes, como as expectativas que representam um elo entre o presente e o futuro, teriam sido adicionados a uma estrutura estática de um modo tal que a análise sequencial e por períodos

fosse desconsiderada. Nas palavras de Schumpeter,

Keynes [...] simplified his structure by avoiding, as much as possible, all complications that arise in process analysis. The exact skeleton of Keynes's system belongs, to use the terms proposed by Ragnar Frisch, to macrostatics, not to macrodynamics. In part this limitation must be attributed to those who formulated his teaching rather than to his teaching itself which contains several dynamic elements, expectations in particular. But it is true that he had an aversion to 'periods' and that he concentrated attention upon considerations of static equilibrium. (2003 [1952], pg. 282).

Além destas interpretações mais categóricas sobre a natureza estática da TG, existem outras que apontam o caráter ambíguo, ou até mesmo paradoxal, desta obra no que se refere ao tratamento da questão temporal. Tentando estabelecer uma diferenciação entre o que seriam teorias dinâmicas e estáticas, Shackle (1955, 1958), como já apontado, demonstrou que distintas abordagens em economia poderiam ser classificadas a partir do uso que fariam do tempo dinâmico, ligado às mudanças que podem ser datadas, e do tempo expectacional, que se relacionaria às sequências de transformações imaginárias formadas na mente dos agentes.

O grau em que cada uma das abordagens utiliza essas duas dimensões temporais faria com que elas pudessem ser enquadradas em uma ou mais das quatro categorias que se seguem: (i) economia do ajustamento perfeito, quando a teoria não levaria em conta o tempo dinâmico nem o expectacional, baseando-se em um sistema de equações simultâneas em que todas as variáveis se relacionariam em um único período de tempo; (ii) dinâmica calculável, em que, por um lado, o tempo dinâmico passaria a ser considerado, através da inserção de variáveis datadas que permitiriam observar o comportamento do sistema no tempo (dados os parâmetros), mas que, por outro lado, não inseriria na análise o tempo expectacional; (iii) estática comparativa agregativa, caracterizada pela desconsideração da dimensão dinâmica do tempo, mas pela inclusão do tempo expectacional. Esta estática apresentaria uma análise comparativa entre diferentes estados de equilíbrio, tornando possível o tratamento dos efeitos da incerteza no modelo; (iv) economia das expectativas incertas, na qual seriam tratadas as duas dimensões temporais em um aparato teórico que evitaria o determinismo implicado pela dinâmica calculável, e os limites de constância impostos pela análise de estática comparativa.

Com base nessa classificação, Shackle (1955) argumenta que a TG representaria um paradoxo, já que poderia ser enquadrada tanto na categoria de estática comparativa, por se valer do método de equilíbrio, quanto na categoria efetivamente dinâmica de economia das expectativas incertas, considerando-se a importância conferida por Keynes à questão da

incerteza e das potenciais descontinuidades causadas por ela no processo econômico. Nesta perspectiva, a TG estaria fundada sobre elementos de natureza estática e dinâmica.

O suposto paradoxo temporal contido na TG também é apontado por Chick (1983), para quem o modelo da obra seria “*a static model of a dynamics process, the process of production*” (CHICK, 1983, pg. 11), e a combinação dessas duas dimensões analíticas se daria pelo fato de Keynes inserir elementos históricos irreversíveis às condições iniciais do modelo, transformando a análise estática em um componente da teoria dinâmica. Em termos mais específicos, o esquema teórico apresentado na TG permitiria que novas informações entrassem em cena e alterassem decisões ao longo do tempo, o que criaria condições iniciais distintas para os períodos subsequentes. Conforme Chick, “*what Keynes created was an uneasy compromise between the method of comparative statics and the concerns of process dynamics*” (1983, pg. 17).

Asimakopulos (1992), à semelhança de Shackle (1955) e Chick (1983), argumenta que, mesmo concentrando-se nos fatores que determinam o nível de emprego de equilíbrio em determinado período e se baseando em uma análise de equilíbrio estático, a TG apresentaria dois importantes elementos dinâmicos: as condições iniciais de cada período sendo definidas por decisões tomadas no passado e pelas expectativas sobre um futuro desconhecido. Estes elementos contribuiriam para que a análise na TG, mesmo não indo além do curto prazo, pudesse indicar minimamente como a economia se comportaria ao longo do tempo, tomando a experiência passada como guia, e como isso poderia dar origem a um comportamento cíclico do sistema. Segundo Asimakopulos (1992), ainda que Keynes não tenha focado no exame das consequências dos elementos dinâmicos de seu modelo, a presença deles faria com que a TG pudesse ser considerada como “*the first step of a dynamics analysis*” (ASIMAKOPULOS, 1992, pg. 9).

Para Possas, a TG não seria “nem claramente estática, nem dinâmica” (1988, pg. 49), isto porque Keynes teria combinado de maneira inovadora a noção de equilíbrio — não como uma tendência, mas como um resultado possível dentre diversos outros — com a ideia de tempo expectacional, um argumento que se assemelha em grande medida àquele apresentado por Shackle (1955). Neste sentido, Possas (1986) considera Keynes como um importante teórico do tempo econômico, apesar de não ter construído uma teoria dinâmica. Ademais, o procedimento analítico desenvolvido na TG constituiria um ponto de partida fundamental para a construção de uma teoria dinâmica não mecanicista e que fosse compatível com ideia de tempo histórico. Desta forma

[...] o caráter estático de algumas de suas formulações não reside no equilíbrio estático, convencional, nem sequer na ausência [...] de qualquer análise da mudança tecnológica [...], ou mesmo dos efeitos dinâmicos da criação de capacidade produtiva via investimento. Reside apenas, a rigor, na delimitação proposital de seu escopo às questões associadas à determinação causal das variáveis associadas ao nível de atividade, e não a seu comportamento temporal ou, em outras palavras, a uma etapa da construção de uma teoria da dinâmica que se situa como logicamente prévia à análise de períodos à mudança estrutural e, portanto, à dinâmica de modo geral (*Ibid.* pg. 306).

Termini (1981), por sua vez, estabelecendo a diferença entre os tempos lógico, histórico⁷⁵ e mecânico⁷⁶, defende que a TG deveria ser interpretada como um tipo específico de análise sequencial, ainda que não tenha sido edificada com base em uma análise de períodos. Segundo ela, Keynes, em seu procedimento metodológico, teria se valido do tempo lógico: um conjunto de relações que conectam as variáveis em uma direção única no sentido de estabelecer relações causais entre elas. A principal implicação do tempo lógico (e da análise sequencial que ele propicia) se ligaria ao fato de que as variáveis do modelo não precisariam ser datadas, uma vez que as relações de causalidade estabelecida por ele fariam referência a um tipo de precedência de natureza lógica e não cronológica. Este método permitiria investigar as leis de ordenamento lógico que se estabelecem entre um determinado conjunto de variáveis dependentes, independentes e parâmetros, através da comparação entre duas configurações distintas de equilíbrio que não precisariam ser estabelecidas no tempo. Consoante à autora,

This scheme cannot explain how the variables are actually changing at any intermediate point between t' and t'' nor does it enable us to study how the system actually responds to changes of parameters and functions. We can only compare the values of the dependent and independent variables registered at the equilibrium situations t' and t'' (TERMINI, 1981, pg. 4).

Focando na teoria do multiplicador utilizada por Keynes, em que, dada a propensão a consumir e o nível de investimento, um aumento no último acarretaria uma elevação da renda

⁷⁵ Para Termini (1981) o tempo histórico, semelhante ao tempo expectacional de Shackle (1955), seria caracterizado pelo fato de o passado, o presente e o futuro serem qualitativamente diferentes e por estarem ligados pelas expectativas em relação ao futuro.

⁷⁶ O tempo mecânico de Termini (1981), que também se assemelha ao que Shackle (1955) classifica como dinâmica calculável, pode ser compreendido como a extensão ao longo do tempo de relações fixas entre variáveis e parâmetros, algo que busca descrever “*the process step by step and give the values of the variables at any intermediate point between two specified positions in time*” (TERMINI, 1981, pg. 6). Os procedimentos analíticos que se valem do tempo mecânico se distinguem daqueles que usam o tempo histórico, pois os últimos permitem que mudanças irreversíveis alterem as relações funcionais entre parâmetros e variáveis, tornando a trajetória do sistema imprevisível.

e da poupança, Termini (1981) argumenta que este exercício de estática comparativa não permitiria que a trajetória do sistema entre as diferentes configurações de equilíbrio fosse analisada, como é feito nas análises que usam o tempo mecânico, mas tornaria possível que Keynes identificasse os elementos centrais para a determinação do nível de emprego e renda, sem que o processo de ajustamento das variáveis precisasse ser levado em conta.

Ainda na concepção de Termini (1981), seria importante notar que o ponto crucial dos modelos que empregam o tempo lógico é a relação de causalidade unidirecional contida neles. Esta relação estabeleceria um ordenamento causal entre as variáveis, isto é, uma conexão sequencial lógica de causa e efeito que, mesmo estando fora do tempo calendário, não poderia ser representada por um sistema de equações simultâneas (em que as variáveis são mutuamente determinadas), sem que as propriedades fundamentais do modelo fossem alteradas ou desfeitas. No caso da TG, o uso do tempo lógico teria permitido que Keynes enfatizasse a independência das leis que determinam o investimento e a poupança e, a partir disso, defendesse a precedência lógica do primeiro em relação ao último. Neste sentido, a causalidade unidirecional estabelecida entre essas duas variáveis seria uma forma de argumentar que o fluxo de poupança não representa uma restrição para um maior investimento.

Em suma, Termini (1981) argumenta que o método de Keynes na TG poderia ser entendido como um tipo específico de estática, caracterizado, primeiramente, pela não utilização de análises sequenciais nos tempos mecânico e histórico e pela adoção da noção de equilíbrio no sentido de evidenciar os determinantes dos processos de mudança observados na realidade. No entanto, em que pese a ausência dos tempos mecânico e histórico na formulação de sua teoria, Keynes teria empregado de forma extensiva a ideia de sequência lógica ou de precedência causal entre as variáveis com o intuito de evidenciar a essência do que seria o funcionamento de uma economia de mercado. Neste sentido, o procedimento analítico da TG buscara fornecer elementos para a explicação dos movimentos reais da economia no tempo, ou seja, da dinâmica do sistema, a partir de um método fundado na ideia de tempo lógico.

A partir da exposição das principais interpretações sobre o caráter estático ou dinâmico (ou híbrido) da TG e sobre como o uso da noção de equilíbrio nesta obra contribui para que sua natureza temporal seja mais bem definida, é possível inferir algumas constatações. A primeira se liga à falta de convergência entre os intérpretes da TG a respeito de qual seria a melhor classificação da forma temporal a ser dada para essa obra. Enquanto alguns buscam enfatizar o seu caráter estático, alegando que Keynes teria focado na utilização de elementos claramente estáticos, como a hipótese de constância das expectativas de longo

prazo, para compreender um estado de repouso (HARROD, 1937, 1973) ou que ele, apesar de ter tratado de componentes da teoria dinâmica, os teria inserido em uma estrutura estática que desconsideraria a análise de períodos (SCHUMPETER, 2003 [1952], 2006 [1954]), outros autores apontam a duplicidade da TG no sentido de que ela combinaria aspectos de análises estáticas e dinâmicas pelos fatos de Keynes ter (i) inserido de forma inovadora, e até mesmo paradoxal, o tempo expectacional, com suas possibilidades de descontinuidade e irreversibilidade devido à existência de incerteza fundamental, em um arcabouço fortemente baseado no método de estática comparativa (SHACKLE, 1955, POSSAS, 1986, 1988); (ii) introduzido a possibilidade de elementos históricos, como o surgimento de novas informações, alterarem as decisões ao longo do tempo e, portanto, as condições iniciais do modelo, de modo que o método da TG pudesse representar um primeiro passo para uma análise dinâmica; ou (iii) tratado de uma análise estática, que apesar de comparar diferentes configurações de equilíbrio, teria uma natureza sequencial por estar imbuída do tempo lógico e por ter o intuito de explicitar a ordem causal das variáveis de interesse, indicando as forças que provocam mudanças no sistema sem, todavia, analisar ao processo dinâmico de ajustamento que se dá entre essas variáveis (TERMINI, 1981).

Nota-se, portanto, que as diferenças de classificação da TG no que tange à sua natureza temporal estão intimamente ligadas às definições que cada intérprete dá às noções de estática e dinâmica e qual a importância conferida por cada um deles ao modo como Keynes insere as expectativas em sua teoria. Se, por um lado, os limites da análise estática são definidos pelo estudo de uma condição de repouso representada por um equilíbrio estático, pela ausência de uma análise de aspectos como a trajetória, a taxa de crescimento, a aceleração e desaceleração das variáveis no tempo, ou pela mera consideração de um estado de expectativas constantes, pode-se de fato interpretar a TG como uma teoria fundamentalmente estática. Por outro lado, se for considerada a possibilidade de modificação das expectativas e o papel dinâmico exercido por elas em ligar situações futuras à determinação de resultados presentes, bem como se se levar em conta que o método de se compararem dois estados distintos de equilíbrio pode conter uma análise sequencial que se baseia na ideia de tempo lógico, em que as variáveis apresentam uma relação causal unidirecional, a linha de separação entre as análises estática e dinâmica se torna menos rígida, de modo que a TG possa ser interpretada como um aparato teórico híbrido, que combina elementos da estática e da dinâmica e se configura como um primeiro passo para a apreensão da dinâmica econômica real.

Outra constatação importante que se pode fazer a partir destas interpretações da TG é a

de que o uso da noção de equilíbrio nesta obra não constitui elemento suficiente para que os intérpretes a classifiquem impreterivelmente como uma teoria estática. Mesmo que alguns autores, como Harrod (1937, 1973), vejam o equilíbrio como um elemento distintivo das análises essencialmente estáticas, outros autores o vêm como uma forma de aprisionamento provisório da complexidade real da economia que, apesar de dispensar as noções de tempo mecânico e histórico, permite que uma análise sequencial seja construída e que determinadas relações funcionais mais gerais sejam estabelecidas entre as variáveis. Na perspectiva destes últimos, o equilíbrio não representa uma situação tendencial do sistema ou a representação de fenômenos econômicos que não se modificam no tempo, mas um momento teórico possível, dentre vários outros, e que se justifica como um modo parcial de análise.

2.4 Interpretações sobre a dimensão ontológica do equilíbrio na TG

Ao contrário das numerosas interpretações sobre as dimensões semântica e metodológica do equilíbrio na TG, as discussões sobre a natureza ontológica que esta noção assume na obra principal de Keynes são escassas. Vale lembrar, antes de tudo, que uma análise referente à dimensão ontológica do equilíbrio busca entender em que medida esta noção representa algum aspecto da realidade, algo ligado ao modo de funcionamento próprio do sistema econômico e que existe independentemente dos esforços de teorização.

As interpretações apresentadas aqui não se propuseram de forma explícita a uma análise sobre a dimensão ontológica do equilíbrio na TG. Tudo o que se pode destacar delas são trechos que, em alguma medida, parecem tangenciar questões ligadas ao realismo atribuído por Keynes à sua noção de equilíbrio.

Kregel (1976) enfatiza que o uso do equilíbrio na TG teria se dado na forma de três modelos e que eles teriam um grau de realismo distinto devido às considerações contidas em cada um deles sobre as possíveis interações entre as expectativas de curto e longo prazos e seus efeitos no sistema. O primeiro modelo, tratando de uma condição de equilíbrio estático, seria o mais abstrato de todos, pois não incluiria as frustrações de expectativas de curto prazo e trataria as de longo prazo como constantes. O segundo, relativo ao equilíbrio estacionário, reduziria o grau de abstração do resultado de equilíbrio a ser alcançado pelo sistema, por incluir a possibilidade de frustração das expectativas de curto prazo, mas ainda manteria constantes as expectativas de longo prazo. O último modelo, fazendo referência ao equilíbrio móvel, se aproximaria mais da realidade, ao levar em conta a possibilidade de as frustrações

de expectativas de curto prazo conseguirem alterar ou influenciar o estado de expectativas de longo prazo. Neste sentido, por motivos didáticos e metodológicos, Keynes teria partido de modelos mais abstratos, “*first making assumptions that allowed the definition of functions that he knew did not exist through their entire range*” (KREGEL, 1976, pg. 216), para, posteriormente, flexibilizar as hipóteses restritivas e realizar uma teorização que conseguisse se aproximar dos fenômenos da realidade: “*Keynes's model of shifting equilibrium will describe an actual path of an economy over time chasing an ever changing equilibrium - it need never catch it*” (Ibid. pg. 217).

Deste modo, Kregel (1976) indica que a noção de equilíbrio na TG pode assumir, por um lado, um caráter mais abstrato nos dois primeiros modelos, constituindo-se uma alegoria mental que, ao desconsiderar os efeitos de mudanças no estado de expectativas de longo prazo, ajuda a estabelecer os princípios fundamentais da TG. Por outro lado, também pode representar uma configuração com maior correspondência com a realidade, pois no modelo de equilíbrio móvel o estado de expectativas pode ser alterado de forma repentina e imprevista, fazendo com que novas configurações de equilíbrio se estabeleçam ao longo do tempo, de modo que as variáveis dependentes sempre estarão se movendo para um ponto que nunca é alcançado.

O'Donnell (1989), embora não discuta especificamente a noção de equilíbrio utilizada por Keynes, reforça a ideia de que os conceitos e modelos empregados na TG assumem diferentes graus de abstração

[...] While always seeking to keep theory and reality in contact, Keynes nevertheless recognized the platitude that theory necessarily involved abstraction and simplification. This implied two things. On the one hand, theory was an expression of some ‘component’ or ‘level’ of reality; and on the other, theory inevitably opened up a gap between itself and the full complexity of reality, the size of the gap obviously, depended on the level of abstraction or degree of simplification. (O'DONNELL, 1989, pg. 223).

Sob esta lógica, a noção de equilíbrio na TG configuraria um tipo de abstração, que ora se afastaria, ora se aproximaria da representação dos aspectos da realidade, a depender dos pressupostos levados em conta em cada momento específico dessa obra. Neste sentido, O'Donnell (1989, pg. 227) enfatiza que as abstrações ou alegorias mentais são fundamentais para o estabelecimento de determinadas relações presentes na TG, mas que nenhuma delas está completamente desconectada dos elementos reais do sistema; uma das contribuições teóricas de Keynes estaria justamente ligada ao seu esforço de incluir hipóteses mais realistas em seus modelos, de modo que se pudesse gerar “*theories which laid bare 'fundamental*

things' [...], uncovered the 'essential mechanism' [...], captured the 'essential features' [...], disclosed 'the causal forces behind the apparent facts' [...], or penetrated to 'the true process of causation'" (Ibid. 224).

Hayes (2006), por sua vez, destaca que o equilíbrio da TG estaria fortemente ligado a uma representação de elementos observáveis na realidade. Para ele, Keynes seria “*thoroughly empirical in his use of the concept of equilibrium*” (HAYES, 2006, pg. 9), pois estaria preocupado em explicar um fenômeno observável e “*usually fairly stable*” (Ibid. pg. 9), que se modificaria de forma gradual no curto prazo, a saber, o nível de emprego agregado, e não em tratar, como fariam os clássicos, “*of the more empirically elusive level of full employment, as a position of continuous system equilibrium*” (Ibid. pg. 9). Outro elemento que, segundo Hayes (2006), estabeleceria uma forte relação entre a noção de equilíbrio empregada por Keynes e os fenômenos reais, seria o fato de o curto e o longo prazos estarem imbuídos da noção de tempo calendário e não serem meras representações do tempo lógico: “[...] *Indeed, the need to link the periods of equilibrium analysis to units of calendar time is a prerequisite of treating observed values as equilibrium values*” (Ibid. pg. 18-19).

Referenciando-se nas poucas interpretações que tangenciam aspectos da dimensão ontológica do equilíbrio presente na TG, é possível notar que nenhum dos autores mencionados interpreta a noção de equilíbrio usada por Keynes como uma abstração completa, uma mera propriedade formal do modelo — como apreendida por parte significativa da ortodoxia —, que não tem nenhuma contrapartida na realidade. Todos parecem reconhecê-la como uma mescla entre um aparato lógico e uma representação dos fenômenos concretos. Alguns, como Kregel (1976) e O'Donnell (1989), a veem como uma configuração que assume diferentes níveis de abstração ao longo da TG, relacionando-se mais ou menos com os aspectos da realidade a depender dos pressupostos que são incluídos ou flexibilizados no modelo. Outros, como Hayes (2006), dão maior ênfase ao caráter realista ou empírico que o equilíbrio parece assumir na obra de Keynes.

3. A NOÇÃO DE EQUILÍBRIO NA TEORIA GERAL DO EMPREGO, DO JURO E DA MOEDA: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO SEGUNDO A ABORDAGEM DIMENSIONAL

Após o capítulo anterior trazer uma classificação das variadas interpretações, sobretudo as Pós-Keynesianas, sobre a noção de equilíbrio utilizada na TG, passa-se agora à análise, ainda segundo a estrutura de investigação estabelecida no primeiro capítulo, dos pontos dessa obra que fazem referência explícita ou implícita às dimensões do equilíbrio e que permitem inquirir sobre sua natureza estática ou dinâmica. Com esta análise pretende-se destacar os elementos da TG que dão margem à diversidade de interpretações e, a partir disto, objetiva-se reforçar, questionar e complementar os entendimentos sobre a natureza desta noção na principal obra de Keynes sob uma perspectiva dimensional que, até o momento, ainda não foi tratada de forma tão abrangente como a proposta nesta Tese.

Neste sentido, o presente capítulo se fundamenta na análise de conteúdo, uma metodologia de pesquisa que, segundo Bardim (1977), é utilizada para a descrição e interpretação de conteúdos de comunicação, como documentos e textos, nas mais diversas áreas do conhecimento, em que os elementos textuais são as fontes primordiais de análise e a partir da qual é possível salientar e interpretar aspectos relevantes de uma determinada obra que não foram direta ou explicitamente tratados pelo autor. Nas palavras de Chizzoti, “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (2006, pg. 98). Este tipo de análise permite, portanto, que elementos implícitos de uma determinada obra possam ser inferidos a partir do conteúdo explícito na comunicação documental ou textual⁷⁷.

A análise de conteúdo é constituída por fases que, conforme Campos (2004) e Moraes (1999), podem ser expressas do seguinte modo: primeiramente realiza-se uma leitura inicial ou flutuante do texto com o objetivo de se apreenderem e organizarem os aspectos que serão relevantes para os outros momentos da análise; em segundo lugar, deve-se selecionar, segundo a natureza do problema e os objetivos da pesquisa, as unidades de análise (palavras, sentenças, parágrafos ou textos completos) que servirão como base de inferência e de

⁷⁷ Na análise de conteúdo “a tentativa do analista é dupla: compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também e principalmente desviar o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem primeira. A leitura efetuada pelo analista, do conteúdo das comunicações não é, ou não é unicamente, uma leitura «à letra», mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano” (BARDIM, 1977, pg. 41).

interpretação para o pesquisador; em terceiro lugar, após terem sido isoladas as unidades de análise, passa-se à classificação delas, agrupando-as em categorias conforme seus elementos comuns e seguindo-se critérios determinados previamente, o que facilita a análise da informação; por fim, devem-se descrever os resultados obtidos a partir da categorização do conteúdo e interpretá-los. É importante notar que o uso desse procedimento metodológico não assegura que haja apenas uma forma de classificação e de interpretação do material e das unidades analisadas, ou seja, não escapa de certo grau de subjetividade na seleção e na análise do objeto.

Tendo como método de procedimento a análise de conteúdo e com o intuito de evidenciar as partes da TG que podem conter referências a algumas das dimensões do equilíbrio, é necessário destacar, primeiramente, que uma das unidades textuais de análise que será objeto de categorização e interpretação neste capítulo são os trechos em que o termo equilíbrio aparece de forma explícita nesta obra. Através de uma busca realizada com a ajuda do software Mendeley⁷⁸, observa-se que o termo equilíbrio aparece oitenta e cinco vezes na sua versão em inglês. Como Keynes não define claramente a sua concepção de equilíbrio na TG, a identificação dos trechos em que este termo ocorre subsidia uma análise em que as dimensões do equilíbrio possam ser reconhecidas a partir do contexto em que estão inseridas. Aliás, nem todas as referências explícitas ao equilíbrio contidas na TG serão consideradas como unidades de análise, já que algumas delas estão contidas em citações de outros autores, fazem menção ao conteúdo de uma obra anterior de Keynes (o Tratado da Moeda) ou são trechos que se referem a um mesmo elemento teórico da TG.

Embora as referências explícitas ao equilíbrio e os contextos em que elas se inserem constituírem-se nas unidades fundamentais da análise neste capítulo, também se faz necessário, além disso, realizar uma leitura mais detalhada da obra para que trechos que contêm elementos de alguma das dimensões do equilíbrio, como os termos *ceteris paribus* (14 ocorrências), constante (50 ocorrências), tempo (271 ocorrências), experiência (50 ocorrências) e natureza humana (10 ocorrências), mas que não fazem nenhuma referência explícita a este termo, possam ser identificados e analisados. Isto significa que alguns trechos da TG que não contêm a palavra equilíbrio, mas que manifestam alguma das dimensões desta noção, também serão consideradas como unidades de análise dignas de classificação e interpretação.

A partir desta definição sobre as unidades de análise dentro da TG, desenvolve-se,

⁷⁸ Programa de gerenciamento e compartilhamento de conteúdo de pesquisa.

conforme as categorias/dimensões definidas no primeiro capítulo, o processo de classificação delas, objetivando-se interpretar de forma mais abrangente a natureza da noção de equilíbrio empregada nesta obra e realizar uma comparação com as interpretações já feitas sobre esse termo na TG.

Para tanto, este capítulo está dividido em três seções, além desta introdução. Cada uma delas contém a descrição e uma interpretação particular desta tese sobre uma das dimensões da noção de equilíbrio presentes na TG.

3.1 Conteúdo semântico do equilíbrio na TG

Ao se tratarem dos significados semânticos que o equilíbrio parece assumir na TG, não há como encontrá-los sem que uma análise contextual seja realizada, pois Keynes em momento algum de sua obra deixa claro o que o termo equilíbrio realmente significaria para ele. O fato de este conceito não ter sido inserido de forma explícita exige que as interpretações sobre ele procedam a partir de trechos que apresentam os indícios sobre qual seria a conotação dada pelo autor nos diferentes momentos e contextos em que o utiliza na TG.

Como já destacado por outros intérpretes e como verificado a partir da análise de conteúdo empreendida neste capítulo, Keynes parece empregar o termo equilíbrio com diferentes significados ao longo da TG. Estas variações semânticas podem ser notadas em trechos contidos no prefácio à edição francesa e nos capítulos 1, 3, 5, 6, 8, 10, 11, 13, 15 e 17.

Considerando que os usos explícitos do equilíbrio ao longo desses capítulos se associam, em grande medida, a alguns elementos teóricos específicos que são centrais para a composição da TG, começa-se pela análise do ponto nevrágico desta obra, a saber, o princípio da demanda efetiva, que está contido no capítulo 3 e cujo resultado teórico se apresenta como uma configuração de equilíbrio em quatro sentidos: posição de repouso, posição escolhida, compatibilidade entre as variáveis e ponto tendencial no curto prazo.

Contudo, antes de se analisarem o princípio da demanda efetiva e a sua relação com o equilíbrio, é necessário evidenciar que Keynes, tendo como objetivo desvendar “*the forces which determine changes in the scale of output and employment as a whole*” (KEYNES, 2013, pg. xvi) ou “*to discover what determines at any time the national income of a given economic system and (which is almost the same thing) the amount of its employment*” (Ibid. pg. 247), constrói este princípio a partir da crítica e rejeição dos postulados da teoria ortodoxa clássica.

Tal rejeição parte da consideração feita no capítulo 1 de que os postulados da teoria clássica, que seriam compatíveis apenas com um permanente pleno emprego, poderiam ser apreendidos como um caso particular e pouco representativo do real funcionamento de uma economia monetária da produção, forma pela qual Keynes enxerga o sistema capitalista. O resultado de equilíbrio com pleno emprego proposto por essa teoria seria, portanto, “*a limiting point of the possible positions of equilibrium*” (Ibid. pg. 3). Se as referências ao equilíbrio encontradas no prefácio à edição francesa forem consideradas como adiantamentos daquilo que está explicado de forma mais pormenorizada em alguns capítulos da TG, esse trecho do capítulo 1 é o primeiro em que o termo equilíbrio aparece, e é a partir dele que já se pode notar a intenção de Keynes de teorizar sobre posições estáveis — mesmo que tal estabilidade seja efêmera — ou posições de repouso em que o sistema pode se estabelecer sem que tenha alcançado o nível de pleno emprego.

No capítulo 2, Keynes desconstrói a ideia de que a curva de oferta de trabalho poderia ser derivada do segundo postulado da teoria clássica, ou seja, do ponto de equilíbrio matemático dado pela igualdade entre a utilidade do salário real (benefício do trabalho) e a desutilidade marginal do trabalho (o custo de se trabalhar). Este segundo postulado, para ele, poderia ser teoricamente desconsiderado, pois, em primeiro lugar, não corresponderia ao modo como os trabalhadores reagiriam a mudanças dos salários reais derivadas do aumento de preços, significando que, em geral, não se observa uma redução da oferta de trabalho em momentos de alta no nível de preços; em segundo lugar, as negociações entre trabalhadores e empresários fixam o salário nominal e não o salário real, de modo que poderia haver vários níveis de salário real para um mesmo nível de salário nominal. Ao cabo destas duas críticas à teoria clássica, Keynes torna indeterminada a curva de oferta.

Invalidando a curva de oferta de trabalho como elemento determinante do nível de emprego e, logo, da produção, Keynes lança no capítulo 3 sua teoria baseada no princípio da demanda efetiva, para explicar aquilo que a teoria clássica é incapaz: o nível de emprego e de produção. Este princípio parte da ideia de que o volume de emprego de uma economia está relacionado com a receita que os empresários esperam auferir a partir de um determinado nível de produção. Definindo a função de oferta agregada como a curva que relaciona o preço de oferta da produção com uma determinada quantidade de emprego e a função de demanda agregada como a relação entre o produto que os empresários esperam receber da venda dessa produção a um determinado nível de emprego de mão de obra, Keynes afirma que a determinação do volume de emprego se daria pelo ponto em que demanda e oferta agregadas se cruzam. Neste ponto de demanda efetiva as expectativas de lucros seriam maximizadas por

parte dos empresários. Fora do ponto de demanda efetiva, isto é, quando, por exemplo, para determinado nível de emprego o produto esperado superar o preço de oferta, os empresários têm incentivos para mudar de comportamento, aumentando o nível de emprego e fazendo com que demanda e oferta se igualem novamente no ponto de demanda efetiva.

Considerando a constância dos salários nominais e de outros elementos de custo⁷⁹, Keynes apresenta de forma sumária o que seria a sua teoria do emprego derivada do princípio da demanda efetiva: dada uma propensão a consumir menor que a unidade, um aumento no nível de emprego acarreta um aumento da renda agregada. Tal elevação da renda é acompanhada por um incremento no consumo agregado, mas sendo a propensão a consumir da comunidade inferior a um, ele aumentará em menor proporção do que a elevação da renda sempre que a renda se expandir. Nesse processo se gera como resíduo, assim, poupança, ou seja, um excesso de emprego contratado em relação ao que é necessário para atender a demanda via consumo da sociedade. Como nem toda renda se transforma em consumo imediato, certo nível de investimento deve ser realizado para que não haja insuficiência de demanda efetiva e, portanto, para que o volume de emprego escolhido pelos empresários para viabilizar tal produção seja justificado. Deste modo, o volume de emprego observado em determinado momento dependerá essencialmente da propensão a consumir e, sobretudo, da taxa do novo investimento.

O equilíbrio representado pelo ponto de demanda efetiva, antes de tudo, pode ser interpretado semanticamente como um balanceamento entre as forças de demanda e oferta agregadas. Todavia, este é um balanceamento que se dá com base na decisão de um grupo específico de agentes, a saber, os empresários. Em outras palavras, são os julgamentos destes agentes sobre a receita esperada de determinado nível de produção que farão com que a demanda efetiva se estabeleça em um ponto de balanceamento entre demanda e oferta agregadas.

Assim, a posição de demanda efetiva, como vista por Asimakopulos (1992) e Caravale (1992), também representa um equilíbrio nos sentidos de posição de repouso e de posição escolhida pelos empresários, como fica evidente nos seguintes trechos da TG

[...] given what we shall call the community's propensity to consume, the equilibrium level of employment, i.e. the level at which there is no inducement to employers as a whole either to expand or to contract employment, will depend on the amount of current investment (Ibid. pg. 27, grifos nossos).

⁷⁹ Essa hipótese restritiva sobre os salários e os custos é flexibilizada a partir do capítulo 19 e não é necessária para que os resultados baseados no princípio da demanda efetiva sejam logicamente possíveis.

[...] given the propensity to consume and the rate of new investment, there will be **only one level of employment consistent with equilibrium**; since any other level will lead to inequality between the aggregate supply price of output as a whole and its aggregate demand price (Ibid. pg. 28, grifos nossos).

[...] the economic system may find itself **in stable equilibrium** with N at a level below full employment, namely at the level given by the intersection of the aggregate demand function with the aggregate supply function (Ibid. pg.30, grifos nossos).

Isto significa que no ponto em que as curvas de demanda e oferta agregadas se cruzam o nível de emprego permanece estável desde que não haja indução ao movimento delas, ou seja, desde que as variáveis independentes dessas funções — propensão a consumir, eficiência marginal do capital e preferência pela liquidez — se mantenham constantes e, principalmente, os empresários se encontram em uma posição em que suas expectativas de retorno são satisfeitas.

Esta posição de equilíbrio, no entanto, ao contrário do que propõe a teoria clássica, não necessariamente se estabelece em uma posição correspondente ao pleno emprego, “*That is to say, effective demand, instead of having a unique equilibrium value, is an infinite range of values all equally admissible*” (Ibid. pg. 26). Com efeito, a demanda efetiva só corresponderá ao nível de pleno emprego por mero acaso, nos momentos em que a propensão a consumir e os incentivos a investir se relacionarem de um modo específico, a saber, quando o investimento corrente for suficiente para absorver o excedente de produção decorrente do pleno emprego dos fatores. Portanto, não há nenhum mecanismo automático que faça com que o montante de investimento seja sempre suficiente para manter o volume de emprego em seu nível máximo. É a insuficiência de demanda efetiva que faz o nível de emprego estagnar antes que o pleno emprego seja atingido⁸⁰.

De maneira semelhante ao significado anterior de posição de repouso, também é possível afirmar que a posição de equilíbrio associada ao ponto de demanda efetiva pode ser entendida como uma situação de compatibilidade entre as variáveis, ou como definido por Machlup (1958, pg. 9), “*as a constellation of selected interrelated variables so adjusted to one another that no inherent tendency to change prevails in the model which they constitute*”. Neste sentido, a demanda efetiva representa uma posição em que a demanda, ou seja, a propensão a consumir e o montante de investimento se ajusta precisamente com a oferta

⁸⁰ Nas palavras de Keynes, “*If the propensity to consume and the rate of new investment result in a deficient effective demand, the actual level of employment will fall short of the supply of labour potentially available at the existing real wage, and the equilibrium real wage will be greater than the marginal disutility of the equilibrium level of employment*” (IBID. pg.30).

agregada, e confirma o volume de emprego contratado pelo empresário. Neste equilíbrio como compatibilidade, com base na citação de Keynes apresentada na página anterior, o empresário não tem estímulo para aumentar ou reduzir sua produção. Fora deste ponto de cruzamento entre as curvas, as variáveis do modelo não se encontram ajustadas ou não são compatíveis entre si, a ponto de, dado o princípio da demanda efetiva, ter-se a insuficiência de demanda efetiva.

O equilíbrio constituído pelo ponto de demanda efetiva também parece assumir, pelo menos no curto prazo e em termos lógicos, o sentido de um centro gravitacional expectacional ou, de outro modo, um ponto representado por uma determinada configuração de expectativas de curto e de longo prazos em torno do qual as variáveis, como nível de emprego e de produção, gravitam ou para o qual elas tendem na expectativa de quem os formulou. Todavia, como notado no capítulo anterior, esta interpretação da demanda efetiva como um ponto de convergência apresenta algumas controvérsias.

Para que esta interpretação seja válida é necessário considerar que o conjunto de fatores que exerce o papel de atrator e que determina a posição de equilíbrio do sistema não possa ser alterado conforme o processo de ajustamento se desenvolve, isto é, o centro de gravidade não pode ser alterado pelo processo de gravitação em direção a ele. Neste sentido, o ponto de demanda efetiva só pode ser considerado como uma posição tendencial para a qual as variáveis dependentes convergem caso os fatores independentes, propensão a consumir, eficiência marginal do capital e preferência pela liquidez, não sejam afetados pelos ajustes do nível de emprego e produção. Como a eficiência marginal do capital e a taxa de juros dependem fundamentalmente do estado de expectativas de longo prazo, a importância da demanda efetiva como centro gravitacional no curto prazo só se sustenta caso esse estado de expectativas se mantenha inalterado neste período.

Para se referir ao princípio da demanda efetiva, Keynes de fato considera que no período de produção, ou no curto prazo, o estado de expectativas de curto e de longo prazo são dados. Deste modo, com base nesse estado de expectativas, os empresários sempre se sentirão estimulados a expandir ou diminuir sua produção, em um processo de tentativa e erro, até o ponto de demanda efetiva, em que eles maximizam suas expectativas de lucro⁸¹. Já

⁸¹ Em um artigo posterior à publicação da TG, Keynes explicita como o ponto de demanda efetiva seria alcançado e como ele pode representar um ponto de gravitação para as variáveis no curto prazo: “*Entrepreneurs have to endeavour to forecast demand. They do not, as a rule, make wildly wrong forecasts of the equilibrium position. But, as the matter is very complex, they do not get it just right; and they endeavour to approximate to the true position by a method of trial and error. Contracting where they find that they are overshooting their market, expanding where the opposite occurs. It corresponds precisely to the higgling of the market by means of*

que a demanda efetiva é estabelecida em um espaço de tempo em que as expectativas de curto prazo podem ser constantemente revisadas em relação aos resultados realizados⁸², e que esse processo de revisão faz com que os empresários encontrem o que seria seu ponto de satisfação de suas expectativas de lucros, parece possível afirmar que na TG o equilíbrio expresso pelo ponto de demanda efetiva possui mecanismos de atração que fazem com que o nível de produção e de emprego flutuem em torno dele.

Dizer que a demanda efetiva representa um ponto de atração para as variáveis no curto prazo não significa, no entanto, que esse ponto se mantenha inalterável ao longo do tempo ou que exista uma única configuração para o qual as variáveis reais tendem no longo prazo. Concordando-se com Carvalho (1990), a ideia de longo prazo presente na TG não significa a análise de um processo real ou de uma posição específica a ser alcançada pelo sistema no tempo calendário (*long-run*), mas uma configuração lógica que, por deixar de considerar a constância da capacidade produtiva (*long-period*)⁸³ e se basear nas expectativas de longo prazo, representa não um ponto final para o qual tendem as variáveis, mas uma referência abstrata que pode servir como estímulo para a mudança de comportamento dos empresários no curto prazo. Isso significa que configurações de equilíbrio de longo prazo podem ser virtualmente definidas sem que a dinâmica real que levaria a elas precise ser descrita.

Nas palavras de Keynes

If we suppose a state of expectation to continue for a sufficient length of time for the effect on employment to have worked itself out so completely that there is, broadly speaking, no piece of employment going on which would not have taken place if the new state of expectation had always existed, the steady level of employment thus attained may be called the long-period employment [...] every state of expectation has its definite corresponding level of long-period employment (KEYNES, 2013, pg. 48).

Neste trecho do capítulo 5, o que Keynes chama de nível de emprego de longo prazo não é o equivalente à ideia de que determinado ponto de demanda efetiva, resultante de um dado estado de expectativas de curto e de longo prazos, permanecerá como um ponto imutável

which buyers and sellers endeavour to discover the true equilibrium position of supply and demand”(KEYNES, 1937, pg.182).

⁸² Sobre a formação das expectativas de curto prazo, Keynes afirma que “*For, although output and employment are determined by the producer's short-term expectations and not by past results, the most recent results usually play a predominant part in determining what these expectations are*” (KEYNES, 2013, pg. 51).

⁸³ Sobre a diferença entre *long-period* e *long-run*, Carvalho escreve: “*Long-period analysis just describes a state of full equilibrium which is, in principle, atemporal. Long-run analysis concerns processes of motion towards equilibrium that must take place in real, calendar time*” (1990, pg. 280).

de referência ao longo do tempo para as variáveis do sistema, mas sim uma afirmação de que cada configuração de demanda efetiva corresponde a um montante específico de emprego que seria alcançado pelas expectativas de longo prazo dos empresários, no momento em que eles as formulam. A realização efetiva de tal configuração em um momento futuro depende, porém, da estabilidade das expectativas de longo prazo, algo que, para Keynes, parece bastante improvável devido à precariedade da base de conhecimento sobre a qual tais expectativas são formadas. Deste modo, o estado de expectativas “[...] is liable to constant change” (Ibid. pg. 50), fazendo com que “[...] the actual level of employment has never had time to reach the long-period employment corresponding to the existing state of expectation” (Ibid. pg. 48).

A possibilidade de haver transformações constantes e imprevistas das expectativas de longo prazo que podem alterar o centro lógico de atração do sistema representado pelo ponto de demanda efetiva liga-se ao fato de essas expectativas serem formadas em um cenário de incerteza fundamental. Todavia, mesmo que a incerteza possa caracterizar um elemento de instabilidade, não se deve concluir, como é expresso no capítulo 12, que o sistema se comporta de maneira completamente errática e que “*everything depends on waves of irrational psychology*” (Ibid. pg 162). Na verdade, para Keynes, o estado de expectativas de longo prazo “*is often steady, and, even when it is not, the other factors exert their compensating effects*” (Ibid. pg. 162) e, como fica claro no capítulo 18, a característica fundamental do sistema não é ser “*violently unstable [...] whilst it is subject to severe fluctuations in respect of output and employment*” (Ibid. pg. 249).

Essa relativa estabilidade, no entanto, não deriva de uma necessidade lógica, mas de certas tendências psicológicas que, segundo Keynes, podem ser constatadas com base na experiência. Nota-se, portanto, que no período em que os empresários tomam suas decisões sobre o nível de produção, isto é, no curto prazo, o equilíbrio de demanda efetiva também pode ser entendido como uma configuração que exerce uma força de atração em relação às variáveis dependentes — um quadro futuro esperado pela imaginação do empresário ou, caso se pense em termos numéricos, um valor futuro que o decisor elabora e para o qual fará esforços para seu negócio convergir.

O princípio da demanda efetiva, embora represente o ponto crucial da TG, não é o único elemento teórico dessa obra que dá conteúdo à dimensão semântica do equilíbrio. No capítulo 6, em que são definidos os conceitos de renda, poupança e investimento, o termo equilíbrio aparece três vezes em uma referência a um nível de preço estável que iguala a disposição a comprar à de vender, fazendo com que determinado nível de produção possua

um valor de mercado, o que permite que investimento e poupança possam ser considerados iguais em termos contábeis. Caso esse nível de preços não pudesse ser alcançado, a igualdade entre investimento e poupança também não seria verificada. Nesse capítulo, o equilíbrio assume, pois, o significado de posição de repouso dos preços, que também representa o ponto de igualdade de forças entre as disposições de comprar e de vender.

*It might be [...] that individuals were so tête montée in their decisions as to how much they themselves would save and invest respectively, that there would be no point of **price equilibrium** at which transactions could take place. In this case our terms would cease to be applicable, since output would no longer have a definite market value, **prices would find no resting-place** between zero and infinity. Experience shows, however, that this, in fact, is not so; and that there are habits of psychological response which allow of **an equilibrium** being reached at which the readiness to buy is equal to the readiness to sell (Ibid. pg. 64, grifos nossos).*

No capítulo 8, momento a partir do qual Keynes começa a explicitar de forma mais detalhada os componentes que determinam a demanda na forma de consumo, são definidos os fatores que influenciam o montante da renda que é gasta em consumo, dado o volume de emprego. O elemento crucial para a determinação do montante gasto em consumo é a renda agregada. Quanto maior a renda, maior será o nível de consumo agregado. A função de consumo, todavia, está fundamentada em uma lei psicológica fundamental da propensão a consumir, segundo a qual um aumento de renda causa sempre um aumento, mas em menor quantidade, do consumo. Essa lei psicológica serve como elemento estabilizador do sistema, possibilitando que ele alcance um equilíbrio no sentido de posição de repouso e impedindo, consequentemente, que aumentos ou diminuições do emprego e da renda se realizem de forma contínua e além de determinados limites. Esta seria, para Keynes, “[...] *the explanation why a new position of equilibrium can usually be reached within a modest range of fluctuation. Otherwise a fall in employment and income, once started, might proceed to extreme lengths*” (Ibid. pg. 98, grifos nossos)⁸⁴.

A propensão a consumir tem papel fundamental na determinação de outro importante elemento da TG: o multiplicador. No capítulo 10, Keynes define o multiplicador como a relação entre os acréscimos de investimento e seus impactos sobre o nível de renda e de

⁸⁴ Ainda no capítulo 8, Keynes faz mais duas referências explícitas ao equilíbrio relacionadas ao princípio da demanda efetiva, acrescentando apenas que, com o aumento da renda, se torna cada vez mais difícil assegurar um aumento no nível de investimento que seja suficiente para cobrir a distância cada vez mais acentuada entre renda e consumo e que garanta o equilíbrio da demanda efetiva: “*Each time we secure today's equilibrium by increased investment we are aggravating the difficulty of securing equilibrium tomorrow*” (Ibid. pg. 105, grifos nossos).

emprego agregados. Segundo essa relação, quanto maior for a propensão marginal a consumir, maior será o impacto ou o efeito multiplicador de emprego de um determinado incremento no investimento. Isto implica que os aumentos no volume total de emprego são sempre maiores que a elevação inicial do emprego ocasionada por um maior nível de investimento. Deste modo, dadas a propensão a consumir e a poupar, é possível calcular “*what level of incomes, and therefore what level of output and employment, is in profit-equilibrium with a given level of new investment*” (Ibid. xxii, grifos nossos).

O multiplicador, segundo Amadeo (1986, pg. 342), funciona, portanto, como “um mecanismo equilibrante do sistema”, a partir do qual as variáveis como renda e emprego se ajustam a choques exógenos de gastos. A associação do resultado que se obtém com base no mecanismo multiplicador a uma posição de equilíbrio depende fundamentalmente da hipótese de constância da propensão a consumir e de seu valor menor que a unidade, pois, como afirma Keynes, se a comunidade escolher consumir todo o incremento de renda “*there will be no point of stability and prices will rise without limit*” (KEYNES, 2013, pg. 117). Neste sentido, é possível afirmar que o equilíbrio relacionado ao resultado do multiplicador pode ser interpretado como posição de repouso do sistema, como resultado da compatibilidade entre variáveis e como ponto lógico para o qual tendem as variáveis no curto prazo, desde que se esteja considerando um nível específico de investimento e de que o estado de expectativas também se mantenha constante.

Feita a análise sobre a propensão a consumir e seus efeitos, Keynes passa, a partir do capítulo 11, a tratar dos fatores que compõem o incentivo a investir. Dentre esses fatores, destaca-se, primeiramente, a eficiência marginal do capital, que expressa a relação entre a renda que o empresário espera obter da realização do investimento e o seu custo (que Keynes denomina o preço de oferta do capital). Por sua vez, a agregação das eficiências marginais dos mais diversos bens de capital compõe o que Keynes chama de curva do investimento. Essa curva e a taxa de juros do mercado competem entre si como custo de oportunidade por serem alternativas de investimento e, assim, constituem-se nos elementos fundamentais na determinação do incentivo a investir.

Dados estes elementos, o nível de investimento corrente “*will be pushed to the point where there is no longer any class of capital-asset of which the marginal efficiency exceeds the current rate of interest*” (Ibid. pg. 136), de modo que o ponto em que a eficiência marginal do capital se iguala à taxa de juros também possa ser considerado um equilíbrio no sentido de balanceamento de forças, de posição de repouso, pois no momento em que essa igualdade é atingida cessa o incentivo a investir, e de ponto gravitacional lógico para o qual o nível de

investimento tende⁸⁵, pois qualquer excesso da primeira em relação à segunda fará com que os empresários aumentem o investimento corrente do capital, o que tende a diminuir a renda esperada e aumentar o custo dos bens de capital, implicando em um decréscimo da eficiência marginal do capital até o ponto em que ela se iguala novamente à taxa de juros⁸⁶. Nota-se, pois, que a eficiência marginal do capital depende, em grande medida, do nível de escassez do capital, pois quanto menos escasso ele for, maiores tendem a ser os seus custos no curto prazo e menor tende a ser o fluxo de receita esperada.

No capítulo 13, Keynes discorre sobre os determinantes da taxa de juros. Seu intuito nesse ponto da TG é se contrapor à ideia de que a taxa de juros seria o fator de equilíbrio entre a demanda de poupança, ocasionada pelo novo investimento, e a oferta de poupança, como quer a teoria clássica. Segundo ele, o que de fato determina a taxa de juros tem a ver, de um lado, com a forma como as pessoas decidem conservar a parte da renda não consumida, isto é, com o grau de preferência pela liquidez, e, de outro lado, com a quantidade de moeda disponível. Assim sendo, a taxa de juros representa não o rendimento da poupança ou o preço que se paga pela espera, mas a recompensa que se obtém pela renúncia da moeda, ou “*a measure of the unwillingness of those who possess money to part with their liquid control over it*” (Ibid. pg. 167)⁸⁷.

Entra em cena neste capítulo o conceito de preferência pela liquidez, que é a disposição dos agentes em manter recursos líquidos: quanto mais preferirem liquidez, mais se aproximam da moeda ou de ativos muito rapidamente substituíveis por ela. Quanto mais preterirem liquidez, mais provavelmente realizam investimentos em ativos reais. Preferência, assim como expectativa, depende da incerteza prevalecente em determinado momento bem como do estado de confiança dos indivíduos. Por isso, preferência pela liquidez pode ser compreendida como demanda por moeda e as diversas maiores ou menores preferências pela liquidez definem o preço da liquidez, isto é, a taxa de juros.

Como a preferência pela liquidez, principalmente no que tange ao motivo especulação de demanda por moeda, se justifica pela existência de incerteza incontornável quanto ao valor

⁸⁵ Em uma passagem do capítulo 14, Keynes escreve “*It is true that in equilibrium the rate of interest will be equal to the marginal efficiency of capital, since it will be profitable to increase (or decrease) the current scale of investment until the point of equality has been reached*” (Ibid. 187, grifos nossos).

⁸⁶ Nas palavras de Keynes, “*there are forces causing the rate of investment to rise or fall so as to keep the marginal efficiency of capital equal to the rate of interest*” (Ibid. pg. 165).

⁸⁷ Outro ponto da TG em que Keynes reforça a sua noção de taxa de juros é no prefácio à edição francesa: “*I find it in the idea that it is the function of the rate of interest to preserve equilibrium, not between the demand and the supply of new capital goods, but between the demand and the supply of money, that is to say between the demand for liquidity and the means of satisfying this demand*” (Ibid. xxiii, grifos nossos).

futuro das taxas de juros, é possível dizer que a taxa de juros se revela como um ponto de equilíbrio no sentido de balanceamento de forças, ou seja, um preço que equilibra ou que iguala as compras de títulos prefixados daqueles que esperam que os juros baixarão às vendas daqueles que esperam que os juros prefixados subirão. Para Keynes

[...] *the rate of interest and the price of bonds have to be fixed at the level at which the desire on the part of certain individuals to hold cash (because at that level they feel 'bearish' of the future of bonds) is exactly equal to the amount of cash available for the speculative-motive* (Ibid. pg. 171).

Menções à taxa de juros como fator de equilíbrio no sentido de preço balanceador entre uma dada função de preferência pela liquidez e a oferta monetária também são encontradas no capítulo 15, ponto da TG em que são discutidos de maneira mais detalhada os fatores que influenciam a preferência pela liquidez,

*In general, however, a change in circumstances or expectations will cause some realignment in individual holdings of money;—since, in fact, a change will influence the ideas of different individuals differently by reasons partly of differences in environment and the reason for which money is held and partly of differences in knowledge and interpretation of the new situation. Thus the **new equilibrium** rate of interest will be associated with a redistribution of money-holdings* (Ibid. pg. 199, grifos nossos).

*The relation of changes in M to Y and r depends, in the first instance, on the way in which changes in M come about [...] A change in M can be assumed to operate by changing r, and a change in r will lead to a **new equilibrium** partly by changing M2 and partly by changing Y and therefore M_v. The division of the increment of cash between M1 and M2 in the **new position of equilibrium** will depend on the responses of investment to a reduction in the rate of interest and of income to an increase in investment* (Ibid. pg. 200-201, grifos nossos).

Destacando que os motivos para se demandar moeda são transação, precaução e especulação, Keynes mostra que, enquanto os dois primeiros dependem essencialmente do nível de atividade e de renda da economia e, por isso, costumam ser mais insensíveis às variações da taxa de juros, o último está relacionado às expectativas dos agentes quanto às alterações nas taxas de juros futuras (diga-se de passagem, juros futuros sintetizam uma determinada expectativa de futuro não apenas de um título, mas da economia como um todo) e serve como meio de transmissão dos efeitos da política monetária sobre o sistema econômico. Dada a importância do motivo especulação, a taxa de juros deve ser considerada, portanto, como um fenômeno derivado da convenção, uma “opinião predominante, mas não unânime” (DILLARD, 1982, pg. 158) entre os possuidores de liquidez sobre qual será o

comportamento futuro da taxa de juros, já que “*its actual value is largely governed by the prevailing view as to what its value is expected to be. Any level of interest which is accepted with sufficient conviction as likely to be durable will be durable*” (Ibid. pg. 203).

Tendo feito as considerações separadas e particulares sobre os dois elementos que determinam os incentivos a investir, a saber, a eficiência marginal do capital e a taxa de juros, Keynes se presta, no capítulo 17, à análise sobre a interação entre eles. Essa interação já é esboçada no capítulo 11, quando Keynes mostra que existem forças que fazem com que, com o aumento do estoque de capital derivado de maiores investimentos, a eficiência marginal do capital se reduza até o nível em que se iguala a taxa de juros do mercado. O ponto em que as duas se igualam dependerá, fundamentalmente, do valor que a taxa de juros assumir, dada a preferência pela liquidez e a quantidade de moeda oferecida pela autoridade monetária. Neste sentido, o papel da taxa de juros é estabelecer um ponto mínimo até onde a eficiência marginal do capital diminuirá.

Porém, a taxa de juros não apresenta uma necessária tendência de diminuição a partir de um patamar mínimo, pois sempre há algum nível de preferência pela liquidez implicando juro positivo, pois a incerteza inexorável faz com que os agentes valorizem a liquidez dando-a um prêmio sempre positivo para dela abrirem mão. Assim, o patamar em que uma tendencialmente decrescente eficiência marginal do capital se iguala a uma sempre positiva taxa de juros poderá se dar em um patamar abaixo daquele que garante o pleno emprego. Não há nenhum mecanismo do sistema que faça com que os elementos que constituem os incentivos a investir se equilibrem em um ponto que garanta o pleno emprego.

Nestes termos, quando se considera que o equilíbrio representado pela igualdade entre eficiência marginal do capital e a taxa de juros significa um ponto tendencial em torno do qual gravita o nível de investimento e, por conseguinte, a partir do qual se definem o volume de emprego e de renda da economia, não há nenhuma referência a um nível ótimo de investimento que garanta o pleno emprego. Trata-se, na verdade, de uma situação em que as “vantagens de possuir dinheiro, possuir créditos, comprar bens de capital e consumir novos bens de capital” (DILLARD, 1982, pg. 186) encontram-se balanceadas e que podem ser compatíveis com um nível de atividade correspondente à existência de considerável desemprego. Este equilíbrio também pode ser interpretado como um balanceamento entre forças e uma posição de repouso, pois, desde que os determinantes da eficiência marginal do capital e da taxa de juros se mantenham constantes, o nível de investimento também não se modificará.

Realizada a análise dos capítulos e trechos selecionados da TG, é possível notar que

do ponto de vista semântico, ou no que tange à significação, o equilíbrio empregado por Keynes pode ser interpretado como balanceamento de forças, posição de repouso, posição escolhida, configuração de compatibilidade entre as variáveis e centro gravitacional de curto prazo no sentido lógico.

Quando se considera o princípio da demanda efetiva, existem numerosos indicativos na TG de que o equilíbrio associado a ele pode significar (i) um balanceamento de forças entre demanda e oferta agregadas, que é alcançado pelas decisões dos empresários sobre o nível de produção que gera as maiores expectativas de lucros; (ii) uma posição de repouso, em que, consideradas constantes a propensão marginal a consumir e os incentivos a investir, não há forças endógenas agindo no sentido de mover o sistema; (iii) uma posição escolhida por parte dos empresários, por ser a situação que, dentre as demais, se mostra mais vantajosa para eles; (iv) uma configuração de compatibilidade entre as variáveis, em que o nível de emprego e de produção se ajustam ao nível em que demanda e oferta se igualam; (v) um ponto tendencial no sentido lógico ou um ponto de referência do sistema, que exerce uma força de atração pelo menos no curto prazo, ou seja, em cada instante em que as decisões de produção são tomadas, e que pode ser alterado ao longo do tempo calendário sem que perca a sua relevância analítica.

No ponto em que são apresentadas as definições de poupança e investimento, para que o valor de determinado volume de produção seja definido e, consequentemente, a igualdade entre esses dois elementos possa ser estabelecida em termos contábeis, deve haver um nível estável de preços em que a disposição a comprar bens e serviços seja igual à disposição a vender. Destarte, o equilíbrio associado a esse nível de preços estável pode ser interpretado como equilíbrio de forças e como posição de repouso.

As outras associações ao equilíbrio que ocorrem no decorrer da TG e que, em grande medida, estão relacionadas aos elementos que ajudam a determinar o ponto de demanda efetiva, como a propensão marginal a consumir, a eficiência marginal do capital e a taxa de juros, reforçam alguns dos sentidos semânticos destacados acima.

3.2 Conteúdo metodológico do equilíbrio na TG

Ao longo da TG, Keynes parece oferecer indícios significativos de que o seu método de investigação se baseia fortemente em um tipo específico de análise de equilíbrio, isto é, uma forma de estática comparativa — como uma abordagem *ceteris paribus* — com raízes

marshallianas, que se caracteriza em grande medida pela suspensão provisória das variações e dos efeitos de alguns elementos que compõem o sistema real para que determinadas relações funcionais sejam identificadas e para que algumas regularidades econômicas possam ser logicamente justificadas e explicadas. Como consequência, os resultados de equilíbrio obtidos através desse método devem ser sempre considerados como resultados condicionais e transitórios obtidos a partir de uma configuração específica — determinada a partir dos interesses específicos do investigador e das características do objeto — de parâmetros, variáveis dependentes e independentes.

Mesmo que os indicativos do uso deste método estejam presentes em diversos capítulos (3, 5, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 19, e 21), é no capítulo 18 — ponto em que se reúnem os elementos essenciais da TG — que Keynes o apresenta de forma explícita e resumida. A primeira passagem deste capítulo que pode ser associada ao emprego do método *ceteris paribus* é aquela em que são considerados dados alguns elementos como a capacidade e quantidade de mão de obra, a qualidade e quantidade do equipamento disponível, o estado da técnica o grau de concorrência, os gostos e hábitos dos consumidores, as desutilidades das diversas intensidades de trabalho e a estrutura social. Para Keynes, tratar esses elementos da realidade como dados não significa, no entanto, que eles sejam considerados constantes ou que não impactem as variáveis do modelo, mas apenas que os efeitos de suas alterações não serão o foco da análise em questão. Portanto, esta seria uma das formas de suspensão provisória, definida de acordo com o objetivo central de sua obra: evidenciar os determinantes do emprego e da renda em cada instante definido do tempo.

Na definição das variáveis que compõem a configuração de equilíbrio de seu modelo, Keynes identifica os três fatores psicológicos, a saber, a propensão a consumir, a preferência pela liquidez e eficiência marginal do capital, como as variáveis independentes e o volume de emprego e de renda como as dependentes. Para ele, o critério de escolha entre quais elementos podem ser considerados como variáveis independentes ou dependentes, apesar de ser arbitrário no sentido de atender aos interesses específicos do investigador, deve estar fundamentado nos fatos observáveis da realidade, de modo que as primeiras correspondam aos fatores “*in which the changes seem to be so slow or so little relevant as to have only a small and comparatively negligible short-term influence on our quaesitum*” (*Ibid.* pg. 247) e que as últimas estejam ligadas aos elementos “*in which the changes are found in practice to exercise a dominant influence on our quaesitum*” (*Ibid.* pg. 247).

Com base neste método, Keynes consegue realizar fechamentos provisórios, ou seja, construir modelos específicos que desconsideram temporariamente a influência de

determinadas forças ou a possibilidade de variação de certos fatores, como os efeitos da mudança nas expectativas de longo prazo, no sentido de explicar alguns resultados. Esses modelos, portanto, são constituídos por fronteiras móveis, podendo ser ajustados pela inclusão de alguns dos elementos que antes eram desconsiderados na análise, o que ajuda a construir uma teoria mais abrangente, ou um sistema aberto, que é capaz de explicar um conjunto maior de fenômenos. Nas palavras de Keynes

If we examine any actual problem along the lines of the above schematism, we shall find it more manageable; and our practical intuition (which can take account of a more detailed complex of facts than can be treated on general principles) will be offered a less intractable material upon which to work (ibid. pg. 249).

No que diz respeito aos trechos da TG, além daqueles contidos no capítulo 18, em que se pode identificar a operação e as características da abordagem *ceteris paribus*, destaca-se, primeiramente, a passagem do capítulo 3 em que Keynes assume salários nominais e demais fatores de custo como constantes

*[...] we shall assume that the money-wage and other factor costs are constant per unit of labour employed. **But this simplification, with which we shall dispense later, is introduced solely to facilitate the exposition.** The essential character of the argument is precisely the same whether or not money-wages, etc., are liable to change (Ibid. pg. 27, grifos nossos).*

Aí se apresenta um dos primeiros fechamentos parciais do modelo ou umas das principais suspensões provisórias realizadas no sentido de explicitar a essência da teoria do emprego. Ao considerar, em um primeiro momento, os salários nominais e os outros custos como elementos constantes do modelo, Keynes isola — ao invés de eliminar ou ignorar por completo — os efeitos que podem atrapalhar na identificação das relações funcionais mais importantes para sua teoria. Essa suposição, todavia, é eliminada pelo autor em um momento posterior da TG, capítulo 19, de modo a incluir suas implicações e, a partir disto, demonstrar que os resultados fundamentais da teoria do emprego não são alterados.

No capítulo 5, ao tratar dos efeitos de uma mudança nas expectativas de longo prazo sobre o nível de emprego, Keynes recorre mais uma vez à abordagem *ceteris paribus*: “*Let us consider, first of all, the process of transition to a long-period position due to a change in expectation, which is not confused or interrupted by any further change in expectation*” (Ibid. pg. 49). Obviamente, considerar que ao longo do processo de ajustamento real do sistema as expectativas de longo prazo não se modificarão constitui-se um procedimento lógico simplificador que se distancia do modo pelo qual os fenômenos econômicos de fato ocorrem.

Essa suposição, porém, também tem caráter provisório no modelo da TG e é utilizada com o objetivo de isolar os efeitos de uma mudança inicial das expectativas de longo prazo sobre o nível de emprego, algo que fica claro na seguinte passagem:

An uninterrupted process of transition, such as the above, to a new long-period position can be complicated in detail. But the actual course of events is more complicated still. For the state of expectation is liable to constant change, a new expectation being super-imposed long before the previous change has fully worked itself out (Ibid. pg. 50).

No capítulo 8, com o intuito de demonstrar e isolar os fatores que determinam a parcela da renda que é direcionada ao consumo, Keynes considera como dado, primeiramente, o nível de emprego: “*we are here concerned in determining what sum will be spent on consumption when employment is at a given level*” (Ibid. pg. 90). Com base nesta suposição de constância do nível de emprego, ele identifica a renda, os fatores objetivos e os subjetivos como elementos que influenciam a propensão a consumir. O segundo fechamento provisório realizado nesse capítulo relaciona-se à suposição de constância dos fatores subjetivos (elementos psicológicos, costumes e instituições sociais), de modo que a propensão a consumir possa ser considerada como um fator dependente apenas de modificações nos fatores objetivos. A justificativa para tratar os fatores subjetivos como dados se apresenta, mais uma vez, a partir de regularidades que são constatadas pela experiência e não por abstrações completamente descoladas da realidade: “[...] *The subjective factors [...], though not unalterable, are unlikely to undergo a material change over a short period of time except in abnormal or revolutionary circumstances*” (Ibid. pg. 91).

Quanto à análise relativa ao funcionamento e aos efeitos do multiplicador sobre o nível de emprego e renda, realizada no capítulo 10, Keynes admite que as implicações lógicas desse mecanismo só se verificarão plenamente, isto é, um investimento inicial só terá um impacto maior do que ele mesmo no nível geral de emprego, caso se suponha a constância do investimento em outros setores e da propensão a consumir: “[...] *we have to assume that there is no offset through decreased investment in other directions,— and also, of course, no associated change in the propensity of the community to consume*” (Ibid. pg. 119). Entretanto, o reconhecimento sobre o caráter parcial dessa suposição de constância é feito logo na sequência, pois, pode haver fatores que, por alterarem a propensão marginal a consumir, a eficiência marginal do capital ou a preferência pela liquidez, impedem a realização plena dos efeitos do multiplicador. Apesar desses fatores, o uso da abordagem *ceteris paribus* neste ponto tem o objetivo claro de mostrar que

It is to the general principle of the multiplier to which we have to look for an explanation of how fluctuations in the amount of investment, which are a comparatively small proportion of the national income, are capable of generating fluctuations in aggregate employment and income so much greater in amplitude than themselves (Ibid. pg. 122).

No capítulo 12, para investigar as decorrências de modificações no estado de confiança sobre o incentivo a investir, Keynes suspende momentaneamente os efeitos das possíveis variações na taxa de juros, outro importante elemento para a definição do nível corrente de investimento.

For convenience of exposition we shall assume in the following discussion of the state of confidence that there are no changes in the rate of interest; and we shall write, throughout the following sections, as if changes in the values of investments were solely due to changes in the expectation of their prospective yields and not at all to changes in the rate of interest at which these prospective yields are capitalized (Ibid. pg. 149, grifos nossos).

No ponto da TG em que Keynes enfoca a teoria da taxa de juros, tentando demonstrar como a interação entre quantidade de moeda e a preferência pela liquidez podem afetar o sistema econômico, é possível sublinhar um importante trecho em que ele evidencia repetidamente a natureza condicional de seu método e, consequentemente, dos resultados de equilíbrio obtidos através dele

*For whilst an increase in the quantity of money may be expected, *cet. par.*, to reduce the rate of interest, this will not happen if the liquidity-preferences of the public are increasing more than the quantity of money; and whilst a decline in the rate of interest may be expected, *cet. par.*, to increase the volume of investment, this will not happen if the schedule of the marginal efficiency of capital is falling more rapidly than the rate of interest; and whilst an increase in the volume of investment may be expected, *cet. par.*, to increase employment, this may not happen if the propensity to consume is falling off. Finally, if employment increases, prices will rise in a degree partly governed by the shapes of the physical supply functions, and partly by the liability of the wage-unit to rise in terms of money (Ibid. pg. 173).*

Esta passagem indica claramente que, com base no método de equilíbrio empregado na TG, apesar de poderem ser identificadas determinadas relações causais entre as variáveis e, a partir delas, serem derivados resultados específicos, no fundo tais resultados podem não se observar devido à possibilidade de alteração dos elementos que, por motivos de simplificação lógica, são considerados provisoriamente constantes. Portanto, o que a abordagem *ceteris paribus* permite são generalizações condicionadas a determinados pressupostos: uma forma de se teorizar sobre situações possíveis e sobre o ordenamento das relações causais e não de

se obterem previsões infalíveis sobre os fenômenos analisados.

Tendo apresentado as linhas gerais da TG e seus desdobramentos lógicos, do capítulo 1 ao capítulo 18, o próximo passo de Keynes é lançar mão, mais uma vez, da flexibilidade que seu método permite, expandindo os limites de seu modelo principal, através da realização de uma abertura em relação aos elementos que até então haviam sido considerados como dados e cujos efeitos tinham sido suspensos, a saber, os salários nominais e o nível geral de preços. A importância de se levar em conta os impactos da variação destes dois fatores se liga ao fato de que, para a teoria clássica, a flexibilidade de salários e preços induziria o sistema a se ajustar automaticamente ao nível de pleno emprego, e esse é justamente o ponto central que, segundo Keynes, precisa ser refutado.

No que se refere à análise dos efeitos de uma queda nos salários nominais sobre o nível de emprego, Keynes argumenta que, partindo de seu próprio método de análise, ou seja, da abordagem *ceteris paribus*, diminuições nos salários nominais não impactam diretamente o nível de emprego caso a propensão marginal a consumir, a eficiência marginal do capital e a taxa de juros — elementos que definem o ponto de demanda efetiva — se mantenham constantes. Essas diminuições, no entanto, podem afetar alguma dessas variáveis independentes do modelo, alterando o nível de emprego de forma indireta. Considerando estes efeitos indiretos da baixa nos salários, é possível que o nível de emprego aumente, por exemplo, por uma diminuição na taxa de juros ou por uma melhoria na eficiência marginal do capital, mas nada garante que este seja o único resultado possível. Pelo contrário, diminuições nos salários nominais podem afetar negativamente os fatores que determinam a demanda efetiva e, por isso, fazer com que haja um menor nível de emprego.

Mais um passo no sentido de flexibilizar e de tornar mais abrangentes os resultados obtidos pela TG é dado no capítulo 21. Neste ponto, Keynes complementa o modelo fundamental, apresentado ao longo dos primeiros dezoito capítulos, incluindo a análise sobre os determinantes do nível geral de preços, que se expressam — dados o montante de capital e a tecnologia — pela taxa de remuneração dos fatores produtivos, mais especificamente os salários, e pelo volume de emprego. Destarte, as alterações na oferta de moeda só poderão impactar o nível geral de preços caso algum destes determinantes seja modificado. Todavia, ao invés de assumir que todo aumento na quantidade de moeda não tem nenhum efeito nos preços antes que se alcance o nível de pleno emprego ou que, ao se alcançar esse nível, os aumentos no estoque de moeda se traduzirão unicamente em um crescimento proporcional do nível geral de preços, Keynes apresenta alguns complicadores que fazem com que a relação entre estoque de moeda e nível de preços não se dê de forma extremada.

Para teorizar sobre a proporção em que se dividem os efeitos de um aumento da quantidade de moeda entre o aumento da produção e o nível de preços, Keynes trata as implicações dos fatores complicadores de forma separada, sem considerá-los, todavia, como realmente independentes, seguindo a lógica de seu método de análise. Como resultado, ele constata que, desde que a economia não esteja em uma posição de pleno emprego ou, em alguns setores, ainda sem pleno emprego, se tenha inelasticidade da demanda, maior estoque de moeda acarreta, por um lado, em aumentos na produção e no emprego e, por outro lado, em elevação dos custos e, consequentemente, do nível de preços.

Vale ressaltar, por fim, que também neste capítulo da TG, assim como no capítulo 18, Keynes dá maiores detalhes sobre seu método analítico, descrevendo resumidamente a essência de sua abordagem *ceteris paribus* e apontando as diferenças dela em relação a outros métodos formais de teorização

The object of our analysis is, not to provide a machine, or method of blind manipulation, which will furnish an infallible answer, but to provide ourselves with an organised and orderly method of thinking out particular problems; and, after we have reached a provisional conclusion by isolating the complicating factors one by one, we then have to go back on ourselves and allow, as well as we can, for the probable interactions of the factors amongst themselves. This is the nature of economic thinking. Any other way of applying our formal principles of thought (without which, however, we shall be lost in the wood) will lead us into error. It is a great fault of symbolic pseudo-mathematical methods of formalising a system of economic analysis [...] that they expressly assume strict independence between the factors involved and lose all their cogency and authority if this hypothesis is disallowed (Ibid. pg. 297, grifos nossos).

Neste e nos demais trechos da TG apresentados nesta seção, depreende-se que a dimensão metodológica do equilíbrio assume importância no método pelo qual Keynes aborda seu objeto de análise. Os resultados de equilíbrio associados à abordagem *ceteris paribus* não se impõem ao modelo e à realidade em caráter definitivo; longe disso, são sempre interpretados como configurações logicamente possíveis, mas sempre condicionadas a um conjunto de pressupostos que, por motivos de simplicidade analítica e didática, promovem fechamentos provisórios do modelo. Estes fechamentos possibilitam um ordenamento lógico em meio à complexidade dos acontecimentos, permitindo que determinadas relações de causa e efeito possam ser estabelecidas entre as variáveis; além disso, são suposições baseadas não em axiomas cuja verdade é garantida *a priori*, mas em elementos induzidos da experiência e que apresentam relativa estabilidade no curto prazo.

Neste tipo de abordagem, à diferença do que se observa no método da teoria

neoclássica, a flexibilização de algum dos pressupostos e, portanto, dos limites definidos pelo modelo, é componente fundamental do processo de análise e não faz com que a teoria perca sua consistência lógica ou sua validade explicativa. A TG caracteriza-se, pois, não por um único modelo que define de forma permanente as estruturas e as relações sistêmicas, mas por um conjunto de modelos que, partindo de distintas hipóteses, permitem que se mantenham “*at the back of our heads' the necessary reserves and qualifications and the adjustments which we shall have to make later on*” (Ibid. pg. 297).

3.2.1 Conteúdo estático e dinâmico do equilíbrio na TG

Realizadas as análises dos trechos da TG que apresentam os indícios sobre a dimensão metodológica do equilíbrio, é necessário, por fim, investigar em que medida o uso desta noção representa o elemento decisivo para a definição da natureza estática, dinâmica ou híbrida da análise implementada por Keynes nessa obra.

Em termos metodológicos, parece claro que grande parte da TG se fundamenta na abordagem *ceteris paribus*, um tipo de análise caracterizada pela construção de modelos que promovem fechamentos parciais ou suspensões provisórias de elementos da realidade com o objetivo de se identificarem relações causais entre as variáveis e de se estabelecerem certas generalizações condicionais. Com base neste procedimento analítico, que costuma comparar situações distintas de equilíbrio, e considerando seu objetivo principal, qual seja, “*to discover what determines at any time the national income of a given economic system and [...] the amount of its employment*” (Ibid. pg. 247, grifos nossos), Keynes parece evitar — em grande parte, mas não em toda sua obra — a discussão sobre a trajetória seguida pelo sistema entre as posições de equilíbrio, abstendo-se, portanto, da necessidade de incluir períodos ou discussões sobre taxas de crescimento, aceleração e desaceleração das variáveis em seu modelo.

Como já argumentado, lançar mão de um método de estática comparativa, focando nos resultados de equilíbrio e desconsiderando aspectos relacionados à análise entre os períodos, pode ser fator suficiente para que alguns autores considerem a TG como estática. Contudo, basear-se neste tipo de método não significa que a dimensão temporal esteja sendo preterida por completo do modelo e que discussões sobre os prováveis desdobramentos ou movimentos reais do sistema não possam ser feitas. A forma com que Keynes insere a questão das expectativas em seu método de equilíbrio, considerando-as como um fator que define as condições iniciais irreversíveis do sistema e conecta resultados presentes a conjecturas sobre o futuro, e o fato da TG conter uma análise sequencial, pelo menos no sentido de tempo lógico,

em que se ordenam relações de causa e efeito entre as variáveis, são elementos que contribuem para reforçar as interpretações de que essa obra teria uma natureza temporal híbrida, por combinar aspectos de análises estáticas e dinâmicas.

Em relação às evidências textuais de que Keynes teria se valido de uma análise sequencial no tempo lógico, prestando-se a estabelecer um ordenamento causal unidirecional entre as variáveis e, com isso, explicar o comportamento dos agregados macroeconômicos, os trechos da TG destacados na seção 3.2 servem como importantes referências. Neles, o autor demonstra a relevância de se servir da cláusula *ceteris paribus* para definir, um a um, os determinantes básicos da demanda efetiva e seus respectivos efeitos sobre a escala de emprego e de produção. Partindo da delimitação destes determinantes, é possível estabelecer a precedência lógica deles, de modo que

the actual level of output and employment depends, not on the capacity to produce or on the pre-existing level of incomes, but on the current decisions to produce which depend in turn on current decisions to invest and on present expectations of current and prospective consumption (Ibid. pg. xxii).

Deste modo, Keynes demonstra que, segundo o ordenamento lógico estabelecido pelo princípio da demanda efetiva, a relação causal unidirecional se dá das decisões correntes de produzir para o nível de emprego e de renda, e não o contrário: “*the national income depends on the volume of employment [...] in the sense that there is a unique correlation between the two*” (Ibid. pg. 246). Além disso, os salários reais não competem para a determinação do volume de emprego, mas são determinados pela produtividade marginal do trabalho a cada nível de emprego; a renda, determinada pelo nível de consumo e de investimento, determina o volume da poupança que, por ser um componente residual do sistema, não pode representar um fator que determina a capacidade de investimento da economia.

Assim sendo, mesmo que a TG se fundamente em um tipo de abordagem que evite a análise sequencial no tempo dinâmico (SHACKLE, 1955) ou mecânico (TERMINI, 1981), seu caráter sequencial se confirma com o uso do tempo lógico. Ou seja, mesmo que o método de Keynes trate essencialmente da comparação entre estados distintos de equilíbrio, isso não implica que a dimensão temporal tenha sido completamente rechaçada de seu modelo.

Outro elemento que indica a inserção da dimensão temporal no arcabouço da TG e que contribui para que ela seja considerada um tipo de análise híbrida, que combina aspectos das abordagens estática e dinâmica, é a forma como as expectativas são concebidas no modelo, considerando-se um ambiente de incerteza fundamental.

Em primeiro lugar, o tratamento específico dado às expectativas na TG pode ser

considerado como uma forma de incluir o tempo no seu procedimento analítico, pois elas contribuem para o estabelecimento de uma relação irreversível entre o passado e o presente, determinando as condições iniciais do modelo e sendo responsáveis pela formação do equipamento de capital e dos estoques correntes. Para Keynes

It is evident [...] that the level of employment at any time depends, in a sense, not merely on the existing state of expectation but on the states of expectation which have existed over a certain past period. Nevertheless past expectations, which have not yet worked themselves out, are embodied in the to-day's capital equipment with reference to which the entrepreneur has to make to-day's decisions, and only influence his decisions in so far as they are so embodied. It follows, therefore, that, in spite of the above, to-day's employment can be correctly described as being governed by to-day's expectations taken in conjunction with to-day's capital equipment (Ibid. pg. 50, grifos nossos).

Thus, on each and every occasion of such a decision, the decision will be made, with reference indeed to this equipment and stock, but in the light of the current expectations of prospective costs and sale-proceeds (Ibid. pg. 47).

Nota-se, pois, que as expectativas formadas no passado — apesar de não constituírem o fator essencial para a determinação do nível de emprego atual —, por estarem incorporadas no estoque de capital existente, servem como uma referência para a formulação das expectativas correntes, condicionando a configuração inicial do modelo e trazendo às decisões correntes elementos passados de caráter irreversível.

Não obstante, as expectativas se apresentam como um componente de dinâmica, pois fazem com que os resultados projetados sobre o rendimento futuro do capital, juntamente com seu preço de oferta, sejam os determinantes principais do investimento e, portanto, do nível de emprego e produção correntes. Neste sentido, as expectativas sobre o rendimento futuro, ao definirem a escala de eficiência marginal do capital, representam a ligação teórica fundamental entre o futuro e o presente

The schedule of the marginal efficiency of capital is of fundamental importance because it is mainly through this factor (much more than through the rate of interest) that the expectation of the future influences the present. The mistake of regarding the marginal efficiency of capital primarily in terms of the current yield of capital equipment, which would be correct only in the static state where there is no changing future to influence the present, has had the result of breaking the theoretical link between to-day and to-morrow (Ibid. pg. 145, grifos nossos).

Segundo Keynes, analisar os efeitos das expectativas sobre a escala de demanda por novos investimentos significa considerar “*the influence of the future in our analysis of the existing equilibrium*” (Ibid. pg. 146) e tem o objetivo de trazer à teoria econômica um maior

grau de realismo. Isto se contrapõe ao procedimento simplificador utilizado pela teoria clássica de supor o rendimento corrente do capital e sua constância no futuro — hipóteses que, para Keynes, caracterizariam uma teoria essencialmente estática — como fatores determinantes do nível de investimento.

No capítulo 21, a inserção de expectativas mutáveis na análise econômica estabelece o ponto divisor entre o que Keynes chama de teorias do equilíbrio estacionário e do equilíbrio móvel: enquanto a primeira se constrói a partir de suposições sobre a estabilidade e a confiança acerca dos acontecimentos futuros, a última fundamenta-se na hipótese de que “*changing views about the future are capable of influencing the present situation*” (Ibid. pg. 293), ou seja, é um tipo de teoria que tenta se aproximar “*to the problems of the real world in which our previous expectations are liable to disappointment and expectations concerning the future affect what we do to-day*” (Ibid. pg. 293-294).

Isto posto, apesar de a TG se valer de alguns modelos compatíveis com o equilíbrio estacionário, caracterizados por hipóteses provisórias de estabilidade, pode-se dizer que eles compõem apenas uma parte — designando fronteiras móveis e permeáveis — de uma teoria mais abrangente que não se propõe a lidar com fenômenos econômicos supostamente estáticos, mas que busca explicar as variações do emprego e da renda a partir da possibilidade de mudanças repentinhas nas expectativas. Assim, a TG, por tratar-se de um aparato analítico que comporta modelos flexíveis e distintos no que se referem às suas hipóteses, pode ser entendida como uma teoria do equilíbrio móvel, que admite os efeitos de alterações nas expectativas sobre a configuração de equilíbrio presente, mas que também utiliza modelos parciais de equilíbrio estacionário, com o intuito de evidenciar os determinantes fundamentais do sistema e de obter algumas generalizações teóricas.

Aliás, é necessário destacar que na TG, embora as análises feitas normalmente não enfoquem a questão da trajetória seguida pelo sistema de uma posição de equilíbrio à outra, existem trechos em que Keynes procura evidenciar a capacidade de sua teoria, pelo menos de forma primária, de lançar luzes sobre as possibilidades de ajustamento das variáveis ao longo do tempo e, com isso, de estabelecer as bases para uma teoria do ciclo econômico.

No capítulo 5, assumindo que os impactos das mudanças de expectativas sobre o nível de emprego só se realizam de maneira plena após certo período de tempo, Keynes analisa como se daria o processo de transição para uma posição de longo prazo como consequência de uma alteração nas expectativas. Considerando uma alteração positiva nelas, ele afirma que, em um primeiro momento, isso faz aumentar o volume de emprego nas primeiras etapas do processo produtivo relacionadas aos bens de capital, mas não nos setores produtores de bens

de consumo. Esse aumento inicial do nível de emprego sofre acréscimos paulatinos com o passar dos dias e pode alcançar, em algum ponto do processo de ajuste, um patamar superior àquele correspondente ao que seria o nível final de longo prazo, ou seja, “*the change in expectation may lead to a gradual crescendo in the level of employment, rising to a peak and then declining to the new long-period level*” (Ibid. pg. 49), pois “*the process of building up capital to satisfy the new state of expectation may lead to more employment and also to more current consumption than will occur when the long-period position has been reached*” (Ibid. pg. 49). Neste ponto da TG, apresenta-se, pois, uma avaliação sobre o percurso cíclico que as variáveis dependentes do modelo podem assumir entre distintas posições de equilíbrio, ainda que esse procedimento não envolva o tratamento formal das variáveis datadas.

Contudo, é apenas no capítulo 22 que Keynes desenvolve um ensaio mais detalhado sobre a capacidade de sua teoria “*to indicate the line of investigation*” (Ibid. pg. 313) a respeito do comportamento cíclico do sistema ao longo do tempo. São os movimentos das variáveis independentes do modelo que determinam a ciclicidade dos fenômenos econômicos, ou seja, são elas que operam as forças responsáveis pela alternância do sistema entre fases ascendentes e descendentes do nível de produto e de emprego. Porém, dentre essas variáveis, aquela que, segundo Keynes, se sobreleva para determinar as flutuações observadas é a eficiência marginal do capital. Suas oscilações, como já discutido, dependem em grande medida de expectativas que, por serem formadas sobre bases precárias acerca do que será o rendimento futuro dos bens de capital, podem apresentar variações bruscas e imprevisíveis.

Apesar de não fazer uma descrição detalhada sobre as diferentes fases do ciclo econômico, Keynes se propõe à explicação de como as mudanças no estado de expectativas e, portanto, na eficiência marginal do capital, podem reforçar ou alterar a direção das forças que impelem o sistema. Na fase ascendente do ciclo, as expectativas de retorno futuro costumam ser otimistas, implicando em um aumento do nível de investimento e de emprego até um ponto de auge, em que forças contrárias — como o aumento do custo de produção dos novos bens de capital e a diminuição do retorno em relação às mercadorias produzidas pelos novos investimentos — começam a atuar no sentido de reduzir a eficiência marginal do capital. Quando, neste ponto de auge, as expectativas se confirmam superestimadas devido à onda de otimismo que se instaura nos momentos de prosperidade, a eficiência marginal do capital sofre uma reversão súbita, fazendo com que o sistema entre em uma trajetória de queda, que é acelerada pelo mecanismo multiplicador e pelo aumento da taxa de juros decorrente de uma elevação na preferência pela liquidez. Para que a fase de crise ou de recessão chegue ao seu limite inferior e o sistema retorne à trajetória ascendente, é necessário um lapso de tempo

mais longo, dentro do qual o estoque de capital acumulado no período de *boom* precisa se desgastar até o ponto em que haja necessidade de reposição e o estoque de mercadorias seja absorvido; isso, juntamente com a diminuição da taxa de juros, causará um aumento da eficiência marginal do capital e implicará em uma retomada do crescimento da economia.

Neste capítulo 22 Keynes demonstra, portanto, como os princípios teóricos definidos ao longo da TG, como a demanda efetiva e o multiplicador, podem ser utilizados, mesmo que de forma primária, para explicar as flutuações do sistema econômico e a característica temporal de cada uma das fases do ciclo. Tem-se mais um indício de que esta obra tem caráter temporal híbrido.

Com base nos elementos textuais destacados nesta seção, parece haver consideráveis indicativos de que a TG não pode ser interpretada como um aparato teórico de natureza exclusivamente estática. Mesmo se valendo mormente de um procedimento metodológico que compara diferentes configurações de equilíbrio e não utilizando uma análise de períodos no tempo mecânico, Keynes incorpora em seu modelo aspectos de uma abordagem dinâmica, primeiramente, por tratar de uma análise sequencial no sentido lógico, a partir da qual estabelece o ordenamento causal das variáveis; em segundo lugar, por considerar as expectativas como o elemento teórico indispensável que traz à tona aspectos de um passado irreversível, definindo as condições iniciais do modelo, e que representa o elo fundamental entre o futuro e o presente; e, finalmente, por incluir, mesmo que de forma breve, considerações sobre as flutuações cíclicas que o sistema apresenta.

Assim, a TG pode ser entendida como um arcabouço flexível que combina de maneira inovadora elementos das análises estática e dinâmica. Essa sua natureza híbrida se justifica pelo fato de ela partir da construção de modelos parciais de equilíbrio estacionário, que, por questões de didática e de ordenamento lógico, consideram determinadas variáveis como provisoriamente constantes, para alcançar uma teoria — uma ferramenta analítica mais abrangente do que os modelos que a compõem — do equilíbrio móvel, em que as mudanças de expectativas sobre os acontecimentos futuros são consideradas elementos cruciais capazes de alterar a configuração presente de equilíbrio do sistema. A combinação destas duas dimensões temporais de análise, por um lado, permite o reconhecimento da transitoriedade de cada configuração específica de equilíbrio, uma vez que os parâmetros podem sofrer alterações ao longo do tempo; por outro lado, ela é um método útil para lidar com as complexidades do sistema e para explicar a flutuação dos fenômenos econômicos.

3.3 Conteúdo ontológico do equilíbrio na TG

Realizadas as análises dos trechos da TG que apresentam algum conteúdo relacionado às dimensões semântica e metodológica do equilíbrio, é necessário, por fim, investigar a dimensão ontológica, ou seja, identificar as passagens dessa obra que possam indicar se o equilíbrio utilizado por Keynes é apenas uma alegoria mental completamente descolada dos elementos da realidade, se é uma representação de fenômenos inerentes ao sistema econômico ou se é uma noção híbrida que combina abstração e realismo em diferentes níveis.

Na discussão sobre a dimensão metodológica que o equilíbrio assume na TG, evidencia-se que Keynes não abre mão da abstração como uma forma de análise que visa apreender corretamente os mecanismos de funcionamento do sistema econômico. Ao longo de sua obra, ele lança mão de modelos que se distinguem por assumirem hipóteses diferentes sobre a possibilidade de alteração e de interação entre as variáveis tratadas como independentes. Tais modelos, considerados como formas de análise de equilíbrio, realizam fechamentos parciais que correspondem a certos tipos de distanciamento ou de desconsideração momentânea de elementos da realidade.

Esse procedimento, no entanto, busca uma emancipação em relação ao modo clássico e neoclássico de se teorizar, segundo o qual as hipóteses restritivas não teriam caráter provisório e se distanciariam de modo permanente dos elementos da experiência. Segundo Keynes,

[...] if the classical theory is only applicable to the case of full employment, it is fallacious to apply it to the problems of involuntary unemployment — **if there be such a thing (and who will deny it?)**. The classical theorists resemble Euclidean geometers in a non-Euclidean world who, discovering that in experience straight lines apparently parallel often meet, rebuke the lines for not keeping straight — as the only remedy for the unfortunate collisions which are occurring. Yet, in truth, there is no remedy except to throw over the axiom of parallels and to work out a non-Euclidean geometry. Something similar is required to-day in economics (Ibid. pg. 16).

It may well be that the classical theory represents the way in which we should like our economy to behave. But to assume that it actually does so is to assume our difficulties away (Ibid. pg. 34).

Ricardo offers us the supreme intellectual achievement, unattainable by weaker spirits, of adopting a hypothetical world remote from experience as though it were the world of experience and then living in it consistently (Ibid. pg. 192, grifos nossos).

Assim, a TG tem como um de seus elementos fundantes a necessidade de conectar a

teoria econômica aos elementos da experiência. Keynes destaca a necessidade de redirecionamento de uma forma de apriorismo teórico, em que os economistas se prestam apenas a um exercício de provar a consistência lógica de modelos, para um método de análise que absorva e consiga explicar os fenômenos concretos. Neste sentido, a noção de equilíbrio nessa obra parece ter, em termos ontológicos, um caráter duplo, constituindo uma abstração útil e provisória, que ajuda a ordenar logicamente as variáveis, mas também uma representação em diferentes níveis de elementos presentes na realidade.

As evidências que demostram a natureza ontológica dupla do equilíbrio estão presentes em diferentes momentos da TG. A começar pelos fatores que conformam o princípio da demanda efetiva, Keynes apresenta a conexão deles com o que se pode constatar a partir da experiência.

A lei psicológica da propensão a consumir, por exemplo, não constitui um axioma cuja verdade independe da observação, mas uma hipótese “*upon which we are entitled to depend with great confidence both a priori from our knowledge of human nature and from the detailed facts of experience*” (Ibid. pg. 96, grifos nossos). Podendo assumir valores entre zero e um, essa propensão “*in actual fact [...] seems to lie somewhere between these two extremes*” (Ibid. pg. 118, grifos nossos).

No que se refere à inserção das noções de custo de uso e de eficiência marginal do capital no arcabouço da TG, Keynes afirma que estes elementos teriam o papel “*of bringing it [the economic theory] back to reality*” (Ibid. pg. 146), contrapondo-se à hipótese de determinação do nível de investimento pelo rendimento corrente do capital, proposta pela teoria econômica tradicional, que “*imports into it a large element of unreality*” (Ibid. pg. 146).

Ao definir o motivo especulação como o elemento fundamental na determinação da preferência pela liquidez, Keynes também destaca a importância de se basearem nos dados da experiência,

[...] *experience indicates that the aggregate demand for money to satisfy the speculative-motive usually shows a continuous response to gradual changes in the rate of interest, i.e. there is a continuous curve relating changes in the demand for money to satisfy the speculative motive and changes in the rate of interest as given by changes in the prices of bonds and debts of various maturities [...] Indeed, if this were not so, 'open market operations' would be impracticable. I have said that experience indicates the continuous relationship stated above* (Ibid. pg. 197, grifos nossos).

É, contudo, no capítulo 18 que Keynes demonstra de modo mais detalhado a relação que seus modelos e sua teoria guardam com os aspectos da realidade. Nesse ponto da TG, ao

definir a estrutura básica de sua teoria, ele afirma que a classificação entre as variáveis independentes e dependentes do modelo deve se desenvolver de acordo com os objetivos específicos de cada teórico, mas sempre com base nos elementos da experiência. A classificação das variáveis e dos parâmetros com base nesse critério mostra que o método de equilíbrio utilizado na TG constitui uma estrutura lógica que se vale de importantes abstrações com o objetivo de descobrir “*the factors whose changes mainly determine our quaesitum*” (Ibid. pg. 247) e de “*select those variables which can be deliberately controlled or managed by central authority in the kind of system in which we actually live*” (Ibid. pg. 247), mas que também está fortemente ligado às regularidades que são empiricamente observáveis.

A necessidade de conectar a abstração dos modelos aos fatos da realidade seria, pois, uma forma de limitar a quantidade de resultados logicamente possíveis — uma vez que o arcabouço teórico da TG é compatível com uma diversidade de soluções — e explicar o fato de o sistema não se caracterizar por uma instabilidade violenta, mas por flutuações que se atenuam antes de chegar a grandes extremos e por raramente experimentar uma situação de pleno emprego. A relativa estabilidade dos fenômenos econômicos, mesmo que estejam sujeitos a flutuações bruscas e imprevistas, provém de certas características especiais “*of the propensity to consume, the schedule of the marginal efficiency of capital and the rate of interest, about which we can safely generalise from experience, but which are not logically necessary*” (Ibid. pg. 249, grifos nossos). Os resultados observados na realidade não devem, portanto, ser considerados como uma necessidade lógica; são, na verdade, derivados dos “*facts of experience*” (Ibid. pg. 250) representados principalmente pelas leis psicológicas que estariam presentes no mundo moderno.

Partindo dessas constatações, Keynes se propõe a verificar se tais tendências psicológicas estabilizadoras podem de fato ser atribuídas ao funcionamento do sistema econômico, deixando-o em um equilíbrio abaixo do pleno emprego e sem oscilações extremas. Ou seja, a natureza do comportamento dos agentes componentes faz com que a trajetória histórica do sistema seja, em termos de emprego e produção, subótima, mas longe, ao mesmo tempo, de ser caótica. Pega-se a propensão marginal a consumir como a primeira condição de estabilidade. Keynes afirma que seria completamente plausível assumi-la estável como uma característica psicológica da natureza humana, pois, caso contrário, “*it is certain that experience would be extremely different from what it is if the law did not hold*” (Ibid. pg. 251), isto é, aumentos no nível de investimento levariam ao pleno emprego e diminuições desse nível levariam o volume de emprego a zero. Com efeito, “***experience shows that we are generally in an intermediate position***” (Ibid. pg. 252, grifos nossos). Além disso, o

multiplicador do investimento, por não ser excessivamente grande, também contribuiria para que não houvesse grandes variações no consumo.

A segunda hipótese que, para Keynes, corresponde a elementos da experiência e que garante a estabilidade do sistema é o fato de o nível de investimento não oscilar de maneira indefinida quando há variações moderadas no retorno esperado do capital ou na taxa de juros.

A terceira é uma condição para a estabilidade do nível de preços, que também está de acordo “*with our experience of human nature*” (Ibid. pg. 252), assumindo que variações no volume de emprego não acarretam alterações significativas nos salários nominais. A explicação para que uma lei psicológica dessa natureza seja válida na realidade se dá pelo fato de que “*if competition between unemployed workers always led to a very great reduction of the money-wage, there would be a violent instability in the price-level. Moreover, there might be no position of stable equilibrium except in conditions consistent with full employment*” (Ibid. pg. 253).

São essas, portanto, as condições observadas por Keynes como sendo da natureza humana — ou do “ser” humano, no sentido ontológico —, que são utilizadas por ele para restringir os resultados possíveis de sua teoria e

[...] to explain the outstanding features of our actual experience;— namely, that we oscillate, avoiding the gravest extremes of fluctuation in employment and in prices in both directions, round an intermediate position appreciably below full employment and appreciably above the minimum employment a decline below which would endanger life (Ibid. pg. 254).

Tal posição intermediária não é uma imposição lógica que se estabelece a partir de axiomas desconectados do tempo e do espaço; na verdade, “*The unimpeded rule of the above conditions is a fact of observation concerning the world as it is or has been, and not a necessary principle which cannot be changed*” (ibid. pg. 254). Logo, o equilíbrio do comportamento humano médio conforma em Keynes uma importante faceta do que é o ser humano e, portanto, sendo a economia decorrente do comportamento humano, tem-se uma natureza de estabilidade da economia mesmo sendo esta passível de mudanças bruscas.

Diante dos elementos apresentados, pode-se dizer que os conceitos e modelos desenvolvidos por Keynes ao longo da TG buscaram constituir um arcabouço teórico que se beneficiasse das vantagens lógicas e didáticas proporcionadas pelas abstrações de caráter provisório, mas que também incluiria e serviria para explicar os fenômenos compatíveis com a experiência. A noção de equilíbrio, sendo formada a partir de elementos abstrato-realistas, como a propensão marginal a consumir, a eficiência marginal do capital e a preferência pela

liquidez, e estando fortemente relacionada ao princípio da demanda efetiva, assume, portanto, um caráter ontológico duplo: constitui uma característica dos modelos que compõem a TG, além de ser uma representação de aspectos passíveis de constatação por meio da experiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de equilíbrio, desde os primórdios da ciência econômica, pode ser considerada como uma das mais preponderantes e controversas independentemente da abordagem teórica. A inexistência de um consenso sobre qual seria a natureza desta noção e sobre quais seriam suas potencialidades e limites para a construção do conhecimento no âmbito da economia parece ser resultado da natureza multidimensional que o equilíbrio assume nesta ciência. Quando, de algum modo, se aplica ou se discute essa noção, é possível que se esteja referindo à sua dimensão semântica, metodológica ou ontológica, o que dificulta o debate sobre o tema e impede que comparações menos ambíguas possam ser feitas entre as vertentes teóricas que se valem dessa noção.

Foi, portanto, no bojo dessa discussão que se inseriu esta Tese. De modo mais específico, buscou-se contribuir com o debate que trata da natureza da noção de equilíbrio empregada por Keynes em sua obra maior, a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. O fato de não haver definição e aplicação únicas para o equilíbrio de maneira geral, e de existirem controvérsias até mesmo entre os Pós-Keynesianos sobre a essência dessa noção na *magnum opus* de Keynes são elementos que justificaram o esforço aqui feito. No sentido de cumprir tal propósito, realizou-se, primeiramente, uma análise de caráter filosófico-metodológico do equilíbrio, na tentativa de se estabelecerem parâmetros básicos que ajudem a guiar as discussões e as classificações que envolvam este tema. Partindo dessa estrutura de análise, empreendeu-se a classificação das interpretações Pós-Keynesianas sobre a noção de equilíbrio contida na TG, no sentido de ordená-las e de lançar as bases para a análise do conteúdo próprio desta obra. Finalmente, aplicou-se o mesmo arcabouço analítico diretamente à análise da TG, com o intuito de se destacar os pontos dessa obra que se relacionam com as diferentes dimensões da noção de equilíbrio e de se instituir uma abordagem mais abrangente, que contribuísse para minorar as inúmeras controvérsias que permanecem nesta matéria.

A começar pela descrição dos resultados que foram obtidos a partir da análise filosófico-metodológica da noção de equilíbrio, é possível salientar que existem três dimensões desta noção e que cada uma delas apresenta nuances. Na esfera da dimensão semântica, o equilíbrio pode ter o significado de (i) balanceamento de forças, (ii) posição de repouso, (iii) posição escolhida, (iv) ponto tendencial, (v) condições para a reprodução do sistema, (vi) compatibilidade entre as variáveis e (vii) solução de um modelo matemático, e que estes significados, a depender do contexto, podem ser entendidos como equivalentes ou

que alguns podem ser tratados como subcategorias dos outros.

Em relação à dimensão metodológica, o equilíbrio também constitui uma ferramenta de análise que se aplica de duas formas: como método que suspende apenas parcial e provisoriamente os elementos complicadores de um sistema real aberto e que, com isso, auxilia no ordenamento lógico entre as variáveis e permite que algumas generalizações sejam elaboradas; e como procedimento completo de análise, que define de forma rígida os limites das relações estruturais e sistêmicas do modelo e que não permite a alteração de seus pressupostos básicos. Ainda no âmbito da dimensão metodológica, a noção de equilíbrio não pode servir como um ponto inequívoco de divisão entre os métodos estático e dinâmico, pois, enquanto o primeiro não lida apenas com resultados de equilíbrio, tratando também de processos evolucionários, o segundo descreve trajetórias ou caminhos percorridos pelas variáveis ao longo do tempo, que podem ser interpretadas como uma forma de equilíbrio móvel. Logo, esta noção pode estar associada tanto ao método estático quanto ao dinâmico.

Por fim, em termos ontológicos, o equilíbrio é compatível com diferentes graus de realismo, quer dizer, pode ser usado como uma forma de descrição de elementos e resultados obtidos através da experiência ou como mera alegoria mental que se refere apenas às propriedades lógicas de um modelo. A definição dessas dimensões e das nuances presentes nelas estabelece, pois, os parâmetros de classificação da noção de equilíbrio empregada por cada vertente teórica e possibilita que comparações menos ambíguas sejam feitas entre elas.

Na sequência, empreendeu-se uma tentativa de classificação das interpretações Pós-Keynesianas sobre a natureza da noção de equilíbrio utilizada na TG, como uma primeira aproximação em relação ao objeto fundamental desta Tese, e a fim de se estabelecer um ordenamento relativo a esse debate. Antes de tudo, mostrou-se que não há consenso absoluto sobre quem exatamente são os Pós-Keynesianos e que nesta perspectiva podem ser incluídas vertentes distintas. Existem, entretanto, alguns princípios ou elementos teóricos que as unem como a utilização das noções de tempo histórico e irreversível, incerteza fundamental, *path-dependence*, realismo, organicismo, racionalidade processual, princípio da demanda efetiva, dentre outros. No que se refere às interpretações que se encaixam na dimensão semântica do equilíbrio contido na TG, foi possível notar que os autores analisados identificam esta noção na obra de Keynes como contendo os seguintes significados: (i) posição de repouso, (ii) posição escolhida, (iii) centro gravitacional ou ponto tendencial e (iv) balanceamento de forças. Há, contudo, controvérsias importantes sobre a razoabilidade de se atribuir o significado de centro gravitacional ou ponto tendencial à noção de equilíbrio empregada por Keynes.

Quanto às leituras Pós-Keynesianas enquadradas na dimensão metodológica do equilíbrio na TG, destacou-se, inicialmente, que eles buscam se distanciar daquelas de caráter ortodoxo que, na tentativa de incluir os aspectos teóricos da TG em um arcabouço teórico de natureza neoclássica, acabaram por distorcer as contribuições originais de Keynes. Foi possível evidenciar, ademais, que parece haver uma convergência entre os Pós-Keynesianos relacionada à natureza condicional e flexível que o método de equilíbrio assume na TG, um tipo de abordagem que, através de suspensões provisórias e fechamentos parciais dos modelos, possibilita domar as complexidades de um sistema real aberto e em constante transformação.

As interpretações sobre a essência temporal do equilíbrio enquanto método, por sua vez, estão divididas entre os autores que defendem seu caráter estático, pelo fato de este método não analisar elementos como a trajetória, a taxa de crescimento ou a aceleração das variáveis ao longo do tempo, e aqueles autores que enfatizam a natureza temporal híbrida dele, pois, apesar de lidar com resultados de equilíbrio, ele trata dos efeitos das expectativas sobre tais resultados e realiza uma análise sequencial se valendo da noção de tempo lógico.

Considerando, finalmente, os pontos de vista Pós-Keynesianos que em alguma medida tangenciam a dimensão ontológica do equilíbrio, poucos autores se referem a esse aspecto, mas aqueles que o fazem consideram o equilíbrio da TG ou como uma noção que combina características abstratas com a descrição de elementos derivados da experiência ou como uma noção que procura representar de maneira mais próxima os resultados que se observam na realidade. Deste modo estabeleceu-se a classificação das interpretações Pós-Keynesianas sobre a noção de equilíbrio na TG que serviram como primeira aproximação e como referência para a análise particular desta Tese.

Por último, foi feita a análise do conteúdo da TG que se associa à noção de equilíbrio em alguma das dimensões que ela pode ter. As unidades de análise selecionadas com base em um mecanismo de *word counting* foram as passagens da TG que contivessem termos indicativos de características semânticas, metodológicas e ontológicas dessa noção, como equilíbrio, *ceteris paribus*, constante, tempo, experiência e natureza humana.

A partir da abordagem dimensional, evidenciou-se que em termos semânticos o equilíbrio usado por Keynes corresponde a (i) um balanceamento de forças, (ii) uma posição de repouso, (iii) uma posição escolhida, (iv) uma configuração de compatibilidade entre as variáveis e (v) um centro gravitacional de curto prazo no sentido lógico. O elemento teórico fundamental que se associa a todos esses significados do equilíbrio é o ponto de demanda efetiva, representado pelo cruzamento entre as curvas de demanda e oferta agregadas. Neste

sentido, é importante destacar que, em relação às interpretações Pós-Keynesianas, a análise realizada neste capítulo adicionou o sentido de compatibilidade entre as variáveis ao resultado obtido pelo princípio da demanda efetiva e reforçou o entendimento de que este resultado poderia ser interpretado como um centro gravitacional expectacional no sentido lógico, ou seja, um ponto que exerce força de atração, pelo menos em cada instante em que as decisões de produção são tomadas. Sublinhou-se, além disso, que a noção de equilíbrio na TG assume alguns dos referidos significados por estar ligada a outros aspectos conformadores dessa obra, como o nível estável de preços que permite a igualdade entre investimento e poupança, a propensão marginal a consumir, a eficiência marginal do capital e a taxa de juros.

Para a dimensão metodológica, evidenciaram-se passagens da TG que informam sobre as características específicas do equilíbrio como método empregado por Keynes. Com isto, confirmaram-se as interpretações sobre a natureza condicional e transitória dos resultados obtidos através desse método e sobre a sua importância no sentido de lidar com as complexidades do sistema e de explicar determinadas regularidades observadas na realidade. Também foi possível constatar que existem indícios significativos de que a abordagem *ceteris paribus* de Keynes combina de maneira inovadora elementos das análises estática e dinâmica, por tratar majoritariamente de configurações de equilíbrio, mas, além disto, por considerar a importância das expectativas como forma de ligação entre passado, presente e futuro, por lançar mão de uma análise sequencial fundada no tempo lógico e por realizar investigações breves sobre as flutuações cíclicas apresentadas pelo sistema.

Por fim, no contexto da dimensão ontológica, demonstraram-se numerosos trechos da TG que apresentam o caráter ontológico duplo da noção de equilíbrio, que pode ser entendida tanto como uma propriedade dos modelos constitutivos dessa obra, quanto como uma representação de elementos presentes na realidade e que derivam da natureza do comportamento do ser humano.

Para concluir, espera-se, com esta tese, ter contribuído com o debate filosófico-metodológico sobre a noção de equilíbrio e, mais especificamente, com a discussão que se desenvolve em torno da natureza que esta noção assume na TG.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADEO, E. "Teoria e método nos primórdios da macroeconomia: a revolução keynesiana e a análise do multiplicador". *Revista Brasileira de Economia*, v. 40, n. 3, p.335-353, 1986.
- AMORIM, R, L, C. "Macroeconomia neoclássica contemporânea: novos-keynesianos e novos-clássicos". *Revista Ensaios FEE*, v. 23, n. 1, p. 29-56, 2002.
- ANDRADA, A. F. S. "Uma breve história sobre a abordagem de desequilíbrio na macroeconomia". *Economia*, v. 11, n. 4, p. 27–56, 2010.
- ARESTIS, P. "Post-Keynesian economics: towards coherence". *Cambridge Journal of Economics*, v. 20, n. 1, p.111-135, 1996. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.cje.a013604>
- ASIMAKOPULOS, A. "Keynes, Patinkin, Historical Time, and Equilibrium Analysis". *The Canadian Journal of Economics*, v. 6, n. 2, p. 179, 1973. <https://doi.org/10.2307/134189>
- _____. "The Nature and Role of Equilibrium in Keynes's General Theory" In SEBASTIANI, M. *The Notion of Equilibrium in the Keynesian Theory*. New York: Macmillan, 1992.
- BACKHOUSE, R.; BOIANOVSKY, M. *Transforming Modern Macroeconomics*. New York: Cambridge University Press, 2012. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139150859>
- BACKHOUSE, R. E. "History and equilibrium: A partial defense of equilibrium economics". *Journal of Economic Methodology*, v. 11, n. 3, p. 291–305, 2004. <https://doi.org/10.1080/1350178042000252974>
- _____. "Equilibrium and problem solving in economics". In MOSINI, V. *Equilibrium in Economics: Scope and Limits*. London: Routledge, 2007.
- BARDIM, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARRO, R. J; GROSSMAN, H. I. "A general disequilibrium model of income and employment". *American Economic Review*. v. 61, p. 82 – 93, 1971.
- BÉNASSY, J. P. "Neo-Keynesian disequilibrium theory in a monetary economy". *Review of Economic Studies*. v. 41, p. 503 – 23, 1975. <https://doi.org/10.2307/2296791>
- BLATT, J. M. *Dynamic Economic Systems: A Post-Keynesian Approach*. 1st. ed. New York:

Routledge, 2019. <https://doi.org/10.4324/9781315496290>

BLAUG, M. *The Methodology of Economics: Or How Economists Explain*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511528224>

BOLDRIN, M; MONTRUEEHIO, L. "On the Indeterminacy of Capital Accumulation Paths"; in GRANDMONT, J. L. *Nonlinear Dynamics*, 1986.

BOIANOVSKY, M. "The IS-LM model and the liquidity trap concept: From Hicks to Krugman". *History of Political Economy*, v. 36, n. SUPPL., p. 92–126, 2004. https://doi.org/10.1215/00182702-36-Suppl_1-92

BOLAND, L. A. *Equilibrium Models in Economics: Purposes & Critical Limitations*. New York: Oxford University Press, 2017. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780190274320.001.0001>

CAMPOS, C, J, C. "Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde". *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília (DF) set/out;57(5):611-4, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000500019>

CARAVALE, G. "Keynes and the Concept of Equilibrium" In SEBASTIANI, M. *The Notion of Equilibrium in the Keynesian Theory*. New York: Macmillan, 1992. https://doi.org/10.1007/978-1-349-22086-1_7

_____. *Equilibrium and Economic Theory*. London: Routledge, 2001.

CARDOSO, F, G; LIMA, G, T. "A concepção de Keynes do sistema econômico como um todo orgânico complexo". *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17, n. 3 (34), p. 359-381, dez. 2008. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182008000300001>

CARVALHO, F, J, C. "Keynes and the long period". *Cambridge journal of Economics*, v. 14, p. 277-290, 1990.

_____. "A não-neutralidade da moeda em economias monetárias de produção: a moeda nos modelos pós-keynesianos". *Estudos Econômicos*, v. 21, n. 1, p. 11-40, 1991.

_____. "Elasticidade de expectativas e surpresa potencial : reflexões sobre a natureza e a estabilidade do equilíbrio sob incerteza". *Revista Brasileira de Economia*, v. 46, n. 1, p. 53–75, 1992.

CHATZIAPOSTOLOU, T. "Interpreting Keynes: a literature review of Keynes interpretations". Disponível<https://www.researchgate.net/publication/330441942_Interpretig_Keynes_literature_review_of_Keynes_interpretations/citations>. 2019.

CHICK, V. *Macroeconomics after Keynes: A Reconsideration of the General theory*. Cambridge: The MIT Press, 1983.

_____. "A Struggle to escape: equilibrium in the general theory". *Econ. Misao Praksa God.*, v., p. 345–362, 1996.

_____. "Theory, method and mode of thought in Keynes's General Theory". *Journal of Economic Methodology*, v. 10, n. 3, p. 307-327, 2003.
<https://doi.org/10.1080/1350178032000110873>

_____. "On open systems". *Revista de Economia Política (Brazilian Journal of Political Economy)*, v. 13, n. 1, p. 3-16, 2004.

_____. "Equilibrium in economics: some concepts and controversies". In MOSINI, V. *Equilibrium in Economics: Scope and Limits*, Abingdon: Routledge, 2007.

CHICK, V; DOW, S. "Formalism, logic and reality: a Keynesian analysis". *Cambridge Journal of Economics*, v. 25, p. 705-721, 2001. <https://doi.org/10.1093/cje/25.6.705>

_____. "The meaning of open systems". *Journal of Economic Methodology*, v. 12, n. 3, p. 363–381, 2005. <https://doi.org/10.1080/13501780500223585>

_____. "The non-neutrality of formalism". In DOW, S. C. *Foundations for New Economic Thinking: A collection of Essays*. New York: Palgarve Macmillan, 2012.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 2006.

CLOWER, R. "The Keynesian counterrevolution: A theoretical appraisal", in Hahn, F. and Brechling F. (eds.) *The Theory of Interest Rates* (London: Macmillan), 103– 25, 1965.

DAMMSKI, B, R; CAVALIERI, M, A, R; PINTO, J, S, P. "Mapeando o Pós-Keynesianismo: uma abordagem cientométrica". *Estudos Econômico*, São Paulo, vol.47, n.4, p.741-772, out-dez, 2017. <https://doi.org/10.1590/0101-416147447bmj>

DAVIDSON, P. "Reviving Keynes's revolution". *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 6, n. 4, p. 561-575, 1984. <https://doi.org/10.1080/01603477.1984.11489467>

DILLARD, D. *A Teoria Econômica de John Maynard Keynes*. São Paulo: Livraria Pioneira, 4^a edição, 1982.

DOW, S. C. *Foundations for New Economic Thinking: A collection of Essays*. New York: Palgrave Macmillan, 2012. <https://doi.org/10.1057/9781137000729>

DÜPPE, T. "Equilibrium: History of the Concept". *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, v. 7, p. 912–917, 2015. <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.03081-6>

DUTT, A. "Expectations and Equilibrium: Implications for Keynes, the Neo-Ricardian Keynesians, and the Post Keynesians". *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 14, n. 2, p. 205-224, 1991. <https://doi.org/10.1080/01603477.1991.11489893>

ERTÜRK, K. "On the Keynesian notion of equilibrium and dynamics". *Cambridge Journal of Economics*, v. 20, n. 3, p. 371–386, 1996. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.cje.a013621>

FIGUEROA, A. "Estática y dinámica en el análisis económico". *Revista Economía*, v. 16, n. 32, p. 9–32, 1993.

FERRARI FILHO, F. "Os "keynesianos" neoclássicos e os pós-keynesianos". *Revista Ensaios FEE*, v.12, n. 2, p. 340-348. 1991.

_____. "Keynesianos", monetaristas, novos-clássicos e novos-keynesianos: uma crítica pós-keynesiana". *Revista Ensaios FEE*, v. 17, n. 2, p. 78-101, 1996.

FERRARI FILHO, F.; TERRA, F. H. B. "Reflexões sobre o método em Keynes". *Revista de Economia Política*, v. 36, n. 1, p. 70–90, 2016. <https://doi.org/10.1590/0101-31572016v36n01a05>

FONTANA, G. "Mr Keynes and the 'Classics'" again: A methodological enquiry". *Atlantic Economic Journal*, v. 34, n. 2, p. 161–174, 2006. <https://doi.org/10.1007/s11293-006-9003-4>

FRIEDMAN, M. "The Methodology of Positive Economics" In *Essays In Positive Economics* (Chicago: Chicago Press, pp. 3-16, 30-43, 1953). <https://doi.org/10.1017/CBO9780511581427.002>

FRISH, R. "Statics and Dynamics in Economic Theory". *Structural Change and Economic Dynamics*, v. 3, n. 2, p. 391–401, 1992. [https://doi.org/10.1016/0954-349X\(92\)90015-X](https://doi.org/10.1016/0954-349X(92)90015-X)

GERRARD, B. "Keynes , The Keynesians and the Classics : a suggested interpretation". *The Economic Journal*, v. 105, n. 429, p. 445–458, 1995. <https://doi.org/10.2307/2235503>

GOODWIN, R. M. *Chaotic Economic Dynamics*. New York: Oxford, 1990.
<https://doi.org/10.1093/0198283350.001.0001>

GRANDMONT, J. L. *Nonlinear Dynamics*. Academic Press, London, 1987.

HAHN, F. "On the notion of equilibrium in economics". *Acta Sociologica*, 1973.

HAMOUDA, O; HARCOURT, G. "Post Keynesianism: from criticism to coherence?". *Bulletin of Economic Research*. v. 40, n. 1, p. 1-33, 1988. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8586.1988.tb00251.x>

HARCOURT, G. "On Keynes's Method in Economic Theory". In SEBASTIANI, M. *The Notion of Equilibrium in the Keynesian Theory*. New York: Macmillan, 1992.
https://doi.org/10.1007/978-1-349-22086-1_8

HARCOURT, G; SARDONI, C. "Keynes vision: method, analysis and "tactics". In DAVIS, J. *The State of Interpretation of Keynes*. New York: Kluwer Academic Publishers, 1994.
https://doi.org/10.1007/978-94-011-1392-2_8

HARRIS, D. J. "Joan Robinson on “history versus equilibrium”. This paper was prepared for presentation to the Joan Robinson Centennial Conference, Department of Economics, University of Vermont, Burlington, p. 1–27, 2004.

HARROD, R. "Mr. Keynes and Traditional Theory". *Econometrica*, v. 5, n. 1, p. 74-86, 1937.
<https://doi.org/10.2307/1905402>

_____. *Economic Dynamics*. London: The Macmillan Press, 1973.

HAYES, M. *The Economics of Keynes: A New Guide to The General Theory*. Cheltenham, UK; Northhampton, USA: Edward Elgar, 2006.

HENRY, J. F. "On equilibrium". *Jornal of Post Keynesian Economics*, v. VI, n. 2, p. 214–229, 1983. <https://doi.org/10.1080/01603477.1983.11489431>

HICKS, J. *Capital and Growth*. New York: Oxford University Press, 1965.

_____. *Methods of Dynamic Economics*. New York: Oxford, 1985.

HOLT, R. P. F; PRESSMAN, S. "What is Post Keynesian economics". In HOLT, R. P. F; PRESSMAN, S. *A New Guide to Post Keynesian Economics*, New York: Routledge, 2001. <https://doi.org/10.4324/9780203466681>

HOOVER, K. D. "Why does methodology matter for economics ? *The Economic Journal*, v. 105, n. 430, p. 715–734, 1995. <https://doi.org/10.2307/2235030>

JHUN, J. S. *A defense of equilibrium reasoning in economics*. Dissertation presented in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy. University of Pittsburgh, 2016.

JOHNSON, L. E.; LEY, R. D.; CATE, T. "The concept of equilibrium: A key theoretical element in Keynes' revolution". *Atlantic Economic Journal*, v. 32, n. 3, p. 222–232, 2004. <https://doi.org/10.1007/BF02299440>

JOSSA, B. "Keynesian Unemployment is Involuntary and is an Equilibrium State" In SEBASTIANI, M. *The Notion of Equilibrium in the Keynesian Theory*. New York: Macmillan, 1992. https://doi.org/10.1007/978-1-349-22086-1_11

KALDOR, N. *The Irrelevance of Equilibrium Economics*. v. 82, n. 328, p. 1237–1255, 1972. <https://doi.org/10.2307/2231304>

KEYNES, J. M. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973 [1936].

_____. "Ex Post and Ex Ante", 1937 in Moggridge, D. (ed.), *The Collected Writings of J.M.Keynes*, vol. XIV, Londres, MacMillan, 1973.

KING, J. E. *A History of Post Keynesian Economics Since 1936*. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.

KONDRAIEFF, N. D. "The Static and the Dynamic View of Economics". *The Quarterly Journal of Economics*, v. 39, n. 4, p. 575–583, 1925. <https://doi.org/10.2307/1883266>

KREGEL, J. A. "Economic Methodology in the Face of Uncertainty: The Modelling Methods of Keynes and the Post-Keynesians". *The Economic Journal*, v. 86, n. 342, p. 209, 1976. <https://doi.org/10.2307/2230743>

_____. "The Identity between Aggregate Supply and Demand Price Equilibrium

and Labour Market Equilibrium at Less than Full Employment" In SEBASTIANI, M. *The Notion of Equilibrium in the Keynesian Theory*. New York: Macmillan, 1992.

LANG, D.; SETTERFIELD, M. "History versus equilibrium? on the possibility and realist basis of a general critique of traditional equilibrium analysis". *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 29, n. 2, p. 191–209, 2015. <https://doi.org/10.2753/PKE0160-3477290202>

LAVOIE, M. *Introduction to Post-Keynesian Economics*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 1st Edition, 2007. https://doi.org/10.1057/9780230626300_1

_____. *Post-Keynesian Economics: New Foundations*. Massachusetts: Edward Elgar, 1st Edition, 2014.

LAWSON, T. "The (confused) state of equilibrium analysis in modern economics: an explanation". *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 27, n. 3, p. 423–444, 2005.

_____. "Tensions in modern economics: the case of equilibrium analysis" In MOSINI, V. *Equilibrium in Economics: Scope and Limits*, Abingdon: Routledge, 2007.

LEE, F. S. *A History of Heterodox Economics: Challenging the Mainstream in the Twentieth Century*, London: Routledge, 2009. <https://doi.org/10.4324/9780203883051>

LEIJONHUVUD, A. *On Keynesian Economics and the Economics of Keynes*. Oxford: Oxford University Press, 1968.

LIMA, G. T. *Em busca do tempo perdido: a recuperação pós-keynesiana da economia do emprego de keynes*. Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação da Eaesp/FGV, 1991.

LISBOA, M. B. "A miséria da crítica heterodoxa primeira parte: sobre as críticas". *Economia Contemporânea*, n°2 Jul-Dez, 1997.

_____. "A miséria da crítica heterodoxa segunda parte: método e equilíbrio na tradição neoclássica". *Revista de Economia Contemporânea*, n°3, Jan -Jun, 1998.

LUNGHINI, G. "Equilibrium, reproduction and crisis". In CARAVALE, G. *Equilibrium and Economic Theory*, London: Routledge, 2001.

MACHLUP, F. "Equilibrium and Disequilibrium: Misplaced Concreteness and Disguised Politics". v. 68, n. 269, p. 1–24, 1958. <https://doi.org/10.2307/2227241>

_____. "Statics and Dinamics: Kaleidoscopic Words". *Southern Economic Journal*, v. 26, n. 2, p. 91–110, 1959. <https://doi.org/10.2307/1055009>

MARSHALL, A. *Principles of Economics*. Londres: Macmillan, 2013.
<https://doi.org/10.1057/9781137375261>

MILGATE, M. "Equilibrium: development of the concept". In EATWELL, J; MILGATE, M; NEWMAN, P. *The World of Economics*, United Kingdom: The New Palgrave, 1987
https://doi.org/10.1057/978-1-349-95121-5_297-1

MINSKY, H. *John Maynard Keynes*. New York: McGrawhill, 2008.

MIRANDA, L. "Uma nota sobre o equilíbrio, a demanda efetiva e a dinâmica capitalista em Keynes" *Ensaios FEE*, v. 17, n. 2, p. 140-149, 1996.

MYRDAL, G. *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro, 1960.

MONTESANO, A. "The Notion of Dynamic Economics". Article written in the academic year 1970-71 at the Massachusetts Institute of Technology when the author enjoyed a "Gaspare Campagna" grant from the Cassa di Risparmio di Venezia p. 296–334, 2015.

MORAES, R. "Análise de conteúdo". *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOREIRA, R, R. "Validade condicional do equilíbrio na Teoria Geral de Keynes" *Revista de Economia Política*, v. 29, n. 3, p. 153-172, julho-setembro, 2009.
<https://doi.org/10.1590/S0101-31572009000300009>

MOSINI, V. *Equilibrium in Economics: Scope and Limits*. London: Routledge, 2007.
<https://doi.org/10.4324/9780203086681>

NELL, E, J. "Equilibrium without Constraints" In SEBASTIANI, M. *The Notion of Equilibrium in the Keynesian Theory*. New York: Macmillan, 1992.
https://doi.org/10.1007/978-1-349-22086-1_12

NICOLA, P. C. "Catholicity of general equilibrium". In CARAVALE, G. *Equilibrium and Economic Theory*, London: Routledge, 2001.

O'DONNELL, R. M. *Keynes: Philosophy, Economics & Politics: The Philosophical Fundations of Keynes's Thought and Their Influence on his Economics and Politics*. New

York: Palgrave Macmillan, 1989.

OREIRO, J. L. "Os debates sobre a natureza da posição de equilíbrio na Teoria Geral de Keynes". *Revista de Economia*, v. 32, n. 2, p. 21-42, 2006.
<https://doi.org/10.5380/re.v32i2.7726>

PATINKIN, D. *Money, Interest and Prices*. Evanston. IL : Row, Peterson, 1956.

_____. "A Note on Keynes's Use of the Term 'Equilibrium' in the General Theory" In SEBASTIANI, M. *The Notion of Equilibrium in the Keynesian Theory*. New York: Macmillan, 1992.

PHELPS, E. "Equilibrium: na expectational concept" In EATWELL, J; MILGATE, M; NEWMAN, P. *The World of Economics*, United Kingdom: The New Palgrave, 1987.

POPPER, K. *The Logic of Scientific Discovery*. London: Routledge, 2005.
<https://doi.org/10.4324/9780203994627>

POSSAS, M. *Dinâmica e Ciclo Econômico em Oligopólio*. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1983.

_____. "Para uma releitura da Teoria Geral". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 16, n. 2, p. 295-308, 1986.

_____. "Tempo e equilíbrio na Teoria Geral de Keynes". *Análise Econômica*, v. 6, n. 9, p. 49–65, 1988.

_____. "Uma Interpretação de Pontos Controversos da Teoria Geral de Keynes". *Brazilian Keynesian Review*, v. 1, n. 1, p. 71–95, 2015.

ROBINSON, J. *The Accumulation of Capital*, London: Macmillan, 1956.

_____. *Economic Philosophy*. Great Britain: Penguin Books, 1962.

_____. *Economic Heresies*. London: Macmillan, 1971.

ROSSER, J. B. "On the Complexities of Complex Economic Dynamics". *Journal of Economic Perspectives*, v. 13, n. 4, p. 169 –192, 1999. <https://doi.org/10.1257/jep.13.4.169>

SAMUELSON, P. A. "Dynamics , Statics and the Stationary State". *The Review of Economics and Statistics*, v. 25, n. 1, p. 58–68, 1943. <https://doi.org/10.2307/1924547>

SCHUMPETER, J. *History of Economic Analysis*. Great Britain: Routledge, 2006 [1954].
<https://doi.org/10.4324/9780203983911>

_____. *Ten Great Economists: From Marx to Keynes*. London: Routledge, 2003 [1952].

SEBASTIANI, M. "Keynes and Long-Period Positions" In SEBASTIANI, M. *The Notion of Equilibrium in the Keynesian Theory*. New York: Macmillan, 1992.
<https://doi.org/10.1007/978-1-349-22086-1>

SETTERFIELD, M. "Should economists dispense with the notion of equilibrium?". *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 20, n. 1, p. 47-76, 1997.
<https://doi.org/10.1080/01603477.1997.11490138>

SHACKLE, G, L, S. *Uncertainty in Economics and Other Reflections*. London: Cambridge University Press, 1955.

_____. *Time in Economics*. Amsterdam: North-Holland Publishing Company, 1958.

_____. *A Scheme of Economic Theory*. Great Britain: Cambridge University Press, 1965.

_____. *The Years of High Theory*. New York: Cambridge University Press, 1967.

SHONE, R. *An Introduction to Economic Dynamics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SILVA, A. C. M. E. "A economia de Keynes , a busca de uma nova teoria econômica e a “armadilha do equilíbrio”. *Economia e Sociedade*, v. 5, n. 1, p. 111–159, 1995.

SMITH, A. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations.*; Chicago: University of Chicago Press, 2009.

TERMINI, V. "Logical, mechanical and historical time in economics". *Economic Notes*, v. 10, n. 3, 1981.

TIEBEN, B. *The Concept of Equilibrium in Different Economic Traditions: An Historical Investigation*. Tese apresentada para obtenção do grau de doutor na Universidade VU de

Amsterdã, 2012.

VERCELLI, A. *Methodological foundations of macroeconomics: Keynes and Lucas*. New York: Cambridge University Press, 1991. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511896217>

WEINTRAUB, B. E. R. "Joan Robinson's Critique of Equilibrium: An Appraisal". *The American Economic Review*, v. 75, n. 2, 1988.

_____. "On Lawson on equilibrium". *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 27, n. 3, p. 445–454, 2005.